



Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História Social da Cultura Regional

HUMBERTO DA SILVA MIRANDA

MENINOS, MOLEQUES, MENORES...
Faces da infância no Recife
1927 – 1937

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadores:
Dr. Paulo Donizeti Sierpiersk
Dra. Isabel Cristina Martins Guillen

Recife, agosto de 2008.



Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História Social da Cultura Regional

HUMBERTO DA SILVA MIRANDA

Meninos, moleques, menores...

Faces da infância no Recife

1927 – 1937

Banca Examinadora

Dr. Paulo Donizeti Sierpiersk

UFRPE

Presidente

Dra. Isabel Cristina Martins Guillen

UFPE (Colaboradora da PPG – História – UFRPE)

Examinadora Interna

Dra. Alcileide Cabral do Nascimento

UFRPE

Suplente – Examinadora Interna

Dra. Sylvia Costa Couceiro

Fundação Joaquim Nabuco

Examinadora Externa

Dra. Erica Windler

Universidade de Michigan

Suplente – Examinadora Externa

Para minha família querida:
minha mãe Maria, meu pai Augusto
e meu irmão Gutemberg Miranda.

Para Professora Isabel Guillen,
orientadora, companheira de luta e amiga.

Para todos os meninos do Recife,
protagonistas desta História.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos que confiaram neste trabalho, que foi motivado pelo carinho de muitos amigos que acreditaram que este dia iria chegar. Nesta caminhada, iluminada por Deus, tivemos a companhia de pessoas maravilhosas que merecem receber os mais sinceros agradecimentos.

À Professora Isabel Guillen, uma historiadora competente, uma pesquisadora ética e uma orientadora exemplar. Agradeço infinitamente a sua dedicação em orientar este trabalho. A Professora Isabel esteve sempre presente, ensinando-nos que o compromisso com a História deve estar acima de qualquer coisa.

À Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Pernambuco, FACEPE, pela bolsa concedida, durante os dois anos de pesquisa.

Aos professores Ângela Grillo e Paulo Donizeti, por apadrinharem a nossa caminhada acadêmica, estando sempre presente. Professores que se tornaram amigos...

À Banca Examinadora composta pelas professoras: Alcileide Cabral (pela dedicação e por ter acreditado desde os primeiros momentos neste trabalho), Sylvia Couceiro (nosso muito obrigado pela confiança e pelas contribuições desde a Qualificação) e Erica Windler (que se tornou uma importante parceira nos projetos acadêmicos, fazendo encurtar a distancia entre o Brasil e os Estados Unidos).

À professora Maria José, nossa Pró-Reitora de Graduação da UFRPE, por acreditar no nosso trabalho e se preocupar com a nossa caminhada.

Agradecemos todos os professores da UFRPE, especialmente a Ana Nascimento, Suely Luna, Vicentina Ramires, Wellington Barbosa, João Moraes, Gilberto Farias, Dolores Coutinho (por todas as horas) e Maria Auxiliadora Gonçalves, primeira orientadora de Iniciação Científica, uma grande amiga.

Não podemos deixar de lembrar dos funcionários da UFRPE: Maria, Irene, Magda, Jaqueline, Silvano, George, Marcos, Geraldo, Fernando, Manoel, Ester e todos da Pró-Reitoria de Extensão.

Agrademos a Eliane Moury Fernandes, do Programa de História Oral da Fundação Joaquim Nabuco, pela confiança desde os tempos da graduação.

Aos companheiros da Assembléia Legislativa, Cynthia Barreto e a todos que fazem a Assistência de Preservação do Patrimônio Histórico do Poder Legislativo de Pernambuco (Ieda, Marquinho, João, Neves, Riso, Simone, Cacilda, Laime, Ricardo e

Amaury), pessoas que nos acompanharam desde a graduação e acreditaram na nossa caminhada.

Agradecemos a Marcília (grande companheira de luta), Hildo, Cristina, Pedro Moura, Noemia Luz, pessoas que fazem o Arquivo Público Jordão Emereciano – APEJE, que contribuíram efetivamente para a realização deste trabalho.

Aos professores da UFPE, grandes historiadores Antonio Paulo, Antonio Montenegro, Regina Beatriz, Carlos Miranda e Biu Vicenti, pela atenção e confiança.

Agradecemos a todos que fazem Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, em especial a Fernando, Eliane, Silvino, Madalena, Eleonora e Sr. Almery, pelo carinho e confiança.

Aos amigos: Manuela Arruda (durante esses dois anos, choramos e sorrimos juntos); Juliana Holanda e sua família Dona Etiene, Seu Edilto, André e Breno (um grande presente conquistado durante o Mestrado); Carol (pela confiança e pela leitura cuidadosa); Luis Antônio (amigo, que deu o nome a este trabalho durante um dos cafés na Praça de Casa Forte); Pablo (meu amigo, um cabra arretado); Emília (pela confiança); Márcio Ananias (pela amizade e pelas discussões acerca da escrita); Taciana (pelo carinho); Flavinho Sá (pela gentileza), Aluísio (pela presteza); Lenivaldo (pela confiança); Helder e Bete (pelo afeto); Elaine e Sérgio (pelo carinho); Vera Braga (pela atenção); Zé Luís e Isabel (pela confiança), Hugo e Neilton (colegas geniais); Mônica (pelo companheirismo).

Agradecemos a Juliana Andrade, minha namorada e companheira, por estar presente em todos os momentos, com muita firmeza e compreensão.

Agradecemos aos meus pais, Maria José Miranda e José Augusto de Barros Miranda, e ao meu irmão Gutemberg Miranda, sem eles não estaríamos aqui agradecendo...

Aos poucos, com muitas desvantagens contra mim, ia revidando os insultos, os palavrões, os murros, os tapas, as tabicas (...) Desgraçadamente eu era menor que os meus agressores, tinha menos força e menos agilidade do que eles, mas era teimoso, não entregava os pontos e não dava por vencido. Às vezes, com um rival eu brigava três, quatro vezes, até sentir que tivera algumas vantagens ou que ele desistia de me perseguir. Esta minha atitude impôs respeito

Gregório Bezerra. Memórias da infância no Recife, onde trabalhava como vendedor de jornais, nas primeiras décadas do século XX. In: **Memórias**: primeira parte 100-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

O moleque brasileiro é hoje um caso a estudar. À margem da história da família brasileira há que escrever a história do moleque. O moleque é toda uma moral: a da rua. É toda uma estética. E contra a sua moral e a sua estética não há burguês com a bravura de assumir ofensivas rasgadas. O medo e o respeito do burguês ao moleque são talvez maiores que o medo do moleque à polícia.

Gilberto Freyre, *Diário de Pernambuco*, 27 de julho de 1928. In: FREYRE, G. **Tempo de Aprendiz**: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor: 1918-1926. São Paulo: IBRASA, 1979. p. 51.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES	8
ABREVIATURAS	9
RESUMO	10
ABSTRACT	11
INTRODUÇÃO	12
<u>PRIMEIRO CAPÍTULO</u>	
MENINOS DO RECIFE, FILHOS BASTARDOS DO “PROGRESSO”	31
1.1 - Recife: palco da modernidade, “cidade inimiga dos meninos”	34
1.2 - Meninos dos mocambos: pobreza e mortalidade infantil no Recife	44
<u>SEGUNDO CAPÍTULO</u>	
NAS FÁBRICAS E NAS RUAS DO RECIFE: O COTIDIANO DOS MENINOS NO MUNDO DO TRABALHO	60
2.1 - Infância operária: o cotidiano dos meninos trabalhadores no Recife	61
2.2 - Nas ruas do Recife, o cotidiano dos “pequenos gazeteiros”	78
<u>TERCEIRO CAPÍTULO</u>	
“CRIANÇA PROBLEMA”: A CONSTRUÇÃO DA REDE DE ASSISTÊNCIA, CONTROLE E COERÇÃO SOBRE A “INFÂNCIA PERIGOSA”	94
3.1 - Meninos do Recife: na mira da polícia	96
3.2 - A “criança problema”: a psiquiatrização da infância no Recife	114
<u>QUARTO CAPÍTULO</u>	
CAMINHOS DO CONFINAMENTO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INFÂNCIA NO RECIFE	126
4.1 - Infância encarcerada: o cotidiano dos meninos nas instituições de confinamento em Pernambuco	128
4.2 - Um Abrigo para os meninos: o Instituto Profissional 5 de Julho	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
REFERÊNCIAS	169
Fontes	169
Bibliografias	171

ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

- Foto 1** – Fotografia de criança presa na Casa de Detenção do Recife. Década de 1930.
Acervo: Apeje – p. 129
- Foto 2** - Planta da Casa de Detenção do Recife. Década de 1920.
Acervo: Apeje - p. 130
- Foto 3** - Sede da Administração do Presídio de Fernando de Noronha - Década de 1930.
Acervo: Administração de Fernando de Noronha - p.142
- Foto 4** - Crianças de Fernando de Noronha – Sem Identificação – Década de 1930.
Acervo: Administração de Fernando de Noronha - p.143
- Foto 5** - Crianças internas no Instituto 5 de Julho. Década de 1930.
Acervo: Apeje - p.150
- Foto 6** - Oficina de Cestaria - Instituto 5 de Julho. Década de 1930.
Acervo: Apeje - p. 153
- Foto 7** - Crianças trabalhando em atividades agrícolas. Década de 1930.
Acervo: Apeje - p. 155
- Foto 8** - Crianças internas no Instituto 5 de Julho. Década de 1930.
Acervo: Apeje - p.155

ABREVIATURAS

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ALEPE – Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco

APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano

AFN – Arquivo Fernando de Noronha

BCCB – Biblioteca Central Castelo Branco

CDR – Casa de Detenção do Recife

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

RESUMO

Os documentos que retratam o mundo da infância nas ruas e nas prisões do Recife, são documentos que nos falam de histórias de meninos. Meninos que vendiam jornais e eram atropelados pelos bondes durante o trabalho, meninos que carregaram frete, meninos que furtavam comida no Mercado de São José, meninos envolvidos em brigas de ferimento e até de morte. Meninos que se tornaram “menores” e que passaram a carregar a pecha de vagabundo, gatuno, vadio e delinqüente. O objetivo do nosso trabalho é de historicizar o cotidiano dos meninos nas ruas e nas prisões do Recife, tendo como problema central da nossa investigação a análise de como e por que essas crianças e jovens que viviam no mundo das ruas e/ou do trabalho foram recolhidas na Casa de Detenção do Recife, nas escolas correccionais e em outras instituições de confinamento, durante o período de 1927 a 1937. A delimitação cronológica da nossa pesquisa se justifica por ser 1927 o ano da promulgação do *Código de Menores*, quando vamos analisar como os desdobramentos da criação desse aparato jurídico e assistencial nos seus primeiros dez anos. O ano de 1937 marca o fim do governo constitucional de Getúlio Vargas e o término da interventoria de Carlos de Lima Cavalcanti em Pernambuco. O *Código de Menores de 1927*, marco histórico da assistência à infância no Brasil, nasce dos interesses desses setores da sociedade, sob a égide da moral burguesa, das medidas punitivas e disciplinares construídas a partir da lógica policial, sendo legitimado pelo discurso científico dos especialistas da infância. Contudo, não podemos deixar de lembrar que frente às medidas disciplinares existiu a antidisciplina, frente às estratégias de controle e coerção existiam as mais diferentes táticas de driblar as normas e os códigos impostos. Problematizar a infância e o universo que a norteia é descobrir mundos inexplorados, onde as brincadeiras e as estripulias podem ser confrontadas com as mais variadas práticas de controle e coerção. A partir dessa perspectiva, construir a história desses meninos nos leva a investigar o lugar dos excluídos na história.

Palavras – Chave

História Social da Infância

Meninos do Recife

Assistência à Infância no Recife

Código de Menores de 1927

ABSTRACT

The documents that portray the world of childhood on the streets of Recife and in prisons show the stories of boys. Boys sellers of newspapers on the streets of Recife, where many of them were caught by trams at work, boys loaded freight, boys who theft food in the St. Joseph market, boys involved in fights, injury and even death. The child it was "minor", receiving nothing worthy names such as idle, thief and criminal. The objective of our work is research in the field of history the daily lives of the boys in the streets and prisons of Recife, with the central problem of our research analysis of how and why these children and young people who lived in the world of the streets and / or work were gathered in the House of Detention of Recife, in schools and other correctional institutions of confinement, during the period from 1927 to 1937. The chronological boundaries of our research is justified for 1927 be the year of the promulgation of the Code of Minors, when we examine the unfolding as the creation of this apparatus and legal assistance in its first ten years. The year 1937 marks the end of the constitutional government of Getúlio Vargas and the end of management of Carlos de Lima Cavalcanti in Pernambuco. The Code of Minors of 1927, landmark of the care of children in Brazil, born of the interests of those sectors of society, under the aegis of the bourgeois morality, from punitive measures and disciplinary built from the logic police, and legitimized by the scientific discourse of experts of childhood. However, we must remember that in the face of disciplinary measures existed the no disciplinary, forward the strategies of control and coercion exists a wide range of tactics to circumvent the rules and tax codes. Understand the problem of children and that the universe is guided discover unexploited worlds, where the games and bold actions may be confronted with the most diverse practices of control and coercion. From that perspective, build the story of these boys comes to investigate the place of the excluded in history.

INTRODUÇÃO

Recife, março de 2007. Era uma manhã de quinta-feira quando nos encaminhamos para o Arquivo Público do Estado de Pernambuco. O objetivo era iniciarmos as nossas pesquisas no Acervo da Casa de Detenção do Recife. Um dia atrás, em uma das reuniões de orientação, ficou acordado que já estava na hora de irmos ao encontro das crianças que foram detidas no grande Presídio, construído no centro do Recife, às margens do Rio Capibaribe.

Ao chegarmos ao Arquivo tivemos que reorganizar a dinâmica da nossa pesquisa, haja vista que o acervo da Casa de Detenção não estava catalogado. Atenciosos, os historiadores/arquivistas Hildo Leal da Rosa e Marcília Gama nos conduziram aos prontuários individuais dos detentos: centenas de pacotes colocados em várias estantes, separados apenas pela letra inicial do primeiro nome do prontuariado. Um grande desafio, que nos fez lembrarmos a fala do historiador francês Marc Bloch, quando afirmou que para realizar o seu trabalho, muitas vezes o historiador pode se assemelhar ao monstro da lenda, “onde farejar a carne humana é que está a sua caça”.¹ Naquele momento, iniciamos a caça.

Cada prontuário era aberto a partir da esperança de encontrá-los. No primeiro dia, custou, mas, duas crianças apareceram. Eram dois meninos que foram presos por motivo de briga seguida de ferimento. Os prontuários traziam pouca informação sobre quem eram e como foi construído o cotidiano dessas crianças na Casa de Detenção, fazendo com que a alegria fosse acompanhada com certa frustração. Contudo, prosseguimos a busca.

Nos dias seguintes eles foram aparecendo... Encontrá-los era sempre motivo de festa, algo que causava certo estranhamento em alguns funcionários, que sempre afirmavam que historiadores tinham “manias engraçadas” ou “estranhas”. Os prontuários falavam dos crimes e das ações das crianças de forma objetiva, quase “telegráfica”. Os documentos ali arquivados nos permitiam apenas saber o tempo que cada criança permaneceu na Casa e para onde foram conduzidas.

Contudo, entre os sessenta prontuários encontrados, depois de dois meses de trabalho, observamos que em alguns, encontrava-se em anexo a Guia de Sentença, um documento que detalhava como aconteceu o crime, quais os agentes sociais envolvidos e como a criança foi punida. Esses documentos não nos satisfaziam, não respondiam as

¹ BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: Publicação Europa-América, 1976.

nossas perguntas, mas, levaram-nos à procura de outros documentos a fim de realizarmos uma História Social dessas crianças que viviam nas ruas do Recife trabalhando, mendigando ou cometendo práticas consideradas ilícitas para a sociedade da época.

A infância como questão de estudo: nosso problema, nossa pesquisa

O objetivo do nosso trabalho consiste em historicizar o cotidiano dos meninos nas ruas e nas prisões do Recife, tendo como problema central da nossa investigação a análise de como e por que essas crianças e jovens que viviam no mundo das ruas e/ou do trabalho foram recolhidas na Casa de Detenção do Recife, nas escolas correccionais e em outras instituições de confinamento, durante o período de 1927 a 1937.

A delimitação cronológica da nossa pesquisa se justifica por ser 1927 o ano da promulgação do *Código de Menores*, e a partir daí pretendemos analisar como os desdobramentos da criação desse aparato jurídico e assistencial foi operacionalizado em seus primeiros dez anos. O ano de 1937 marca o fim do governo constitucional de Getúlio Vargas e o término da interventoria de Carlos de Lima Cavalcanti em Pernambuco. Em 1937, com a implantação do Estado Novo, observamos que as políticas voltadas para infância passam a ser construídas a partir de outro prisma, uma vez que o governo ditatorial é instituído e com ele uma série de mudanças sociais foram efetivadas.

Ao discutir as políticas assistenciais voltadas para a questão da infância no Brasil República, a historiadora Maria Luisa Marcílio nos afirma que:

A distinção entre criança rica e a criança pobre ficou bem delineada. A primeira é alvo de atenções e das políticas da família e da educação, com o objetivo de prepará-la para dirigir a sociedade. A segunda, virtualmente inserida nas ‘classes perigosas’ e estigmatizada como ‘menor’, deveria ser objeto de controle especial, de educação elementar e profissionalizante, que a preparasse para o mundo do trabalho. Disso cuidaram com atenção os médicos higienistas e os juristas das primeiras décadas deste século.²

Desse modo, o *Código de Menores de 1927* representou o primeiro aparato jurídico e assistencial voltado para a infância no Brasil. Elaborado pelo jurista Melo Mattos, primeiro Juiz de Menores do Brasil, o Código foi composto por onze capítulos

² MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 224

voltados para a questão da assistência das “crianças da primeira idade” até aos 18 anos, quando questões pertinentes aos “infantes expostos”, abandonados, delinquentes e às crianças inseridas no mundo do trabalho passaram a ser visto como um problema de ordem legal. Promulgado em 12 de outubro de 1927, este dispositivo jurídico consolidava as leis de assistência e proteção às crianças e jovens em nível nacional.

Os estudos do sociólogo Marcos César Alvarez referentes ao *Código de Menores de 1927* nos indica que desde o início do Brasil República várias iniciativas foram efetivadas no sentido de construir uma legislação voltada aos problemas da infância, uma vez que desde o período imperial as estratégias de institucionalização da assistência à infância em nosso país já eram criticadas por não resolver os problemas concernentes à infância empobrecida, desvalida, exposta ou abandonada. De acordo com Alvarez,

Mello Mattos reuniu sua experiência como criminalista, filantropo e juiz de menores para sintetizar, em forma de lei, um novo projeto de institucionalização da infância e adolescência, que já estava presente em muitos discursos que circulavam, então, na sociedade (...) Mello Mattos uniu essas novas idéias de mudanças na jurisprudência que, desde o início do século XX, tentavam dar conta dos novos problemas relativos à menoridade nos grandes centros urbanos, para criar, assim, uma legislação especial para a assistência e proteção aos menores.³

Na época de sua promulgação, os grandes centros urbanos do Brasil enfrentavam os mais diferentes problemas sociais frente à onda do crescimento comercial e industrial. As ruas das grandes cidades conviviam com a ameaça das crianças e jovens que transitavam no mundo do abandono e da delinqüência. Representantes das elites da época cobravam do Estado medidas normatizadoras para conter as ameaças causadas pelos chamados menores que viviam em risco ou que representava o próprio risco para o projeto burguês de sociedade. Por outro lado, médicos, filantropos e educadores, buscavam discutir qual o caminho para solucionar os problemas relacionados às crianças que viviam nesse universo de exclusão.

O *Código de Menores de 1927*, marco histórico da assistência à infância no Brasil, nasce dos interesses desses setores da sociedade, sob a égide da moral burguesa, das medidas punitivas e disciplinares construídas a partir da lógica policial, sendo

³ ALVAREZ, Marcos César. **A emergência do Código de Menores de 1927: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores.** 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 1989. p. 59

legitimado pelo discurso científico dos especialistas da infância. A partir da construção deste *Código*, a classificação de categorias jurídicas sobre os meninos e meninas, a criação dos juizados e o fortalecimento do papel do juiz, a criação das colônias e escolas correcionais, a implantação da “liberdade vigiada” e outras artes de viver o controle, vigilância e punição sobre as crianças e jovens foram instituídos.

Debruçar-se sobre a história do *Código de Menores de 1927* e das crianças e jovens que passaram a ser “sujeitos de direito”, faz-nos discutir as contradições sociais em que eles estavam inseridos. No plano local, o Recife das décadas de 1920 e 1930 já se apresentava como uma cidade marcada pelo expressivo aumento do desemprego, da prostituição e da delinquência, quando crianças e jovens faziam parte deste universo social. A cidade que se metropolizava, vivia com intensos problemas sociais, quando o crescimento industrial e demográfico, trouxeram consigo as mais diferentes formas de desigualdades sociais. Durante o nosso trabalho, teremos oportunidade de discutir como o *Código de Menores de 1927* foi inserido no universo social de Recife.

Os caminhos que conduziram este trabalho nos levaram à tomada de várias decisões. A operação historiográfica não consiste na simples práticas de selecionar e analisar documentos, ela requer do historiador um compromisso efetivo com a sua questão de estudos e com os agentes sociais, as pessoas, que integram a sua trama. Nesse sentido, optamos por realizar uma história dos meninos do Recife e buscaremos explicar o motivo da nossa escolha.

Quem são essas crianças que buscamos historicizar? O que dizem deles? Ao discutir o desafio de se construir uma história dos excluídos, Michelle Perrot ressalta as dificuldades do historiador, destacando o problema dos arquivos, uma vez que boa parte da documentação institucional, por mais abundante que seja, é encoberta por “um véu do ocultamento, um discurso de onde os prisioneiros estão ausentes”. Para a historiadora, esses documentos são produzidos/elaborados a partir da lógica do poder coercitivo e punitivo, quando os “verdadeiros rebeldes são raros; pelo menos não escrevem”. Desse modo, Perrot destaca que os excluídos, “desaparecidos de sua história, têm de ser rastreados no que se diz deles”.⁴

Em 19 de outubro de 1937, o Juiz de Menores Rodolfo Aureliano publicou um Comunicado no *Jornal do Commercio*, no qual trazia um debate sobre a importância de se criar estabelecimentos para abrigo e correção de crianças e jovens que viviam em

⁴ PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

situação de risco ou que representavam o próprio risco para sociedade da época. Neste Comunicado, o Juizado afirmava que as escolas e colônias correccionais tinham duas funções principais:

- 1) Preparar as crianças abandonadas para a vida social armando-as dos conhecimentos práticos imprescindíveis ao desempenho de profissões honestas e dos preceitos morais que serão o sustentáculo de sua ulterior conduta de homens pobres;
- 2) Reintegrar os menores delinqüentes no convívio da sociedade após a correção dos defeitos, vícios, erros de educação, fatores endógenos e influencias nocivas de determinarem sua conduta anti-social.⁵

Foi seguindo esses princípios que o Estado e setores da sociedade daquela época construíram uma campanha voltada para o controle e coerção das crianças e jovens do Recife que se inseriam no contexto do abandono, exploração do trabalho, criminalidade e outras formas de exclusão social. Esta campanha esteve direcionada para os meninos, e esta afirmação aparece claramente no discurso do Juizado de Menores, quando o Estado buscava “aplicar” medidas de caráter correccional/disciplinara para tornar esses garotos em “homens pobres” honestos e doutrinados para servir à Nação.

Em um outro documento publicado neste mesmo periódico em abril de 1938, o Juizado de Menores trazia o seguinte questionamento como título da matéria: *Por que os meninos furtam?* O artigo trazia os números dos delitos caudados pelas crianças, ocorridos em 1937, quando afirmava que 85% dos delitos eram cometidos por meninos contra 15% praticados por meninas.⁶ Para o Juizado de Menores, era necessário um investimentos em políticas assistenciais no combate aos furtos praticados pelos meninos do Recife, reafirmando a

Necessidade de se estudar os meninos que furtam levando em conta que essas práticas foram numerosas e raras, as condições que cercaram semelhantes atos, o estado mental desses menores, suas reações anteriores e presente, o meio que viviam.⁷

O Juizado de Menores passou a promover uma série de políticas assistenciais voltadas para assistência desses meninos. As escolas correccionais construídas na capital e no interior de Pernambuco na década de 1930 marcaram uma nova dinâmica de

⁵ **Jornal do Commercio.** Comunicado do Juizado de Menores. Recife, 19 de agosto de 1937. p. 04.

⁶ **Jornal do Commercio.** Por que os meninos furtam? Recife, 05 de abril de 1938. p. 07.

⁷ Idem.

institucionalização da assistência à infância no Estado. Através do ensino profissionalizante, centenas de garotos foram encaminhados às oficinas de carpintaria, sapataria, marcenaria. Por meio da perspectiva do controle e disciplina, o Estado buscou disciplinar o cotidiano dos meninos, impondo padrões de comportamento e sentimento.

Contudo, não podemos deixar de registrar que a interventoria de Carlos de Lima Cavalcanti também criou iniciativas voltadas para atender as meninas. De acordo com o Relatório apresentado pela Interventoria à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, em agosto de 1937, podemos perceber que a procura pelos serviços das escolas eram expressiva. As escolas pertenciam ao Departamento de Ensino profissional e foram criada para preparar as moças para as tarefas do lar.⁸ A criação da Escola Doméstica e da Escola Técnica Profissional Feminina foram exemplos que merecem uma atenção da nossa parte, uma vez que a partir dos discursos podemos analisar como foram construídas as políticas assistenciais para meninos e meninas.

Como nos fala a historiadora Maria Izilda Santos, no início do século XX, a construção das representações do feminino e do masculino foi marcada pela afirmativa que “ao homem se reservava à esfera pública e à mulher o mundo privado (...) Aos homens caberia enfrentar a competitividade do mundo público, enquanto as mulheres deveriam continuar voltadas para o privado, tendo a maternidade o ponto definidor da feminilidade”.⁹ O Estado buscava estabelecer os perfis sociais de gênero através de suas políticas assistenciais. Para os meninos pobres ou envolvidos no mundo da criminalidade, a criação de escolas e colônias correccionais, a partir de uma lógica disciplinar e corretiva. Para as meninas, a educação doméstica, a fim de torná-las mães e esposas preñadas.

A historiografia contemporânea tem se preocupado com o debate sobre as relações de gênero. As preocupações dos historiadores do final do século XX privilegiaram o debate que problematizava como a história foi construída nas relações entre homens x mulheres, mulheres x mulheres e homens x homens, entendendo gênero como uma “categoria para a análise histórica” a partir de sua dinâmica relacional. De acordo com Joan Scott, “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado

⁸ **Anaes da Assembléia Legislativa.** Sessão de 1 de agosto de 1937. Acervo: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

⁹ MATOS, Maria Izilda Santos de. **Delineando corpos:** as representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo). In: MATOS, M. I. & SOIHET, R. (Orgs) O corpo feminino em debate. São Paulo: Editora Unesp, 2003. p. 122-123

nas diferenças percebidas entre os sexo, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”.¹⁰

Podemos encontrar nos estudos do historiador Durval Muniz uma reflexão voltada para o surgimento da feminização da sociedade, mais notadamente nordestina, que a levou a repensar como as relações entre os homens e as mulheres estavam sendo pautadas. Para Muniz, as primeiras décadas do século XX foi um período marcado pelos debates referentes ao papel deste homem e desta mulher no mundo moderno. Frente ao processo de feminização, ao homem foi exigido ocupar o lugar estratégico da sociedade, com valentia e coragem. Sobre as costas desses homens, passou a recair a responsabilidade de sustentar a si e a família, com valentia e virilidade, através do trabalho.¹¹

Desse modo, não podemos entender as políticas de assistência à infância no Recife distante deste debate, uma vez que a prioridade do Estado era criar meios de controle sobre os meninos oriundos das classes populares, mais notadamente àqueles classificados como vadios, gatunos e abandonados, uma vez que eles representavam uma ameaça para sociedade da época e atender as novas demandas econômicas e sociais, ao contemplar, por exemplo, as meninas no âmbito do mundo profissional e moderno.

As ruas da cidade se apresentavam como um mundo onde meninos e homens realizavam muitas vezes as mesmas atividades profissionais ou dividiam o mesmo espaço para efetivar as mais diferentes práticas em nome da sobrevivência, quando muitas dessas práticas eram consideradas ilícitas. Os documentos que retratam o mundo da infância nas ruas do Recife e nas prisões, são documentos que nos falam de histórias de meninos. Meninos que vendiam jornais nas ruas do Recife, quando muitos deles eram atropelados pelos bondes durante o trabalho; meninos que carregaram frete; meninos que furtavam comida no Mercado de São José; meninos envolvidos em brigas de ferimento e até de morte. Meninos que se tornaram “menores” e que passaram a carregar a pecha de vagabundo, gatuno, vadio e delinqüente. São esses meninos que protagonizam a nossa história.

¹⁰ SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1996. p. 11.

¹¹ ALBURQUEQUE, Durval Muniz. **Nordestino: uma invenção do falo (um história do gênero masculino – Nordeste 1920-1940)**. Maceió: Edições Catavento, 2003.

Discutindo a historiografia

As investigações historiográficas sobre a infância no Brasil estão profundamente relacionadas à influência das vertentes teóricas européias, mais notadamente da Escola dos *Annales*; ao avanço das pesquisas da psicologia social e do desenvolvimento; e ao próprio contexto cultural nacional que, desde a segunda metade do século XX, vêm produzindo uma discussão acerca das políticas públicas voltadas para o problema da assistência à infância. Todavia, nas primeiras décadas dos novecentos, Gilberto Freyre já alertara-nos para a importância do estudo da criança, de uma “história da vida do menino no Brasil”, denunciando em *Tempo de Aprendiz* a ausência de estudos acerca desta temática e afirmando que “todo espaço, as histórias convencionais - em todas até hoje escritas - é ou tem sido pouco para a glorificação dos adultos (...) Não há compreensão possível do homem, deixando-se procurar compreender a mulher e o menino”.¹²

Neste período, a publicação no Brasil da obra *História Social da Criança e da Família*, do historiador francês Philippe Ariès, influenciou de forma efetiva os historiadores brasileiros no sentido de se construir uma história voltada para os temas família e infância.¹³ Pertencente a terceira geração dos *Annales*, Ariès construiu a sua obra sob a perspectiva da história das mentalidades, sofrendo as críticas que os trabalhos desta geração, como o da fragmentação e pulverização da análise histórica.¹⁴ Contudo, não podemos deixar de registrar a importância desta obra, uma vez que ela se apresenta como um dos primeiros estudos voltados para criança e para família na Europa Ocidental.

Os primeiros estudos que contemplaram a questão da infância no século XX no Brasil foram influenciados por outros referenciais teóricos, tendo como foco principal o cotidiano de crianças e jovens no mundo do trabalho. Não podemos deixar de entender este momento da historiografia nacional distante da sua historicidade, uma vez que o final da década de 1970 foi marcado pelo avanço das políticas públicas voltadas para a infância, mais notadamente direcionadas para as crianças e jovens que viviam nos grandes centros urbanos, influenciando de forma efetiva a produção de pesquisas na área do conhecimento histórico e das ciências sociais.

¹² FREYRE, G. **Tempo de Aprendiz**: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor: 1918-1926. São Paulo: IBRASA, 1979.

¹³ ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LCT, 1981.

¹⁴ As críticas construídas sobre a Escola dos *Annales* podem ser observadas na obra de José Carlos Reis. In: REIS, J. C. **Escola dos Annales: a Inovação em História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

O ano de 1978 também foi considerado o Ano Internacional da Criança, sendo marcado por uma série de programas assistenciais e debates passaram a ser executados, fomentando a discussão sobre a assistência à infância, nos mais diferentes setores da sociedade brasileira.¹⁵ A criação do Código de Menores de 1979, por exemplo, marca um momento de mudança no pensamento jurídico e assistencial, contribuindo para o avanço das discussões sobre as políticas públicas para as crianças e jovens inseridos no mundo da pobreza e da marginalidade social.

Ao analisar o contexto social vivido por crianças que transitavam no universo da marginalidade urbana no final dos anos de 1970, na obra *Vidas nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas, trajetórias inevitáveis*, Irene Rizzini, afirma que neste período,

O problema popularmente conhecido como do menor abandonado ganhou crescente atenção no Brasil. Este período foi descrito por muitos como de crise e também como uma importante transição, com conseqüência para a economia nacional e global. Foi neste período que o regime ditatorial, instalado com o golpe militar de 1964, começa a desintegrar-se e proliferam os movimentos sociais e democráticos; a inflação aumenta, bem como a dívida externa e o déficit fiscal. O Brasil, que havia alcançado altas taxas de crescimento, deflagra a sua crise. Os anos de 1980 passam a ser conhecidos como a ‘década perdida’, sendo caracterizados pelo crescimento negativo, pela hiperinflação e por enormes dívidas externas.¹⁶

Desse modo, percebemos que no período da redemocratização, marcado pelo avanço dos movimentos sociais, os historiadores passaram a estudar o lugar das mulheres, dos operários e dos movimentos de resistência contra o poder ditatorial estabelecido. O final dos anos de 1980 também foi marcado pelo avanço das pesquisas voltadas para questão da família e da mulher, quando as crianças também passaram a fazer parte das preocupações dos historiadores.

Em 1977, foi defendida no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, a dissertação produzida pela historiadora Esmeralda Moura, *O trabalho da mulher e do menor na indústria paulistana (1890/1920)*, contribuindo de forma efetiva para a produção da história da infância no período republicano. Deste trabalho, a autora publicou a obra *Mulheres e menores no trabalho industrial: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital*, quando encontramos a

¹⁵ PEREIRA, Ivonete. **Universo infanto-juvenil: a historicidade da infância no Brasil**. In: Anais do XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo: Associação Nacional de História, 2007.

¹⁶ RIZZINI, Irene. **Vidas nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas – trajetórias inevitáveis?** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003. p 18.

análise sobre as condições das crianças e adolescentes que vivenciaram a exploração do trabalho industrial, na cidade de São Paulo e como os anarquistas e organizações operárias reivindicaram a efetivação das leis voltadas para garantia de melhores condições de vida para os “pequenos” operários que viviam a exclusão social.¹⁷

A questão da exploração do trabalho infantil nos primeiros anos do Brasil República também foi analisada no trabalho de Margareth Rago na obra *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930*, que teve sua primeira publicação em 1985. Entre os problemas das “resistências cotidianas do proletariado”, da “colonização da mulher” e da “desorganização do espaço urbano”, destaca-se o lugar da “preservação da infância” no cenário social e político do Brasil marcado pelo avanço do crescimento industrial.¹⁸ A partir da análise de Margareth Rago, observamos que a cidade dos adultos também era a cidade das crianças que vivenciavam as mais diferentes formas de exploração, promovida pela lógica capitalista das relações de trabalho.

Neste trabalho, a autora defende a idéia que na “constituição da família nuclear moderna, higiênica e privativa”, a criança passou a desempenhar um papel de destaque, quando influenciou, inclusive, no surgimento de novos saberes científicos e de políticas públicas voltadas para a questão infância. Este poder que buscava disciplinar a cidade e os cidadãos, passou a estabelecer normas de controle e coerção sobre o cotidiano das pessoas que transitavam às margens da sociedade, inclusive as crianças. Contudo, esta “cidade disciplinar”, espaço que abrigava as indústrias também foi o lugar onde viviam as “pobres criancinhas espancadas, humilhadas, exploradas por este mundo do adulto vil, ignóbil, desumano...”.¹⁹ Contudo, estas crianças resistiam das mais diferentes formas, uma vez que as pesquisas levou-a a considerar que

a resistência das crianças no interior do processo de trabalho não se manifesta apenas na forma da deserção ou fuga ao trabalho, no ‘freio’ à produção nas prováveis brincadeiras não constadas que tornavam os contramestres tão furiosos e violentos sobre os menores.²⁰

¹⁷ MOURA, Esmeralda. **O trabalho da mulher e do menor na indústria paulistana (1890/1920)**. 1977 (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1977.

¹⁸ RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

¹⁹ Idem. P. 135

²⁰ Idem. P. 145.

Nesse sentido, podemos observar que o lugar social das crianças e jovens que vivenciavam a exploração do trabalho industrial foi marcado por práticas de exclusão e resistência, sendo construída através das greves organizadas pelos adultos e/ou nas sutilezas do convívio social. Esta pesquisa possui uma importante relevância por nos levar a conhecer os mais diferentes modos de superar as injustiças impostas pela lógica do mundo fabril, o cotidiano dos “pequenos” trabalhadores foi marcado pela luta de enfrentar os mais diferentes desafios, entre eles, o das condições insalubres de trabalho, a longa jornada que superavam às 8 horas, entre outros problemas.

Cabe ressaltar que os trabalhos das historiadoras Esmeralda Moura e Margareth Rago dialogam em vários aspectos. Entre eles, a discussão sobre o papel da mulher na sociedade, durante os primeiros anos do Brasil República. A efervescência social e cultural da sociedade brasileira do final do século XX influenciou de forma efetiva nas transformações nas relações de gênero no Brasil e foi neste contexto que assistimos as transformações sociais nas relações da família e na condição da maternidade. Esta conjuntura possibilitou o surgimento de pesquisas mais sistematizadas no campo da história e das ciências sociais acerca do lugar da mulher neste novo contexto social e político.

A base empírica desses trabalhos nos leva a perceber as semelhanças da tipologia documental utilizada nas duas pesquisas. Através da imprensa operária, dos jornais produzidos pelo movimento anarquista, dos boletins das greves e dos relatos de memórias, as historiadoras analisaram o lugar social das crianças e jovens no mundo da produção fabril, durante as primeiras décadas do século XX. Esses documentos, antes negligenciados pela historiografia tradicional, serviram como indícios para construção de uma história da infância. A partir destes registros, foram analisados como os mais diferentes setores da sociedade, passaram a construir as imagens e representações sobre a infância no mundo do trabalho.

Debruçar-se sobre os trabalhos de Moura e Rago, faz-nos perceber um mundo além dos muros das fábricas. Motivadas pela influência dos historiadores ingleses, mais notadamente E. P. Thompson, o mundo das crianças foi historicizado através das práticas resistência dos pequenos trabalhadores, construídas no cotidiano. Não podemos deixar de lembrar que no período que estes trabalhos foram publicados foi marcado pelo avanço das produções construídas a partir das idéias da historiografia inglesa.

O próprio Thompson, ao construir uma história da *Formação da classe operária inglesa*, não deixou de contemplar a presença das crianças no mundo fabril. No segundo volume desta obra, o historiador britânico nos afirma:

Nas fábricas, a força de trabalho infantil e juvenil crescia a cada ano; em diverso dos ofícios ‘indignos’ ou relacionados com o trabalho externo, seu trabalho tornava-se mais intenso, e a jornada, mais longa. (...) O trabalho infantil não era novidade. A criança era uma parte intrínseca da economia industrial e agrícola antes de 1780, e como tal permaneceu até ser resgatada pela escola. Cerca acusações – como a dos limpadores de chaminés ou a dos garotos empregados em navios – eram provavelmente piores do que as funções mais árduas desempenhadas nas primeiras fábricas...²¹

O texto de Thompson nos leva à Inglaterra da “Revolução Industrial” e nos faz pensar como os pequenos trabalhadores enfrentaram aquele universo de exploração de mão-de-obra infantil e as experiências vivenciadas dos meninos e meninas que enfrentaram uma longa jornada de trabalho, mal nutridas, distantes dos bancos escolares e dos momentos de lazer. Thompson se apresenta como uma grande referência nos trabalhos sobre as relações sociais de trabalho e influenciou de forma efetiva na construção das pesquisas de Rago e Moura.

Através da perspectiva da História Social Inglesa, as autoras buscaram seguir a nova tendência marxista no campo dos saberes históricos. Desse modo, as contradições passaram a ser vistas a partir de um outro ângulo, quando a questão das lutas de classes, das contradições sociais construídas historicamente, deixaram de ser observadas apenas sob ponto de vista econômico e político.

O trabalho de Margareth Rago sofreu várias críticas por ter colocado, no mesmo plano de análise, os pensamentos divergentes de Thompson e Michel Foucault. A utilização das diferentes perspectivas teóricas na mesma seara de debate, mais notadamente sobre o conceito de classe, provocou uma forte polêmica, quando alguns historiadores recusaram tal aproximação. Em 1990, Margareth Rago responde as críticas, em um artigo publicado na Revista do Curso de Pós-Graduação em História da Universidade do Rio grande do Sul, quando afirmou que

Menos brutal foi a aproximação do filósofo com os historiadores marxistas inglesas, como Thompson, e aí me refiro a mim mesma

²¹ THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão**. Volume II. Rio de Janeiro: 1987. p. 203.

porque fiz esta aproximação. Ao mesmo tempo que me deslumbrava com Foucault, eu me fascinava com Thompson e ficava num dilema muito grande por não saber de qual dos dois gostava mais. Mas naquela época, estávamos ainda tomando contato com os autores e a questão não estava tão precisa como hoje. Não foi só eu que fiz este casamento, porém concordo que são casamentos impossíveis. Penso então que nestes trabalhos oscilaram entre uma história genealógica, em que os agentes sociais aparecem como efeitos do poder e da emergência de saberes, e a valorização das suas exigências sociais numa atitude militante, nitidamente preocupada em realçar a importância da ação do sujeito na história.²²

Entre dúvidas e hesitações, a historiadora Margareth Rago produziu uma obra que nos leva a perceber a influência de Thompson e Foucault no Brasil no início dos anos de 1980. Toda obra é datada historicamente. Nos dias atuais, já escutamos o discurso do “contra o método”, quando alguns teóricos pensam na possibilidade de realizar este tal “casamento”.²³ Acreditamos que podemos, sim, utilizar diferentes referenciais no mesmo trabalho, respeitando o sentido teórico e político de cada perspectiva, ou seja, uma investigação histórica pode nos conduzir a diferentes formas de olhares que podem se cruzar em um dado momento. Cabe ao historiador saber discernir como utilizar estes referenciais sem comprometer a integridade teórica da pesquisa.

Através dos trabalhos produzidos pelas historiadoras Margareth Rago e Esmeralda Moura, percebemos que o lugar historiográfico destes trabalhos foi marcado pela contribuição aos estudos voltados para os agentes sociais que viviam múltiplas formas de exclusão. As crianças pobres, trabalhadoras e que vivenciavam os mais diferentes tipos de exploração, ocupam um lugar privilegiado nas obras que procuraram analisar o lugar da mulher, do operário e de outros agentes sociais que transitavam no mundo da exclusão promovida pela lógica perversa de um crescimento urbano e industrial que não garantia a qualidade de vida para todos.

Os anos de 1990 foram marcados pelo efetivo avanço das pesquisas no campo da história social das crianças e jovens que enfrentavam a criminalidade, o abandono, a exploração sexual e de trabalho. Neste período, podemos afirmar que a historiografia das regiões Sul e Sudeste do país, passou a construir uma análise mais sistematizada

²² RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea. In: **Anos 90** - Revista do Curso de Pós-Graduação em História - UFRGS. N. 1. Porto Alegre, 1993. p. 133.

²³ Segundo Feyerabend, nenhuma explicação científica é definitiva, fazendo com que o diálogo de várias correntes teóricas e metodológicas seja salutar para a construção de uma análise de cunho científico. Ver: FEYERABEND, P. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

sobre a história de crianças que vivenciaram as transformações sociais e urbanas nos início do século XX no Brasil.

Em 1991, foi lançada a primeira coletânea organizada pela historiadora Mary Del Priore, tendo o título de *História da Criança no Brasil*. Os trabalhos reunidos na mesma coletânea nos possibilitaram vislumbrar como o problema da infância operária e da discussão sobre o conceito do *menor* merecem ser discutidos, uma vez que estes artigos nos abrem caminhos para diferentes pontos de análise. Nesta obra, dos nove artigos publicados, um se volta para o problema da infância operária brasileira no início do século XX.²⁴

Referimo-nos ao artigo *Infância operária e acidente do trabalho em São Paulo*, da historiadora Esmeralda Moura, que aborda a questão da exploração do trabalho infantil na cidade de São Paulo. Nele, a historiadora destaca a questão da segurança de trabalho nas fábricas e oficinas de uma cidade que vivia o crescimento industrial, quando um dos seus desdobramentos foi a criação de associações e entidades voltadas para a assistência do menor trabalhador, que possuíam “a máquina como um brinquedo”. Outras experiências foram vivenciadas pelos operários paulistanos naquele período foram historicizadas neste artigo.

No ano de 2004, assistimos o lançamento da segunda coletânea organizada pela historiadora Mary Del Priore, *Histórias das crianças no Brasil*. Entre os trabalhos presentes, o artigo do historiador Marco Antonio Cabral dos Santos, intitulado *Criança e criminalidade no início do século*, traz uma importante contribuição sobre o problema da infância inserida no universo da criminalidade, durante as primeiras décadas do século XX, quando focou esta questão para o contexto da cidade de São Paulo. De acordo com Santos, “o solapamento do sistema escravista e a entrada maciça de mão-de-obra imigrante resultou numa profunda transformação do quadro social da cidade”.²⁵ Este contexto social e político, foi marcado pelo avanço do número de crianças envolvidas no mundo da marginalidade. Através de textos e imagens, Santos discute as

²⁴ PRIORE, Mary Del. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. Esta coletânea também nos traz o artigo assinado por Fernando Torres Londoño, intitulado *A origem do conceito do menor*. Sobre o conceito do sentido e significado atribuído ao termo menor, pretendemos realizar uma análise mais sistematizada no próximo capítulo, quando discutir a construção da identidade do menor detento. Cf. LONDOÑO, Fernando Torres. **A origem do conceito do menor**. In: PRIORE, Mary Del. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

²⁵ SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. *Criança e criminalidade no início do século*. In: PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004. p 212.

medidas coercitivas utilizadas pelo Estado no sentido de abolir a atuação destas crianças que representavam um perigo para a sociedade da época.

Destacamos também os trabalhos de Edson Passetti²⁶ e Irma Rizzini²⁷, que discutiram a problemática das políticas públicas voltadas para as crianças carentes e trabalhadoras. A questão da pobreza, do desamparo familiar, da prostituição e outros temas são pintados com cores fortes, evidenciando como o Estado e setores da sociedade civil construirão, no decorrer da história, a noção de direitos e deveres em relação às crianças e jovens no Brasil, através de uma abordagem sócio-histórica

Os estudos sobre o problema da infância que transitaram nas esferas marginais das grandes cidades brasileiras no início do século XX, também receberam a forte colaboração da antropologia histórica e da sociologia. O trabalho de Adriana de Resende Vianna, *O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1930*, representa uma importante contribuição para os estudos que se debruçam sobre esta temática. A partir da perspectiva da antropologia histórica, utilizando-se de um rico acervo documental, Vianna passou a discutir como o problema de crianças e jovens que viviam nas ruas do Rio de Janeiro passou a ser um caso de polícia, uma vez que estes agentes sociais estavam inseridos no mundo da violência e marginalidade urbana.²⁸

O trabalho de Adriana Vianna também se torna uma referência para as discussões sobre o conceito de minoridade e sobre as práticas de controle e coerção utilizadas pelo aparato policial contra os *menores*. De acordo com o resultado de suas pesquisas, nas primeiras décadas do século XX, a ação policial sobre as crianças e jovens foi elaborada no sentido de construir “um personagem social específico, genericamente denominado *menor*”.²⁹ Através desta obra, podemos perceber como a lógica policial estava presente no discurso e nas medidas assistenciais voltadas para as crianças e jovens tidas como “delinquentes”.

No campo da sociologia histórica, o trabalho *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil*, de autoria da pesquisadora Irene Rizzini, representa uma relevante contribuição para os pesquisadores que se dedicam estudar esta temática, uma vez que traz à baila a discussão de como foi construído o discurso

²⁶ PASSETTI, Edson. **Crianças carentes e políticas públicas**. In: PRIORE, Mary Del. História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.

²⁷ RIZZINI, Irma. **Pequenos trabalhadores do Brasil**. In: PRIORE, Mary Del. História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004. p. 376-407.

²⁸ VIANNA, Adriana de Rezende. **O mal que se adivinha – polícia e minoridade no Rio de Janeiro - 1910-1920**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

²⁹ Idem. P. 167.

sobre assistência à infância no Brasil do século XX. Nesta obra, a autora analisa como foi construído o discurso do Estado sobre as medidas de proteção à infância proposta pelos reformadores sociais nas primeiras décadas dos noventa. De acordo com Rizzini, “a lógica evolucionista positivista da época, vigiar a criança para evitar que ela se desvie é entendido como parte de uma missão eugênica, cuja meta é de regeneração da raça humana” e esta lógica esteve presente nas primeiras tentativas de vigiar, deter e corrigir as crianças e jovens que representavam uma ameaça para a manutenção da “ordem” e do “progresso” da nação.³⁰

Não podemos deixar de registrar que este trabalho nasceu de um projeto maior, coordenados pelas irmãs Irma e Irene Rizzini, do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância – CIESPI. A trajetória intelectual das coordenadoras deste projeto, que possuem formação acadêmica na área da psicologia e serviço social, é fortemente marcada por promover parcerias interinstitucionais voltadas para questão da assistência à infância. Nesse sentido, a obra *O século perdido* foi elaborada a partir de uma perspectiva interdisciplinar, de uma longa duração temporal, quando foram utilizados diferentes perspectivas teóricas na tentativa de se construir uma história da assistência à infância no século XX.

Neste trabalho, encontramos uma reflexão sistematizada acerca do surgimento das medidas de controle e coerção sobre os menores, durante as primeiras décadas do século XX e do surgimento de políticas públicas voltadas especialmente para os casos de crianças envolvidas no universo da criminalidade. Esta análise contribui para as discussões acerca do surgimento dos primeiros aparatos jurídicos e policiais para os problemas da infância dita como “delinqüente”.

Nesse sentido, podemos perceber que o final do século XX representou um “novo tempo” para a historiografia preocupada em estudar a história de crianças e jovens que vivenciaram o universo da marginalidade urbana. Estudar a relação criança *versus* rua, criança *versus* trabalho urbano, criança *versus* violência, requer do historiador a preocupação de dialogar com outras áreas do conhecimento humano. O exercício interdisciplinar é indispensável para as análises voltadas para a discussão do problema da infância inserida no mundo das contradições surgidas a partir do desenvolvimento das grandes cidades.

³⁰ RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Santa Úrsula/ AMAIS, 1997. p. 26

Esta análise nos leva a perceber como a escrita da história se constrói a partir de um universo no qual o historiador está inserido, afinal, como nos fala Michel de Certeau, o historiador fala de um lugar social e institucional.³¹ Os historiadores que se dedicaram a estudar a questão das crianças e jovens que vivenciaram os desdobramentos do crescimento urbano no Brasil, contribuíram de forma efetiva para uma melhor compreensão sobre os problemas da infância no tempo presente.

Por uma história da Infância em Pernambuco

A cada dia, os estudos sobre a infância ocupam um maior espaço na área do conhecimento histórico contemporâneo. Problematizar a infância e o universo que a norteia é descobrir mundos inexplorados, onde as brincadeiras e as estripulias podem ser confrontadas com as mais variadas práticas de controle e coerção. A partir dessa perspectiva, historicizar a infância nos leva a investigar o lugar dos excluídos na história.

A consolidação das pesquisas sobre a história dos meninos e meninas no Brasil foi construída a partir da organização de grupos de estudos e de trabalho, laboratórios e outras formas de articulação entre os historiadores da infância. Na década de 1980 foi fundado o *Núcleo de Estudos Avançados em História Social da Infância*, interligado ao Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa Histórica do Instituto Franciscano de Antropologia, da Universidade de São Francisco, em São Paulo. De acordo com Marcos Cezar de Freitas, o objetivo deste Núcleo, considerado o primeiro do Brasil, era de reunir “inúmeros investigadores interessados na pesquisa e no estudo acerca da formação dos campos intelectuais e de duas repercussões na produção e disseminação de representações sobre a infância na sociedade”.³²

Outro grupo importante foi criado em 1984, o Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina – CEDHAL, que contemplou em uma das suas linhas de pesquisas a questão da *família e a criança na História Social da População Brasileira*. Organizado pela historiadora Maria Luiza Marcílio, este Centro realizou um importante

³¹ CETEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

³² FEITAS, Marcos Cezar de. **Por uma sociologia histórica da infância no Brasil**. IN: *História Social da Infância no Brasil*. 6 Ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 9.

levantamento de fontes documentais em varias capitais do Brasil, entre elas Recife, Salvador e Rio de Janeiro.

Em 1984 também foi fundado a Coordenação de Estudos e Pesquisas sobre a Infância – CESPI, sendo criado o Centro de Documentação da Infância – CDI, na Universidade Santa Úrsula. De acordo com a análise da historiadora Ivonete Pereira, o Centro reuniu, organizou e disponibilizou “uma infindável série de documentos, proveniente de diferentes arquivos com a finalidade de estimular e desenvolver pesquisas sobre a infância pobre no Brasil e em outros países das América Latina, com vistas à promoção sociais junto a essa população infanto-juvenil”.³³ Este Centro também se caracterizou por aglutinar pesquisadores de várias áreas do conhecimento humano, entre eles sociólogos e assistentes sociais.

Em Pernambuco, não há um expressivo número de estudos voltados para História da Infância. Todavia, estamos vivenciando um novo momento com a criação do Centro de Estudos sobre Infância em Pernambuco - CEIPE, fundado pela historiadora Alcileide Cabral, na Universidade Federal Rural de Pernambuco, em 2007. Neste mesmo ano, foi realizado o *Simpósio Memórias da Infância*, também na UFRPE, que teve como objetivo reunir pesquisadores que se interessam pela temática e assim fomentar um movimento voltado para consolidação dos estudos sobre a infância em Pernambuco. A partir desta iniciativa foi publicada a coletânea *História da Infância em Pernambuco*, que reuniu trabalhos que representaram frutos de dissertações e teses desenvolvidas no nosso Estado.³⁴

Este novo momento traz consigo a esperança de se construir um novo tempo para a historiografia voltada para os estudos de crianças e jovens em Pernambuco e o nosso trabalho foi construído a partir deste sentimento. Organizamos a nossa dissertação em quatro capítulos, sendo o primeiro, ***Recife: cidade inimiga das crianças***, dedicado à análise do lugar social das crianças e jovens nesta cidade, cujo crescimento trouxe consigo uma série de problemas sociais para as crianças que nela moravam. No Segundo Capítulo, intitulado ***Nas fábricas e nas ruas: a infância no mundo do trabalho***, será dedicado a análise do cotidiano dos meninos que vendiam jornais ou trabalhavam nas fábricas e oficinas da cidade, tendo as memórias de infância de

³³ PEREIRA, Ivonete. **Universo infanto-juvenil: a historicidade da infância no Brasil**. In: Anais do XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo: Associação Nacional de História, 2007 p. 4

³⁴ MIRANDA, Humberto & VASCONCELOS, Maria Emília. **História da Infância em Pernambuco**. Recife: Editora da UFPE, 2007.

Gregório Bezerra³⁵ e a literatura de José Lins do Rego, *Moleque Ricardo*³⁶, como fontes que nos ajudaram a conduzir o enredo deste capítulo. No terceiro capítulo, *A construção da criança problema: a construção da rede de assistência, controle e coerção sobre a “infância perigosa”*, serão analisados os mecanismos de controle e coerção sobre as crianças e o seu cotidiano na Casa de Detenção. O quarto capítulo, *Caminhos do Recolhimento: a institucionalização da infância no Recife*, será discutido o cotidiano dos meninos na Casa de Detenção do Recife, no Hospital de Alienados e no Presídio de Fernando de Noronha, locais para onde as crianças e jovens foram recolhidas após a passagem pela Detenção. Neste Capítulo também será historicizado a criação da Escola Correccional 5 de Julho no Recife, marco da institucionalização da infância no século XX.

Colocar em tela as mais diferentes estratégias de institucionalização da assistência à infância no Recife, leva-nos a falar das escolas-prisões, das estratégias de repressão e controle construídas sob a égide do ideário normatizador... Contudo, não podemos deixar de lembrar que frente às medidas disciplinares existiu a antidisciplina, frente às estratégias de controle e coerção existiam as mais diferentes táticas de driblar as normas e os códigos impostos. Escrever a história dessas crianças e jovens pode nos levar a conhecer “outras” histórias antes escondidas pelo “véu do ocultamento” de uma historiografia tradicional. Desse modo, vamos em frente...

³⁵ BEZERRA, Gregório. **Memórias**: primeira parte 1900-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

³⁶ REGO, José Lins. **O moleque Ricardo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

PRIMEIRO CAPÍTULO

MENINOS DO RECIFE, FILHOS BASTARDOS DO “PROGRESSO”

A Rua da União onde brincava de chicote-queimado e partia vidraças de casa de Dona Aninha Viegas, Totônio Rodrigues era muito velho e botava o pincenê na ponta do nariz.

Depois do jantar as famílias tomavam a calçada com cadeiras, mexericos, namoros, risadas.

A gente brincava no meio da rua e os meninos gritavam:

Coelho sai!

Não Sai!

A distância as vozes macias das meninas politonavam:

Roseira dá-me uma rosa

Craveiro dá-me um botão

(Dessas rosas muita rosa terá morrido em botão...).³⁷

As memórias de infância de Manoel Bandeira nos fazem refletir as suas experiências de criança, vivida em um período em que a meninada se divertia nas ruas da cidade com suas brincadeiras de roda, de esconde-esconde e de boca de forno.³⁸ Neste poema, Bandeira nos traz a infância como a fase da inocência, as recordações saudosas da meninice, do tempo em que as tradições coloniais ainda eram vivenciadas pelos moradores que habitavam os bairros do centro do Recife, no final do século XIX.

Brincar no meio da rua, conversar nas calçadas, dar risadas... As lembranças de infância de Bandeira nos fazem analisar como foram construídas as relações sociais de convívio entre as famílias que residiam no centro do Recife. Naquela época, as crianças se apoderavam das ruas da cidade e as mais diversas brincadeiras faziam parte do seu cotidiano. Mas, Bandeira não foi o único que rememorou e registrou as suas memórias de infância. Durante a nossa investigação encontramos o depoimento do advogado e político pernambucano Paulo Cavalcanti, que ao relembrar momentos de sua infância no

³⁷ BANDEIRA, Manoel. **Libertinagem – Estrela da Manhã**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 42.

³⁸ Manoel Bandeira escreveu *Evocação do Recife*, no Rio e Janeiro, no ano de 1924. Em plena efervescência dos debates modernistas. Mesmo sendo um dos representantes do Movimento Modernista de São Paulo, Bandeira não deixou de contribuir com as idéias construídas pelo Movimento Regionalista, articulado por Gilberto Freyre e outros intelectuais do Nordeste do país que, através de suas obras, passaram a valorizar a questão da tradição e do passado. Podemos encontrar uma reflexão mais sistematizada sobre essa questão na obra *A invenção do Nordeste e outras artes*, do historiador Durval Muniz de Albuquerque Junior. IN: ALBUQUERQUE, D. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2006.

Recife, vivido no bairro da Boa Vista, no final da década de 1930, deixou-nos o seguinte registro:

Na minha infância e adolescência, era ali o reino do irredentismo, indomável, gostoso, acolhedor, a garotada jogando pião e empinando papagaio, os adultos falando de revoluções, as pretas velhas contanto estórias de Trancoso, as rodas das meninas, alegres, entoando os *passarás, passarás, algum dele há de ficar*. Teria no máximo uma oitenta casas, uma venda na esquina e uma fábrica de óleo de algodão na extremidade que dava para o braço do Rio Capibaribe.³⁹

Brincar de roda, empinar papagaio, jogar papagaio... Nessas brincadeiras as crianças cresciam em conjunto, aprendiam coletivamente com os desafios propostas pelos jogos e dividiam os momentos da vida marcados pelas emoções construídas no decorrer dos jogos. De acordo com Raquel Zumbano Atman, “por meio dos jogos, a criança manifesta suas emoções” e “estabelece relações sociais, descobre sua capacidade de escolher, decidir e participar”.⁴⁰

Era o Recife das primeiras décadas do século XX. A cidade que crescia ainda trazia características dos tempos de outrora. Segundo Cavalcanti, sua infância foi vivida em uma casa localizada no centro da cidade, perto do Hospital Pedro II, e lembra que no final da tarde, ele ou um dos seus irmãos “ia esperar o velho que descia do bonde Hospital Pedro II com grandes embrulhos de café, bolacha, açúcar, manteiga, pão e, uma vez ou outra, um queijo do Reino, isto nos dias de festa”.⁴¹ Em outro trecho de seus relatos, as memórias de infância de Cavalcanti também nos levam a perceber que as crianças que residiam no centro da cidade tinham uma relação de convivências com as crianças que moravam nos mocambos. Ao lembrar seus dias de estudantes, Cavalcanti nos fala:

Cheguei à escola de espírito leve, mas curtido de experiências, deixando para trás, nos mocambos da Ilha do Leite e dos Coelhos, nos mangues do Capibaribe, um bando de moleque, meus colegas de travessuras, que continuariam pela vida afora a catar caranguejos para comer, ajudando os pais nas árduas tarefas do cotidiano, uns sucedendo aos outros – um ciclo de miséria e sujeira – Onde está, por exemplo, Biu, forte chutador de bola nas *peladas* de ponta de rua, guapo, moreno, falante? – Que é de Sebastião, exímio nadador nas

³⁹ CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: da Coluna Prestes à queda de Arraes (memórias). Recife: Guararapes, 1980. p. 29.

⁴⁰ ALTMAN, Raquel Zumbano. **Brincando na História**. IN: PRIORE, Mary Del. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. 231-258

⁴¹ *Ibidem*. p. 22.

águas da maré-grande, do outro lado do Hospital Dom Pedro II? Perdi-os de vista. Se sobreviveram à lama da Ilha do Leite, não terão resistido, talvez o peso dos anos, adultos precoces, aprendizes de velho nas duras lutas da existência.⁴²

Em sua escrita de si, Cavalcanti nos faz refletir sobre as suas experiências de infância e como foram construídas as relações sociais nessa cidade que se transformava e analisar as trajetórias de vida dos meninos do mangue, seus “companheiros de travessura”. Nas ruas do Recife, Paulo e seus amigos jogavam bola, nadavam na maré e realizavam juntos as mais diferentes brincadeiras de criança. Mas, o garoto que pertencia a uma família burguesa mudou-se de casa com seus parentes, deixando para traz o convívio com as crianças que moravam nos mocambos da Ilha do Leite. O menino Paulo matriculou-se em um colégio e as outras crianças do mangue, para onde foram?

Neste primeiro capítulo iremos discutir o lugar social das crianças nesta cidade marcada pelas desigualdades sociais. As contradições econômicas se acentuaram, fazendo com que as ruas do Recife deixassem de ser um espaço onde as crianças das mais diferentes classes sociais brincavam coletivamente. Nesta cidade marcada por transformações econômicas, foram construídas novas formas de sociabilidade, relacionadas ao universo infanto-juvenil.

O Recife, que crescia desordenadamente, trazia consigo marcas do abandono crianças, da exploração do trabalho infantil, da prostituição e dos altos índices de óbitos de crianças, que morriam antes de completar a primeira idade. Não podemos deixar de registrar que, historicizar este cenário de mudanças também nos faz discutir o surgimento de campanhas organizadas pela sociedade civil, como a *Liga Pernambucana contra a Mortalidade Infantil*, em 1927, e a criação do Juizado de Menores, em 1934. É nesta seara de debate que pretendemos problematizar o lugar social das crianças, nesta cidade marcada pelas desigualdades sociais.

⁴² CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: da Coluna Prestes à queda de Arraes (memória). Recife: Guararapes, 1980.

1.1 - Recife: palco da modernidade, “cidade inimiga dos meninos”

Saí menino de minha terra
Passei trinta anos longe dela
De vez em quando me diziam
Sua terra está completamente mudada
Tem avenidas, tem arranha-céus...
É hoje uma bonita cidade!
Meu coração ficava pequenino.
Revi afinal o meu Recife.
Está de fato completamente mudado
É hoje uma bonita cidade.
Diabo leve quem pôs bonita a minha terra. ⁴³

Em forma de poesia, Bandeira registrou as suas memórias de infância, nas quais podemos encontrar imagens e representações evocativas sobre o Recife. De acordo com o olhar do poeta a Cidade tinha mudado. Era o Recife dos anos de 1930, tempo de Carlos de Lima Cavalcanti e do seu “Governo Revolucionário”; tempo das mudanças políticas, sociais e econômicas que se refletiam no campo urbanístico.

A cidade já tinha enfrentado várias reformas urbanas iniciadas na segunda metade dos oitocentos e intensificada durante a Primeira República. Durante o primeiro triênio do século XX, os projetos urbanistas construídos para cidade se propunham a fazer do Recife uma cidade modelo, quando uma série de melhoramentos materiais influenciou significativas mudanças no cotidiano da população. O historiador Flávio Weinstein Teixeira, ao estudar as transformações urbanísticas da cidade do Recife na década de 1920, afirma-nos:

São realmente de uma extraordinária riqueza e variedade os contornos que vieram a ganhar as demandas por ser moderno. A modernidade impunha desde a necessidade de se ter um porto modernamente aparelhado e ampliado na suas dimensões, de dispor de uma ampla rede de esgotos sanitários e fornecimento de água encanada, de se poder trafegar por ruas largas, calçadas e iluminadas, até o desejo de se mostrar elegante, ou freqüentar os cinemas – que por essa época começam a proliferar – e, mais tarde, reunidos nos cafés e confeitarias, comentar sobre a admirável interpretação dos atores ou sobre a extraordinária produção ora em cartaz. ⁴⁴

⁴³ BANDEIRA, Manuel. Minha terra. In: BANDEIRA, Manoel. **Poesias**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

⁴⁴ TEIXEIRA, Flávio W. **As cidades enquanto palco da modernidade**: o Recife de princípios do século. 1994. Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife, 1994. P. 54.

Este trecho do trabalho produzido por Teixeira, faz-nos refletir que o cotidiano da cidade era marcado por mudanças que se refletiram no setor econômico, social e cultural. Essas transformações traduziam como a modernidade “ditava” os padrões de desenvolvimento e progresso, que por sua vez tinha um expressivo caráter estético e higiênico/sanitarista. Recife, assim como outras metrópoles do Brasil, pode ser observada como o “palco da modernidade”.⁴⁵

Mas, qual o lugar das nossas crianças e jovens nesse cenário de mudanças? Ao analisar as transformações urbanas vivenciadas no Recife durante as primeiras décadas do século XX, o sociólogo Gilberto Freyre nos fala em seu diário de infância e primeira mocidade, que depois se tornou a obra *Tempo Mortos e Outros Tempos*, que os espaços destinados às brincadeiras de crianças estavam desaparecendo e denunciava:

Estamos descobrindo que muitas das crianças do Recife não têm onde brincar. Que o Recife, com a extensão dos velhos sítios particulares que não vêm sendo substituídos por parques ou jardins públicos, está se tornando uma cidade inimiga dos meninos. Sujeitos a ser esmagados pelos automóveis. Havemos de conseguir o Prefeito que inicie no Recife, ainda que de modo modesto, um sistema de *play grounds*.⁴⁶

Gilberto Freyre foi contundente ao afirmar que as crianças do Recife já não possuíam locais de lazer, tornando-se uma “cidade inimiga dos meninos”. A cidade se transformava urbanisticamente, fazendo com que os espaços de convívio e brincadeiras estivessem a cada dia mais reduzido. De acordo com as pesquisas de Raquel Altman, com o crescimento das cidades brasileiras, os espaços destinadas às brincadeiras das crianças se tornaram cada vez mais restritos, onde a rua foi “usurpada pelos veículos cada vez mais velozes”, fazendo com que a garotada passasse em espaço limítrofes como nos quintais das casas, no pátio dos colégios ou até nos corredores dos edifícios.⁴⁷

A falta de espaço para as brincadeiras das crianças foi sentida pela sociedade da época, fazendo com que o poder público reagisse as inquietações da população. Em setembro de 1938, a *Folha da Manhã*, trazia a informação que a Prefeitura estava estudando as formas de criar parques infantis na cidade, afirmando que:

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ FREYRE, Gilberto. **Tempo morto e outros tempos**: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade (1915-1930). São Paulo: Global, 2006. p. 322

⁴⁷ ALTMAN, Raquel Zumbano. **Brincando na História**. IN: PRIORE, Mary Del. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 231-258

A criação de parques para crianças, como fator educacional de relevo, tem dado ensejo a apreciações justas e oportunas, sendo, atualmente, objeto de estudos acurados nos principais centros urbanos no país. No Rio e Em São Paulo, o problema marcha para uma solução definitiva, o que vale como expressão da importância de que ele se reveste (...) Entre nós mesmo, já se ensaiou algo nesse sentido, ao tempo da administração do prefeito Costa Maia, que inaugurou vários parques em recantos diversos da cidade. O interesse pelos mesmos renasce, com o Prefeito Novais Filho, que já deu os primeiros passos com o aproveitamento dos amplos jardins do Derby, onde o movimento de crianças, às tardes e pelas manhãs, é considerável. Instalados, ali, jogos e entretenimentos outros, infantis, o jardim do Derby é, atualmente, o grande centro de atração, aonde acorre a meninada das escolas recifenses. Outros locais da cidade serão beneficiados com providências idênticas. Objetivado este aspecto da questão, poder-se-á, então, cuidar e aproveitá-los na sua formação educativa, instituindo-se jogos, torneios e festas escolares, dentro de um plano sistemático e racionalizado.⁴⁸

A matéria publicada pelo jornal *Folha da Manhã* ressalta a preocupação sentida pelos gestores da Prefeitura da Cidade, que buscavam criar parques infantis para utilizá-los como espaços para atividades educacionais. Esta matéria, que tinha uma forte tendência de divulgar os trabalhos do Prefeito Novais Filho, refletia as novas preocupações da época, onde os lugares das brincadeiras de rua da meninada se reduziam, enquanto se projetava espaços para crianças se divertir a partir de uma lógica sistematizada e racionalizada. Nas ruas do Recife não representavam espaços para as brincadeiras espontâneas da meninada pelas calçadas e esquinas da cidade.

As ruas, que representavam o local das crianças brincarem se tornavam mais perigosas, uma vez que o número de automóveis era cada vez mais expressivo. Nas décadas de 1920 e 1930, o número de acidentes provocados por automóveis era expressivo. Ao mesmo tempo, segundo Jaílson Silva, no Recife dos anos de 1920, ter um automóvel era um privilégio, a máquina era considerada um símbolo da modernidade:

Dentre toda uma ampla série de inventos que se estende desde o último quartel do século XIX até meados da década de 1910, é o automóvel aquele que aparece melhor exemplificar as transformações da vida cotidiana engendrada pela modernidade e sua máquina maravilhosa. Nem os aviões, nem os navios transatlânticos, nem o telefone adentraram com tanta proficiência.⁴⁹

⁴⁸ **Folha da Manhã.** Parques infantis. Recife, 14 de setembro de 1938. p. 04. Apeje.

⁴⁹ SILVA. Jaílson Pereira. **O encanto da velocidade:** automóveis, aviões e outras maravilhas no Recife dos anos 20. 2002. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife: 2002.

Em 05 de janeiro de 1930 o *Jornal do Commercio* trazia a notícia que Anacleto da Silva, um adolescente de 17 anos de idade, sofreu um acidente quando procurava saltar do bonde ainda em movimento. A nota trazia a notícia: “esmagado por um bonde: o fim da vida no começo do dia” e detalhava o acidente:

De volta à cidade, vinha, ontem, pelas 5:30, um bonde da Várzea, guiado pelo motoneiro 502, e tendo como condutor, o de chapa 843. Quando o veículo passou pela Avenida Olindense em frente à rua D. Maria Lacerda, o menor de 17 anos de idade Anacleto Correia da Silva, ao procurar galga-lo, quando ainda em movimento, fê-lo com infelicidade, [...] desastrosamente. Na queda a vítima teve esmagados os membros superiores e inferiores, além de graves contusões na cabeça e no tórax. Dado o sinal de alarme, o motoneiro parou o veículo imediatamente. Quando recebia os primeiros socorros, Anacleto faleceu.⁵⁰

A notícia ainda trazia a informação que o condutor se evadiu do local do acidente e que Anacleto era órfão e trabalhava na Fábrica de Malha da Várzea, estando nos últimos tempos aprendendo a dirigir. O caso de Anacleto foi acompanhado pela polícia do 4º Distrito da Capital. Não sabemos o resultado do processo, levando-nos a perceber que os desdobramentos da maioria dos casos foram silenciados pelos jornais da época.

Em janeiro de 1930, o *Jornal do Commercio* divulgava outro caso envolvendo uma criança:

A peste mecânica
Menor atropelado por um automóvel.
O automóvel nº 2833, pela madrugada de ontem atropelou na Praça Dezesete, o menor Manuel Leandro da Costa, residente à rua da Harmonia. A vítima tendo feridas diversas pelo corpo, foi levada para o Posto de Assistência Pública e ali medicada. A polícia inteirou-se do caso.⁵¹

As mais variadas notas desses periódicos, coletadas durante a nossa investigação, traziam a informação de que muitas crianças foram vítimas de acidente por estarem trabalhando, brincando ou simplesmente caminhando pelas ruas da cidade. De acordo com os estudos de Jaílson da Silva, a justificativa da lista de acidentes ser extensa estava na falta de uma organização do sistema de transporte da cidade, quando muitos dos atos ilícitos cometidos pelos motoristas era por excesso de velocidade e por

⁵⁰ **Jornal do Commercio.** Na Polícia e nas Ruas. Recife, 05 de janeiro de 1930.

⁵¹ **Jornal do Commercio.** A peste mecânica. Na Polícia e nas Ruas. Recife, 20 de julho de 1930.

estarem trafegando na contramão.⁵² As crianças e jovens que transitavam nas ruas e avenidas da cidade apareciam como uma das principais vítimas dos automóveis, que passou ser chamado de *peste mecânica*, por provocar esta série de acidentes.

Muitos desses casos que envolviam acidentes de crianças passaram a ser resolvidos na instância do Poder Judiciário. Inicialmente, os casos eram levados para as delegacias distritais do Recife, uma vez identificado o réu, este passava a responder juridicamente. Contudo, durante nossa investigação percebemos que em muitos casos os motoristas evadiam-se do local do acidente. Com a criação do Juizado de Menores, em 1934, muitos casos foram encaminhados para a referida instituição judiciária.

O Juizado de Menores, que teve Rodolfo Aureliano como primeiro Juiz de Menores, tornou-se a referência de instituição pública voltada exclusivamente para os casos que envolviam as crianças e jovens no Recife.⁵³ Foi a partir da criação do Juizado que o *Código de Menores de 1927* passou a fazer parte de forma mais expressiva das discussões sobre os problemas das famílias pobres do Recife.

É muito importante entendermos o lugar social do Juizado de Menores frente as transformações políticas e econômicas da cidade, uma vez que a própria criação do Juizado reflete o contexto social que descortinou os problemas das crianças e dos jovens na época. Tais problemas, fruto do crescimento urbano desordenado, do desemprego e de outras formas de exclusão social, passaram a ser identificados como casos que deveriam ser resolvidos pelo Estado através do Poder Judiciário e do aparato policial, fazendo com que o problema da criança se tornasse merecedor de uma legislação exclusiva: o *Código de Menores de 1927*.

As pesquisas realizadas pela historiadora Sylvia Arend nos apontam que o discurso construído acerca da criação do Juizado de Menores e das suas funções atribuídas no *Código de Menores*, foi permeado do sentimento de controle e coerção sobre o cotidiano dos meninos e meninas que viviam no mundo da desvalia, do abandono e da criminalidade.⁵⁴ Não podemos deixar de registrar que foi sendo fomentado um discurso no qual apontava do Juiz de Menores como a autoridade responsável pelo “destino” dos casos judiciais que envolviam as crianças e jovens.

⁵² SILVA, Jailson Pereira. **O encanto da velocidade**: automóveis, aviões e outras maravilhas no Recife dos anos 20. 2002. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife: 2002.

⁵³ RIVAS, Leda. Rodolfo Aureliano: o benfeitor. In: **Revista Continente – Documento**. Recife, maio de 2004.

⁵⁴ AREND, Silvia Maria Fávero. **Filhos de criação**: uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930). Tese (Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS) Proto Alegre: UFRGS, 2005.

Analisar o papel do Juiz de Menores é necessário, uma vez que este passava a assumir a responsabilidade de conduzir e deliberar sobre os processos referentes às crianças e jovens. Defesa, proteção e assistência formavam o tripé que sustentava a função social e política do referido Juiz. De acordo com o jurista carioca Lemos Brito,

O papel do juiz de menores na regeneração da infância e adolescência desamparada, pervertida ou criminosa, é importantíssimo, cumprindo-lhe ocupar-se do menor, desde que é apresentado em juízo, até depois que salve da escola preventiva ou reformatória.⁵⁵

O comentário do jurista nos leva a perceber que o discurso da regeneração permeou os debates acerca do *Código de Menores de 1927*. A partir de uma análise do seu discurso, percebemos como a construção da idéia de que através do *Código* e da ação efetiva do juiz ou tribunal, crianças e jovens que representassem ameaça ao poder político-econômico instituído pudessem ser recuperadas socialmente.

O *Código* representou uma tentativa dos grupos sociais e econômicos estabelecidos e do Estado em centralizar e fortalecer sua ingerência sobre as famílias, transferindo para juiz de menores o poder de decidir sobre as questões pertinentes aos destinos dos meninos e meninas. Para o historiador Jacques Donzelot, “a utilização de uma única codificação, de uma etiologia homogênea, dava ao juiz um instrumento decisivo para abarcar crianças-problema de todos os pontos de vista”.⁵⁶

Não podemos deixar de lembrar que, neste contexto foi construída uma identidade legal para as crianças e jovens que viva em perigo ou que representava o próprio perigo. De acordo com os estudos de Adriana Vianna,

A construção dessa identidade só pode ser compreendida, portanto, em sua dimensão relacional (dada pela relação entre menores e polícia) e contrastiva. O contraste seria estabelecido, inicialmente, pela oposição aos procedimentos a serem adotados pela polícia com os indivíduos maiores, acusados dos mesmos delitos ou de outros. Respalhada em uma diferença legal básica, que toma a divisão etária como critério demarcador de diferentes formas de participação social, a polícia teria condições com relação aos menores detidos, avaliando, como já foi dito, não só os próprios indivíduos, mas seus responsáveis legais.⁵⁷

⁵⁵ BRITTO, Lemos. **As leis dos menores no Brasil**. Rio de Janeiro: Typografia da Escola de Preservação 15 de novembro, 1929, p. 2

⁵⁶ DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. 3º Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001. p. 135

⁵⁷ VIANNA, Adriana de Rezende. **O mal que se adivinha** – polícia e minoridade no Rio de Janeiro - 1910-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. p. 27

Desse modo, o a criança e o jovem tornam-se legalmente assistido por um aparato jurídico e o Estado passou a criar um complexo tutelar voltado para o controle e coerção dos meninos e meninas, tendo a legitimidade de intervir sobre suas vidas e no âmbito de suas famílias. Para que esta proposta se tornasse operacionável, o Juizado contava mais diretamente com o aparato policial ou com outras instancia do próprio Poder Judiciário, que por sua vez passou a identificar o menino que vivia ou trabalhava nas ruas e nas fábricas, que foi atropelado pelo bonde durante seu expediente de trabalho ou que vivia as mais diversas formas de exclusão social, como o *menor*.⁵⁸

A atuação do Juizado contemplava diversas áreas relacionadas ao universo infanto-juvenil, mesmo sendo fortemente direcionada para os problemas das crianças que buscavam meios de sobrevivência que desafiavam a Lei. Rodolfo Aureliano, católico fervoroso e defensor dos valores morais e dos bons costumes, procurou realizar um trabalho voltado para a manutenção desses princípios, realizando campanhas que disseminassem suas idéias e divulgassem suas ações.

Em Recife, o Juizado de Menores procurou construir uma campanha voltada para os problemas que norteavam o cotidiano das crianças e jovens das diversas classes sociais. Entre os trabalhos realizados pelo Juizado, destacou-se o controle sobre a presença da meninada nos cinemas da cidade. Através de várias medidas de vigilância e coerção, o Poder Judiciário buscou controlar, proibir e punir as crianças, os pais e donos de salas de exibição localizadas nos mais diversos bairros do Recife.

Nos anos de 1920, o cinema passou a ser um dos espaços mais freqüentados pela criançada. O Recife dos automóveis também era a cidade dos cinemas. De acordo com as pesquisas da historiadora Sylvia Couceiro, nos finais dos anos de 1910, a cidade possuía mais de 50 salas de cinema, transformando o panorama de entretenimento da capital pernambucana. De acordo com as suas pesquisas,

Nos anos vinte, espalhavam-se cinemas por quase todos os bairros da cidade. Entre 1909 e o final da década, mais de cinqüenta cinemas, desde os mais equipados e decorados do centro até as pequenas salas de projeção dos subúrbios, acessíveis aos seguimentos populares, foram inaugurados na cidade.⁵⁹

⁵⁸ AREND, Silvia Maria Fávero. **Filhos de criação**: uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930). Tese (Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS) Porto Alegre: UFRGS, 2005.

⁵⁹ COUCEIRO, Sylvia. **Artes de Viver a cidade**: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do recife nos anos de 1920. 2003. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife, 2003. p. 88.

Cinema Royal, na Rua Barão da Vitória, localizada no Bairro de Santo Antonio. Cine-teatro Helvetia, na Rua da Imperatriz. Ideal Cine-Teatro, no Pátio do Terço. Couceiro nos fala que essas salas se tornaram espaços onde foram construídas as mais diferentes formas de convivência, refletindo as novas formas de comportamento, que por sua vez desafiavam os padrões de moralidade tradicionais da época. As “cenas de amor, com beijos prolongados, pernas e outras partes do corpo feminino em exposição”, constantemente projetadas nas grandes telas, passaram a ser vistas como um desacato aos *bons costumes*.⁶⁰

Uma série de matérias de jornais nos fazem perceber que existiu uma campanha do Juizado em favor de uma fiscalização rigorosa contra a presença das crianças e jovens nos cinemas da cidade que exibissem filmes considerados inadequados a menores de 18 anos de idades. Em 1935, os jornais do Recife noticiava a seguinte manchete: *A campanha iniciada pelo Juiz de Menores contra o cinema que corrompe, deve merecer o aplauso prestigioso da família pernambucana*. A matéria defendia a idéia que:

É cinematografo, bem como o teatro, uma diversão maravilhosa e ao mesmo tempo uma escola a que nenhuma outra se pode comparar. Pelo primeiro, principalmente, transmite-se noções com um mínimo de esforço. Aligeira o trabalho do professor e faz a alegria do escolar, dos objetivos que tem sido o desespero dos pedagogos.⁶¹

Nesta matéria, podemos perceber que o cinema era considerado como uma escola que poderia influenciar a educação das crianças e jovens. Mesmo reconhecendo a importante do cinema, como um instrumento de entretenimento, o jornal alertava como esta “maravilha” poderia apresentar uma ameaça para a formação moral das crianças. Foi neste sentido que a presença das crianças passou a ser proibidas em salas que exibissem determinados filmes. Neste mesmo período, o Juizado divulgava amplamente a lista das películas proibidas.

Juizado de Menores do Recife
Relação das películas proibidas para menores
Rei da Noite (King for a night) – Universal Pictures S. A. – Metro
Goldwyn Mayer: três garotas ladinas (Three Wise Gris) – United
Artist Corp; Esta noite ou nunca – United Artist Corporation; Vidas

⁶⁰ Idem. p. 91

⁶¹ **Diário da Manhã**. A campanha iniciada pelo Juiz de Menores contra o cinema que corrompe, deve merecer o aplauso prestigioso da família pernambucana. Recife, 12 de junho de 1935. p. 4.

cruzadas (From bell te heaven) – Paramount Films Corp.; Loura sedutora (platinum Blond) – United Artst Cop.; Beijos por dinheiro (Stage mother) – Metro Goldwyn Mayer.⁶²

Segundo a historiadora Leda Rivas, biógrafa do Juiz de Menores Rodolfo Aureliano, em 1934,

ao seguir, fielmente, o Código de Menores, proibindo o aceso de crianças e adolescentes a filmes e espetáculos considerados ‘impróprios’, foi motivo de muitas discussões na cidade. Se, de um lado, boa parte da comunidade se manifestava favorável à medida, de outro, os proprietários de cinema reclamavam denunciando abusos por parte do Juizado.⁶³

Diante da onda de polêmica levantada, a *Coluna de Higiene Mental*, elaborou um artigo para ser divulgado no *Diário da Manhã*, trazendo para o debate os males que o cinema podia causar às crianças. Segundo o artigo:

Até aos 7 anos não permitir filmes dramáticos ou de aventuras, são aconselháveis as fitas cômicas, apólogos ou cantos, cenas de carinho, piedade e virtudes. Na idade escolar devem preferir, além dos precedentes, filmes geográficos, biográficos, históricos ou naturais, cenas de trabalho, etc. Durante a adolescência exercer severa censura sobre filmes sentimentais ou de crimes, indicando antes filmes cômicos, históricos e didáticos.⁶⁴

Censura severa, vigilância atenta... Esses eram os conselhos indicado pelo Serviço de Higiene Mental, que buscavam garantir uma educação moral voltadas para as crianças, afastando-as da “nocividade de certos programas cinematográficos, muitos deles destinados especialmente à petizada, aonde não há o menor critério de seleção dos filmes apresentados”.⁶⁵ Para o Serviço, esse controle deveria ser estabelecido para a preservação da mente e do corpo dos pequenos (protegendo o intelecto e o físico), reforçando a idéia que as crianças e jovens deveriam ser normatizadas e enquadradas em um determinado padrão de comportamento.

Não podemos negar que esta campanha refletia as novas preocupações que norteavam a assistência à infância no Brasil e que o controle do juizado era voltado para

⁶² **Diário da Manhã**. Juizado de Menores do Recife - Relação das películas proibidas para menores. Recife, 12 de junho de 1935. p. 4.

⁶³ RIVAS, Leda. Rodolfo Aureliano: o benfeitor. In: **Revista Continente – Documento**. Recife, maio de 2004. p. 18

⁶⁴ **Diário da Manhã**. Coluna de Higiene Mental. Recife, outubro de 1937. Acervo: Apeje.

⁶⁵ Idem.

a questão da presença das crianças enquanto público freqüentador/espectador dos filmes e daquelas que trabalhavam nas salas de cinema. O *Código de Menores de 1927* estabelece que a autoridade pública – o Juiz ou um representante do Poder Judiciário –, seja encarregada da proteção e assistência à infância, podendo fiscalizar os locais de moradia, estudo, diversão ou trabalho onde as crianças e jovens se encontrem. De acordo com o Artigo 126, tais autoridades podiam proceder todo tipo de investigação, caso fosse necessário, inclusive, de visitar famílias, interditar estabelecimentos de ensino ou de qualquer tipo de instituição voltada para questão da assistência à infância, tornando-se autorizada a inspecionar a própria autoridade pública.⁶⁶

Nesse Capítulo, o Código também estabeleceu regras de controle quanto à relação das crianças e jovens nos *dancing, music-halls*, cafés, casas de jogos, cabarés ou bailes públicos. Frente ao expressivo número de cinemas construídos nas grandes cidades, durante o período de sua elaboração e promulgação, o *Código* estabelece uma série de normas controladoras em relação à presença dos menores nos cinemas. Vejamos:

Artigo 128. A entrada das salas de espetáculos cinematográficos é interdita aos menores de 14 anos, que não se acompanhados de seus pais ou tutores ou qualquer responsável.

1 Poderão os estabelecimentos cinematográficos organizar para crianças até 14 anos sessões diurnas, nas quais sejam exibidas películas instrutivas, devidamente aprovadas pela autoridade fiscalizadora; e a essas sessões poderão os menores de 14 anos comparecer desacompanhados.

2 Em todo caso é vedado aos menores de 14 anos o acesso a espetáculos, que terminem depois das 20 horas.

3 As crianças de menos de 5 anos não poderão em caso algum ser levadas às representações.

4 São proibidas representações perante menores de 18 anos de todas as fitas que façam temer influencia prejudicial sobre o desenvolvimento moral, intelectual e físico, e possam excitar perigosamente a fantasia, despertar instintos máos ou doentios, corromper pela força de suas sugestões.

5 Será afixado claramente na entrada dos locais de representações em que limites de idade o espetáculo é acessível, sendo proibida a venda de entradas aos menores impedidos por lei.⁶⁷

O Artigo 128 conta, ainda, com três cláusulas voltadas para o trabalho das crianças e jovens nos estabelecimentos cinematográficos, apontando a necessidade do

⁶⁶ Idem. Capítulo X, Artigo 128.

⁶⁷ Ibidem.

consentimento dos pais ou responsáveis e a licença especial de uma autoridade pública aprovando o trabalho das crianças. De acordo com o Código, os pais ou responsáveis, os proprietários das casas de exposições e os produtores deveriam atentar para o horário de trabalho e as condições de salubridade do local onde esses menores estavam trabalhando. Caso as normas fossem violadas, os responsáveis estariam sujeitos à multa. Desse modo, em nome da preservação de valores tradicionais, recomendava-se o controle do horário, da idade, das cenas exibidas e do estado de higiene das casas de espetáculo e/ou dos cinemas.

Desse modo, podemos observar o lugar social das crianças do Recife, cidade que crescia e trazia consigo sérios problemas sociais que atingiam as crianças e jovens. Como nos fala Passetti, ao analisar o problema das crianças e carentes e das políticas públicas, no início do século XX, o Estado passou a se preocupar com a questão da infância demarcando um novo momento da assistência à infância no Brasil e este marco histórico foi construído sob a égide do controle, coerção e punição sobre a vida dos meninos e meninas.⁶⁸

Recife, cidade marcada por múltiplas experiências sociais, onde as idéias antigas se confrontavam com as novas, foi palco do desenvolvimento econômico e pelas desigualdades sociais. Esse cenário de contradições e desigualdades fez gerar práticas de controle e vigilância social, que se materializaram nas políticas assistenciais elaboradas pelo Estado e setores da sociedade civil, entre elas, a campanha contra a mortalidade infantil, problema que alarmou a população desta cidade inimiga dos meninos.

1.2 - Meninos dos mocambos: pobreza e mortalidade infantil no Recife

A família Silva deixou o Sertão de Pernambuco em busca de uma vida melhor no Recife. Zé Luís, em companhia com sua mulher Joaquina e seus três filhos, percorram um longo caminho do Cariri até a chegar à capital do Estado. Naquele tempo,

Espalharam pelo interior um boato que o governo tinha criado um ministério para defender os interesses do trabalhador e que com os

⁶⁸ PASSETTI, Edson. **Crianças carentes e políticas públicas**. In: PRIORE, Mary Del. História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.

fiscais da Lei, a vida na cidade estava uma beleza, trabalhador ganhando tanto que dava para comer até matar a fome.⁶⁹

Ao chegarem à cidade, Zé Luiz e sua família perceberam que as “coisas” se apresentaram de forma diferente... Na cidade, além de faltar trabalho, morar e comer custava muito caro para quem vinha dos sertões trazendo na bagagem apenas esperança em dias melhores. Só existia uma solução: viver no mangue, lá o terreno era de ninguém e os caranguejos matavam a fome.

A estória da família Silva, foi criada pelo cientista social pernambucano Josué de Castro. Nos anos de 1930, Castro publicava uma série de artigos nos jornais do Recife, voltados para questão das condições de vida da população pobre da cidade. Anos mais tarde, esses artigos foram reunidos em um livro intitulado *Documentário do Nordeste*. Nessa obra, o Recife é apresentado à luz do olhar de Josué de Castro, que esteve preocupado em retratar as desigualdades sociais da cidade, a vida das pessoas que habitavam os mocambos, o cotidiano dos operários e outras experiências vividas pelas pessoas “comuns” apresentadas em forma de relatório, contos e ensaios.

Um desses trabalhos tinha como protagonista uma criança de nove anos de idade, chamada João Paulo. Segundo o ensaio de Josué de Castro, o menino João Paulo e seus irmãos começaram a trabalhar no Recife, quando o mais velho vendia amendoim e angu de milho no Largo da Paz, em Afogados, enquanto os outros passavam o dia catando caranguejo. João, o filho mais novo, com apenas nove anos de idade, ajudava nos afazeres da casa e trocava caranguejo por comida. Com o tempo, todos perceberam as habilidades do menino João em pegar o crustáceo; foi quando o Padre Aristides o contratou para pegar goiamum.⁷⁰

Nas primeiras décadas do século XX, a Cidade era considerada uma referência de grande metrópole nacional. Naquele período, a capital pernambucana caracterizava-se economicamente como uma cidade da indústria e do comércio. Segundo as pesquisas de Catia Lubambo, a década de 1910 foi marcada por uma reestruturação da urbana, quando o melhoramento do Porto do Recife, a instalação de linhas férreas, o alargamento das avenidas e o investimento em saneamento se efetivaram. Esses

⁶⁹ CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1965. p. 23.

⁷⁰ Goiamum é um parente próximo do caranguejo, “ariano, de casco lustroso e de olhos azuis”, espécie de “primo rico” da família.

investimentos foram realizados por meio do pagamento de impostos advindos das primeiras indústrias e do comércio.⁷¹

Estes investimentos na cidade também representam como um dos desdobramentos das mudanças ocorridas no setor agro-açucareiro da Zona da Mata pernambucana e das outras regiões canavieiras, como o investimento de novas tecnologias para o cultivo da cana de açúcar e a implantação dos engenhos centrais, trouxeram para o Recife uma nova dinâmica econômica. De acordo com Gadiel Perruci,

A indústria pernambucana conhece durante a Primeira República um inegável progresso. A “revolução tecnológica” ocorrida na produção açucareira do Estado provoca no Recife uma aceleração das atividades comerciais e industriais; os “engenhos centrais” e as usinas estimulam a fabricação no Recife não somente de certos tipos de material ligeiro para a manutenção de suas máquinas, como também de produtos têxteis.⁷²

Os dados estatísticos ainda sinalizam que, nos anos de 1930, o Recife possuía em torno de 1.148 empresas que atuavam em diferentes tipos de atividades e serviços. De acordo com as pesquisas realizadas pela historiadora Zélia Gominho, em 1931 a indústria têxtil empregava um número expressivo de operários, chegando a Companhia de Fiação e Tecidos de Pernambuco, localizada no bairro da Torre, a formar um quadro de aproximadamente 1.232 operários.⁷³

Esse cenário econômico gerou desdobramentos no plano social. Um número expressivos desses trabalhadores buscavam viver uma vida melhor no Recife. O êxodo rural foi responsável pela vinda de várias famílias para a cidade, gerando o crescimento demográfico que implicou diretamente no aumento da população, que passaram a morar nos morros e alagados da cidade. Ao analisar as condições sociais daqueles que habitavam nos bairros da periferia do Recife, Josué de Castro nos fala que as

zonas de mangues, dos mocambos, dos operários, dos sem-profissão, dos inadaptados, dos que desceram do sertão na fome e não puderam vencer na cidade, dos rebelados e dos conformados. Zona dos mocambos. Cidade aquática, com casas de barro batido a sopapo,

⁷¹ LUBAMBO, Catia Wanderley. **O bairro do Recife no início do século**: uma experiência de modernização urbana. Mestrado e Ciências do Desenvolvimento urbano e regional – Departamento de Arquitetura e urbanismo. Recife: UFPE, 1988.

⁷² PERRUCCI, Gadiel. **A República das Usinas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 139.

⁷³ GOMINHO, Zélia. **Veneza Americana x Mucambópolis**: o Estado Novo na Cidade do Recife (décadas de 1930 – 1940). J. dos Guararapes: Edição do Autor, 2007.

telhados de capim, de palha e de folhas de flandres (...) O Recife é todo esse mosaico de cores, de cheiros e de sons.⁷⁴

O Recife do “progresso”, dos sobrados também era a cidade que convivia com o “atraso”, dos mocambos, que se espalhavam pela cidade e se localizavam nas margens dos rios Capibaribe, Tejipió, Beberibe, entre outros. Lá moravam, em habitações que eram construídas dos restos de madeira, zinco, barro e não possuíam estrutura sanitária, “retirantes, pescadores, balaieiros, operários, jornaleiros, tipógrafos, pedreiros, lavadeiras, costureiras, motorneiros, meretrizes”.⁷⁵

Em “O despertar dos mocambos”, artigo publicado em *Documentário do Nordeste*, Josué de Castro narra o cotidiano das famílias e das crianças dos mocambos, quando no fala que:

Com o despertar do dia ficam vazios todos os mocambos, saindo os homens para trabalhar nas fábricas, carregar e descarregar os navios, as mulheres para cozinhar e lavar nas casas ricas, os meninos pra vagabundagem, tomar contas das ruas, entrar de lama a dentro para pegar caranguejo.⁷⁶

Cada um tomava um destino e seguia em frente. Entre a luta pela vida e a fuga da morte, os meninos dos mocambos do Recife cresciam aprendendo que viver era um grande desafio, marcado pela luta da sobrevivência das crianças. Correr nas ruas, empinar papagaio, jogar bola e catar caranguejo para depois vendê-los ou trocá-los por comida, assim era construído o cotidiano dos meninos dos mocambos do Recife.

Não podemos entender o lugar social das crianças que viviam nos mocambos do Recife, sem antes nos voltarmos para o debate sobre o que representava viver neste tipo de moradia no Recife durante as décadas de 1920 e 1930. Em 1936, o sociólogo Gilberto Freyre publicou a primeira edição de *Sobrados e mocambos*, em que analisou o avanço dos mocambos como um dos desdobramentos do fim da escravidão e do crescimento urbano no Brasil. Nesta obra, Freyre nos afirma que o ex-escravo, já na segunda metade do século XIX, passou a construir suas vidas além das senzalas, quando

As mucambarias ou aldeias de mucambos, palhoças ou casebres, fundadas nas cidades do Império e não apenas como Palmares nos

⁷⁴ CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1965.

⁷⁵ GOMINHO, Zélia. **Veneza Americana x Mucambópolis**: o Estado Novo na Cidade do Recife (décadas de 1930 – 1940). J. dos Guararapes: Edição do Autor, 2007. p. 39.

⁷⁶ CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1965. p. 20.

ermos coloniais, representam, evidentemente, da parte dos negros livres ou fugitivos de engenhos ou fazendas, o desejo de reviverem estilos africanos de habitação e convivência.⁷⁷

O discurso do vereador Geraldo Andrade, proferido na Câmara Municipal do Recife, em 22 de fevereiro de 1937, abordava a ação promovida pela Assembléia Legislativa de Pernambuco, determinando a criação de uma comissão voltada para estudar os modos de viver nos mocambos. Nesse discurso, Geraldo de Andrade denuncia que “tudo quanto se tem dito e escrito sobre os mocambos peca pela base, por fugir dos moldes científicos” e afirma que “o mocambo é um elemento de influencia deletéria na formação moral dos adultos e das crianças”, uma vez que “má habitação forma um dos fatores mais decisivos para a criminalidade”. Para o vereador, os mocambos representavam a sinonímia do atraso e da desordem, fazendo com que se tornasse uma preocupação dos representantes dos poderes públicos.⁷⁸

O discurso proferido por Andrade aponta a possibilidade da destruição destas habitações e a construção de casas populares para seus moradores. Durante o Estado Novo (1937-1945), a interventoria de Agamenon Magalhães criou a *Liga Social contra os Mocambos*, elaborada sob a ótica da profilaxia social e moral, fazendo parte dessa iniciativa a destruição dos mocambos e um maior investimento para construção de vilas operárias.⁷⁹

Como podemos perceber vários setores da sociedade pernambucana se voltaram para a discussão dos mocambos naquele período. Sociólogos, higienistas e políticos discutiram a questão dos mocambos, quando alguns chegaram a apontar encaminhamentos para os problemas relacionados à moradia popular no Recife. De acordo com os estudos de José Tavares Lira:

Na década de 30, estas pesquisas, que procuram nos argumentos étnicos ou científicos legitimidade para uma representação idealizada do mocambo, coadunam-se a todo um movimento político de

⁷⁷ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos**: decadência do patriotismo rural e desenvolvimento do urbano. 6ª Edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. p. 294.

⁷⁸ Este discurso foi proferido por Geraldo Andrade, na reunião do dia 22 de fevereiro de 1937. Pesquisado na Arquivo da Câmara de Vereadores do Recife, em 05 de junho de 2007. Não podemos deixar de registrar que provavelmente, o historiador que desejar realizar uma consulta nesta documentação enfrentará um grande desafio para encontrá-lo. Não há nenhuma política arquivística adotada pela instituição “Câmara de Vereadores do Recife”, fazendo com que os documentos produzidos, no passado e nos dias de hoje, possam se perder. O estado de abandono dos documentos deste arquivo reflete a falta de compromisso do poder público com a preservação dos espaços de documentação e memória em Pernambuco e no Brasil.

⁷⁹ GOMINHO, Zélia. **Veneza Americana x Mucambópolis**: o Estado Novo na Cidade do Recife (décadas de 1930 – 1940). J. dos Guararapes: Edição do Autor, 2007.

construção da identidade da nação, para enfim fazer surgir, homogênea e harmônica, a sociedade, e como seu representante indiviso e eficaz, o poder.⁸⁰

Desse modo, podemos entender que as discussões sobre o problema dos mocambos também estavam relacionadas com a questão da construção da identidade nacional e com a manutenção do poder dos setores da sociedade, entre eles os intelectuais, que buscavam se estabelecer. Para José Lira, essas produções sobre os mocambos foram construídas a partir de um olhar romantizado, provocando um constante diálogo com os problemas relacionados à questão da moral, da higiene, da família e da religião. O discurso da *Liga Social contra os Mocambos*, por exemplo, foi construído a partir da lógica higienista e moralizadora, quando Agamenon e seus correligionários buscaram disseminar a idéia de que eliminar os mocambos representava uma iniciativa baseada no ideário da profilaxia moral e social.⁸¹

De refúgio de escravos a moradia dos pobres da cidade. De acordo com Castro, os mocambos eram habitados por operário, por aqueles que não possuíam uma profissão, por migrantes, por pessoas não adaptadas com lógica social burguesa da cidade grande. Na década de 1930, Josué de Castro apresentou um Relatório ao Departamento de Saúde Pública, no qual focava “as condições de vida das classes operárias no Nordeste”. Nesse Relatório, Castro analisou o cotidiano alimentar dos operários, as condições de moradia e o problema salarial dos operários. Logo no primeiro parágrafo Castro afirma:

Os modernos antropologistas, através de múltiplas indagações biológicas, chegaram à evidencia de que os caracteres de deficiência e de inferioridade de alguns povos, atribuídos outrora a fatores étnicos, à fatalidade racial, são apenas conseqüências diretas das más condições higiênicas e principalmente de uma alimentação má. (...) Não é mal de raça, é mal de fome.⁸²

Rompendo com as teorias racialistas, com o determinismo biológico, Castro defende a idéia que os problemas sociais do Brasil, mais notadamente do Recife, resultaram de um outro fator, também determinante: a fome. Nesse estudo, Castro nos

⁸⁰ LIRA, José Tavares Correia de. A romanização e a erradicação do mocambo, ou de como a casa popular ganha nome. Recife, década de 1930. In: **Revista Espaço & Debate**. N. 37. 1994.

⁸¹ GOMINHO, Zélia. *Veneza Americana x Mucambópolis: o Estado Novo na Cidade do Recife* (décadas de 1930 – 1940). J. dos Guararapes, : editora do Autor, 2007.

⁸² CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1965. p. 67.

aponta os altos índices de mortalidade, quando os números revelam que o estado de pobreza que condicionou a fome coletiva, fez do Recife a cidade onde a mortalidade por habitante é mais expressiva. Vejamos a tabela⁸³:

QUADRO COMPARATIVO DA MORTALIDADE TOTAL EM VÁRIAS CIDADES Mortalidade por 1.000 habitantes 1932	
Recife	27,9
São Paulo	15,3
Rio de Janeiro	18,8
México	17,1
Paris	14,5
Londres	11,8
Nova York	17,1

Quadro comparativo a partir das pesquisas realizadas por Josué de Castro e publicado no Relatório apresentado em 1932, posteriormente divulgado no livro *Documentário do Nordeste*.

Os dados apresentados foram registrados no *Anuário Estatístico de Pernambuco* de 1932 e trazem a informação que 18 % da *causa mortis* foi decorrência da tuberculose, considerada “uma doença da nutrição”. De acordo com Castro: “a tuberculose é uma das maneiras disfarçadas de se morrer de fome, fica-se tuberculoso procurando fugir à fome, alimentando-se de si mesmos”.⁸⁴ Para o estudioso, mesmo sendo uma das cidades onde o “progresso” econômico se apresenta na consolidação das indústrias e do comércio, Recife era na época uma das cidades onde a pobreza e a miséria se apresentam de forma mais expressiva.

Não podemos deixar de ressaltar que neste momento da história da saúde no Brasil a tuberculose era observada como uma doença que atingiam as pessoas que viviam em condições de pobreza. De acordo com Cleuza Panisset Ornellas:

A palavra tuberculose, do latim *tuberculum*, diminutivo de tuber, tumefação, intumescência, significa inchação, protuberância, projeção, crescimento mórbido. Mas o termo só se tornou restrito à doença que se conhece hoje após a descoberta do bacilo de Koch, o que se deu em 1882.⁸⁵

⁸³ Ibidem, p. 77

⁸⁴ Ibidem, p. 78

⁸⁵ ORNELLAS, Cleuza Panisset. **Paciente excluído**: história e crítica das práticas médicas e de confinamento. Rio de Janeiro: Revan, 1997. p. 126.

Os estudos de Ornellas também indicam que a tuberculose, a doença metafórica do século XIX, aquela que atingia os “heróis” da literatura, do teatro e da música. Nas primeiras décadas do século XX este mito vai sendo desconstruído, uma vez que

Os padrões culturais que mediatizavam o sistema de relações sociais anterior não mais entendem às necessidades. A cultural de uma época é paulatinamente substituída. A exploração, própria do processo capitalista que se instaura, transplanta para as cidades as populações rurais, para viverem aglomeradas em cortiços, mas onde sua força de trabalho pode ser mais utilizada. Homens e agora, também, mulheres e crianças são submetidos a penosas condições de trabalho, tornando toda a população trabalhadora vulnerável à tuberculose. Os proletários, porque adoecem mais, são considerados fontes de contágio. O mito dos pobres causadores de doenças, riscos para os demais, é construído.⁸⁶

Desse modo, no século XX, os símbolos e significados da doença foram se transformando, quando o novo contexto econômico e social propiciaram o avanço dos estudos da saúde, influenciando na construção de uma nova representação e imagem sobre a doença. Para Ornellas, esta mudança decorre do fluxo de novos conhecimentos, da renovação das pesquisas e das práticas médicas, quando a tuberculose deixa de ser vista como um “castigo de Deus” e passa a ser vista como um desdobramento dos problemas sociais.

Também expressivo era o número de mortes envolvendo crianças. O quadro estatístico que revela a mortalidade infantil também traz dados alarmantes sobre as crianças de 0 a 1 ano de idade que morrem no Recife por problemas relacionados a desnutrição. Vejamos a tabela⁸⁷ :

QUADRO COMPARATIVO DA MORTALIDADE INFANTIL TOTAL EM VÁRIAS CIDADES Mortalidade por 1.000 habitantes 1932	
Recife	259,9
Buenos Aires	145,2
Montevideu	178,2
México	233,4
Rio de Janeiro	233,4
Quadro comparativo produzido a partir das pesquisas realizadas por Josué de Castro e publicada no Relatório apresentado em 1932, posteriormente divulgado no livro <i>Documentário do Nordeste</i> .	

⁸⁶ Idem, p. 127.

⁸⁷ Idem, p. 78

Nas primeiras décadas do século XX, o Recife foi palco das grandes epidemias de varíola, febre amarela, malária e peste bubônica. Ao analisar os documentos do Departamento de Saúde Pública, o historiador Antônio Paulo Rezende observa que esta epidemia ocorrida nas primeiras décadas do século XX, evidenciava a falta de saneamento básico na cidade do Recife, a falta de políticas públicas nas áreas de saúde e educação, voltadas para a população mais carentes.⁸⁸ O surto de mortes envolvendo crianças, faz surgir em 1927, a *Liga Pernambucana contra a Mortalidade Infantil*.

Filhos bastardos do “progresso”. Segundo Rezende, este cenário propiciou o fortalecimento da campanha médico-sanitarista no Estado, quando os poderes públicos e setores da sociedade, buscaram se articular na construção da campanha contra a mortalidade infantil. Campanha esta que estava inserida no paradigma higienista que se baseava na medicina preventiva.

A discussão sobre as grandes epidemias, ocorridas nas primeiras décadas do século XX, nas grandes cidades brasileiras, também esteve presente em *Ordem e Progresso*, obra de Gilberto Freyre que analisa os desdobramentos da crise da sociedade açucareira/patriarcal e os problemas do Brasil República. Nessa obra, Freyre nos afirma:

Médicos ilustres começaram, desde o fim do século XIX a advertir os brasileiros contra o perigo de só procurarem preservativos contra doenças graves nas boticas, quando a defesa dos adultos e principalmente, de crianças, de males como o croup, estava também – ou principalmente – na observação de preceitos de higiene.⁸⁹

A partir das observações de Freyre e dos documentos produzidos ou referentes à *Liga Pernambucana*, percebemos que a mortalidade infantil foi um problema nacional, vivenciado nas grandes cidades do Brasil. A *Liga Pernambucana*, inclusive, teve como referência a *Liga Bahiana contra Mortalidade Infantil*, conforme nos mostra a reportagem publicada no Diário de Pernambuco, em 1º de outubro de 1927. Vejamos:

A cada cinco crianças que falecem, apenas uma tem assistência, as demais falecem a mingua de recursos médicos. No mês de setembro faleceram 92 criancinhas, e apenas 16 tiveram assistência médica. Desse serviço acham-se encarregados o Dr. João Rodrigues, professor de doença infantil na Faculdade de Medicina e Dr. Edécio

⁸⁸ REZENDE, Antonio Paulo. **(Des) encantos modernos: histórias da Cidade do Recife na década de Vinte**. Recife: FUNDARPE, 1997.

⁸⁹ FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 1990. p. 702.

Cunha, médico conterrâneo que já trabalhou na Liga Bahiana contra a Mortalidade Infantil. Os chamados devem ser feitos por escrito ou por solicitação verbal, feita a inspetoria de Higiene Infantil das 8 as 11 da manhã. Outro serviço que a Liga iniciou ontem foi a beneficência preventiva, pois como na medicina, a parte preventiva está superando a curativa.⁹⁰

A *Liga Pernambucana* foi fundada por Arthur Sá, professor da Faculdade de Medicina do Recife, estando inserida no projeto político mais amplo, quando o Estado passou a intervir mais diretamente no cotidiano das famílias e respectivamente das crianças. Através de medidas médico-sanitaristas, uma série de ações, legitimadas pelo discurso científico da época, foram direcionadas no sentido de reforçar a lógica da higienização da infância e da família.

As pesquisas realizadas pela historiadora Natália Barros, apontam que o “ano de 1924, por exemplo, registrava o significativo número de 1.977 óbitos de crianças. Um pouco mais que o ainda elevado número de 1.829 óbitos infantis registrados em 1925, ano que foram notificados 7.388 mortes na cidade”. De acordo com suas pesquisas:

As causas dessas mortes eram bem variadas, ressaltando-se, contudo, a deficiência alimentar, em decorrência do desmame prematuro e dos baixos salários da população e das doenças venéreas, com a sífilis, por exemplo.⁹¹

O número alarmante de crianças mortas no Recife assustava a sociedade. Não podemos deixar de lembrar que desde o período colonial a morte de crianças representava a morte de anjinhos. No Brasil, uma tradição foi inventada no seio da cultura familiar, quando a mentalidade religiosa colonial dissociou a existência das crianças, quando “a vida concreta e material foi recalcada em proveito da vida sobrenatural”, como nos diz Jurandir Costa.⁹²

O surgimento da *Liga Pernambucana contra Mortalidade Infantil* estava intimamente relacionado com a questão da intervenção do Estado no cotidiano das famílias populares do Recife e tal iniciativa nasceu das pressões vindas de setores organizados da sociedade, seu conselho técnico era composto por médicos, advogados,

⁹⁰ **Diário de Pernambuco**. Recife, 13 de outubro de 1927 – página 8. Seção Variada. Apeje.

⁹¹ BARROS, Natália. **A Liga Pernambucana contra a mortalidade infantil: médicos, eugenia e infância na década de 1920**. IN: MIRANDA, H. & VASCONCELOS, E. História da Infância em Pernambuco. Recife: Editora da UFPE, 2007.

⁹² COSTA, Jurandir. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 2004. p. 160.

economistas, industriais.⁹³ O Estado foi levado a criar ações voltadas para a questão da assistência à infância empobrecida, uma vez que tais números denunciavam a falta de políticas públicas na área de saúde da infância.

Dessa forma, o Estado passou a estabelecer uma série de iniciativas voltadas para o atendimento à saúde das crianças, a partir da lógica de uma “ordem médica” e uma “norma familiar”. De acordo com os estudos de Jurandir Freire Costa, no início do século XX,

A família começou a ser mais incisivamente definida como incapaz de proteger a vida de crianças e adultos. Valendo-se dos altos índices de mortalidade infantil e das precárias condições de saúde dos adultos, a higiene conseguiu impor à família uma educação física, moral, intelectual e sexual, inspirada nos preceitos sanitários da época. Esta educação, dirigida, sobretudo às crianças deveriam revolucionar os costumes familiares.⁹⁴

Nesse sentido, as pesquisas de Jurandir Costa nos levam a perceber que o período em estudo foi marcado pelo surgimento de políticas, elaboradas pelo Estado e por diversos setores da sociedade brasileira, voltadas para a normatização dos costumes cotidianos. As medidas sanitaristas estiveram imbuídas em atingir a vida privada dos indivíduos, normatizando regras e códigos de higiene e da saúde. Estas medidas foram construídas sob a égide do ideário de que a “família nuclear e conjugal, higienicamente tratada e regulada, tornou-se mesmo movimento, sinônimo histórico da família burguesa”, ou seja, da nova ordem social.⁹⁵

A criação da *Liga contra a Mortalidade Infantil* dialoga com o ideário humanitário da burguesia da época, que buscou criar uma série de medidas disciplinares a fim de prevenir a saúde física e mental, através de ações preventivas e educativas, voltadas para as famílias populares. De acordo o historiador Jacques Donzelot, essa nova lógica social defendia a idéia que “em torno da criança a família burguesa traça um cordão sanitário que delimita seu campo de desenvolvimento”, quando, através do discurso científico, o Estado passou a controlar e vigiar o “corpo e o espírito dos pequenos” e dos seus responsáveis.⁹⁶

⁹³ BARROS, Natália. **A Liga Pernambucana contra a mortalidade infantil: médicos, eugenia e infância na década de 1920.** IN: MIRANDA, H. & VASCONCELOS, E. História da Infância em Pernambuco. Recife: Editora da UFPE, 2007.

⁹⁴ Ibidem, p. 12.

⁹⁵ Ibidem, p. 13.

⁹⁶ DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias.** Rio de Janeiro: Graal, 2001.

Desse modo, a partir dos cânones filantrópicos e científicos, a *Liga Pernambucana* passou a construir centros e postos de saúde voltados para a população que vivia nos mocambos e morros da cidade do Recife e investiu na propaganda educativa direcionada à higiene da infância. Ao realizarmos uma conexão entre a fundação dessa instituição com a trajetória da assistência à infância empobrecida no Brasil, podemos observar que a *Liga contra a Mortalidade Infantil* se insere no período em que o ideário filantrópico passa a ser praticado por nossa sociedade de forma mais efetiva.⁹⁷ As ações filantrópicas são caracterizadas pela intervenção na área das políticas sociais construída pelo Estado em parceria com setores da sociedade.

Nesse sentido, não podemos entender o surgimento da *Liga Pernambucana*, distante do cenário político nacional. De acordo com Irene Rizzine, “as três primeiras décadas que seguiram a instauração da República foram marcadas pela difusão do higienismo, originando expressiva produção de conhecimentos especializados sobre a infância, bem como a penetração da prática médica no âmbito doméstico”.⁹⁸ Neste período, assistimos a disseminação do discurso salvacionista, que defendia a idéia do Estado protetor das crianças, uma vez que elas representavam o “futuro da nação”.

Também não podemos deixar de lembrar que, esta vontade de proteger as crianças para garantir o futuro da nação, esteve influenciada por iniciativas de âmbito internacional. Em 30 de outubro de 1927, o *Diário de Pernambuco* nos trazia a informação da presença de representantes brasileiros no *V Congresso Pan-Americano da Criança*, ocorrido em Havana. Fazia parte da programação deste evento, uma “Seção de Medicina”, que estava interessada em discutir as “insuficiências glandulares da criança” e o “diagnóstico intestinal da infância”; além da “Seção de Higiene”, destinada em debater a “influencia do meio sobre a patologia da criança”.⁹⁹

⁹⁷ Para a historiadora Maria Luiza Marcílio, no plano da história da assistência à infância no Brasil, podemos delimitar fases: 1) caritativa: quando percebemos uma intervenção mais direta das ordens religiosas (Brasil Colônia e Império); 2) filantrópica: marca a atuação do Estado e vários seguimentos sociais voltada para as iniciativas destinadas a assistência à infância (fim do XIX até meados dos anos de 1960); 3) Bem-Estar Social: quando o Estado passou a criar políticas públicas votadas para a assistência à infância (após dos anos de 1960). Contudo, não podemos deixar de registrar que esta divisão não pode ser observada de forma rígida, uma vez que podemos encontrar iniciativas caritativas na chamada fase filantrópica, fazendo-nos observar a importância desta divisão por seu caráter didático e que ao no referimos ao uso do termo “bem-estar social”, é importante ressaltar que no plano da prática as medidas políticas construídas a partir deste princípio não do chamado “bem-estar social” não representaram mudanças na melhoria das condições de moradia, saúde, educação e lazer para as crianças e jovens do Brasil. Ver: MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1989.

⁹⁸ RIZZINE, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Santa Úrsula/ AMAIS, 1997, 137.

⁹⁹ **Diário de Pernambuco**, Recife, 30 de outubro de 1927. p. 5. Variadas. Apeje.

Ao analisar a questão da “racionalidade médica e higienização da infância” no Brasil, o historiador José Gondra nos fala que o “discurso da ciência recobre um expressivo conjunto de objetos, constituindo campos disciplinares cada vez mais especializados (...) Transitando dos corpos individuais ao tecido social e vice-versa, a ordem médica constituiu a infância em tema caro”.¹⁰⁰ Essa *sciencia da infância*, estabelecida sob a égide do ideário higienista-positivista, foi construída na segunda metade dos oitocentos, ditando as regras que legitimaram o surgimento de políticas públicas assistenciais. Podemos citar, como exemplo, a criação das escolas e colônias correccionais e dos preventórios voltados para as crianças.

Em 1934, a *Liga contra a Mortalidade Infantil* publicou o primeiro número do *Boletim Mensal*, destinado à divulgação de suas ações. Neste tablóide, a sua diretoria registrava que o objetivo da instituição era de lutar contra a “mortinatalidade, a morbidade, mortalidade infantil, não só no Recife como nos demais municípios do Estado”. Por meio do *Boletim Mensal*, percebemos que sua atuação esteve voltada para campanha em favor dos princípios da puericultura, da criação dos preventórios, dos lactórios e criação de laboratórios destinados à saúde das crianças. Em 1935, mais uma ação marcava a trajetória da *Liga contra a Mortalidade Infantil*. Nesse ano foi construída sua sede, localizada na Avenida João de Barros, que se chamava a Casa da Criança, espaço destinado ao atendimento clínico de crianças e famílias pobres da cidade.

A partir do ideário preventivo, a *Liga* realizou ações como o *Concurso de Robustez*, que tinha o objetivo de estimular a prática de aleitamento e de cuidados com as crianças na primeira idade, fazendo com que uma vez por ano, fossem divulgadas as taxas antropométricas de seus pequenos clientes. Outra iniciativa foi a criação do *Prêmio Idelfonso Magno*, que premiava a mãe que melhor “conduzia a criação de seu filho”. Em 1937, Dona Severina Marins, que era atendida no Centro de Saúde de Afogados, recebeu este prêmio, uma vez que seu filho, “um lindo garoto de 10 quilos e 50 gramas”, durante aquele ano, “somente uma vez adoecera e isto mesmo ligeiramente”, conforme nos informou o *Boletim Mensal*, publicado em janeiro de 1937.¹⁰¹

¹⁰⁰ GONDRA, José. “**Modificar com brandura e prevenir com cautela**”: racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, Marcos Cezar & KUHLMANN JR, Moysés. Os intelectuais na História da infância. São Paulo: Cortez, 2002. 202-209.

¹⁰¹ Acreditamos que um estudo mais sistematizado sobre esta questão poderia ser realizado. A partir do Concurso de Robustez e o Prêmio Idelfonso Magno, poderíamos produzir uma história do corpo e das “artes” de governar os corpos das crianças. Esta é uma questão de grande relevância para a história social e cultural, uma vez que lida com as estratégias de poder e saber construídas sobre a infância, a partir da

Para o discurso da época, uma criança saudável era uma criança robusta, atendendo os padrões da saúde física e mental, assim ditava a “cartilha” dos princípios higienistas. Como podemos observar, na tentativa de tornar as crianças robustas, a mãe tinha uma função social imprescindível. Nos diversos boletins pesquisados, encontramos frases de efeitos que estavam presentes nos cabeçalhos e rodapés deste periódico, voltados para a valorização do papel da mãe na luta contra a desnutrição, as doenças que atingiam as crianças e a mortalidade. Vejamos as chamadas:

Nem chupeta, nem do balanço se deve utilizar a mão para acalantar o seu filho.

Vende a saúde do filho, a mãe que deixa de amamentá-lo para mercadejar o seu leite.

Não deixe de amamentar o seu filho com uma ama-de-leite que não foi examinada.

Através destes informes, percebemos como foi construído o discurso do lugar social da mãe na campanha contra a mortalidade infantil. As recomendações para o não uso da chupeta, os cuidados com o balanço, com a ama-de-leite que deveria ser examinada, tornaram-se mecanismos disciplinares do cotidiano das mulheres. Para Margareth Rago, o crescimento urbano, industrial e comercial das grandes metrópoles brasileiras, fez construir uma “representação simbólica” da mulher, quando foi solicitada a sua presença “no espaço público das ruas, das praças, dos acontecimentos da vida social, nos teatros, cafés e exigiam sua participação no mundo do trabalho”, sem deixar de cobrar dessas mulheres o “retorno ao lar”.¹⁰²

Não podemos deixar de nos voltar mais uma vez para as contribuições de Jacques Donzelot, para o qual o lugar social da mulher estava relacionada ao objetivo do Estado em manter um controle sobre as famílias.

A busca da intimidade, a competência doméstica proposta à mulher popular, são o meio de fazer aceitar, de tornar atraente esse habitat que possa, de uma fórmula ligada à produção e à vida social, a uma concepção fundada na separação e na vigilância. Se o homem preferir o exterior, as luzes do cabaré, se as crianças preferirem a rua, seu espetáculo e suas promiscuidade, será culpa da mulher.¹⁰³

lógica da dominação e controle sobre o corpo. Este estudo não pretende se voltar de uma forma mais aprofundada sobre este problema. Contudo, aqui registramos uma nova possibilidade de pesquisa que poderá contribuir de modo efetivo com o campo da História da Infância em Pernambuco.

¹⁰² RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar** (Brasil 1890-1930). 3. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. , 62.

¹⁰³ DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 2001. p. 46.

Desse modo, a partir das observações de Donzelot, percebemos como foram tecidas as redes que formavam a tessitura social, quando o Estado buscou intervir na vida das famílias, através de ações que buscavam controlar o cotidiano desses agentes sociais com a criação de moradias populares, saúde pública e educação. Recai sobre as costas da mulher popular, da mãe, da *nutriz*¹⁰⁴, da esposa, da dona-de-casa, a responsabilidade de garantir a manutenção deste lar, a manutenção de uma sociedade que buscava criar padrões de comportamento e sentimento que atendessem o ideário burguês da época.

As mães que pertenciam às famílias pobres dos mocambos, trabalhavam nas fábricas, prestavam serviços domésticos nas casas ricas, no comércio e até mesmo estavam inseridas no mundo da prostituição. Ao analisar a relação entre a mortalidade infantil e as condições das mães que habitavam nos mocambos do Recife, Zélia Gominho nos mostra que “o esforço das mães que trabalhavam até os últimos dias de gravidez nas fábricas, e continuavam trabalhando após o parto” comprometiam o aleitamento das crianças, reforçando a possibilidade de aumento das taxas de mortalidade infantil.¹⁰⁵

A partir do surgimento da *Liga contra a Mortalidade Infantil*, várias mães e crianças dos mocambos espalhados pela cidade do Recife, passaram a ser atendidas através dos programas oferecidos pela instituição, entre eles a distribuição de leites, vacinas e acompanhamento nutricional das criança, nas suas primeiras fases da vida. Todavia, não podemos afirmar o alcance de atendimento da *Liga contra a Mortalidade Infantil*, uma vez que não encontramos registros documentais que nos levem a analisar o resultado dos trabalhos desta entidade na efetiva diminuição da mortalidade infantil no Recife.

A *Liga Pernambucana contra a Mortalidade Infantil* procurou controlar a questão da mortalidade de crianças a partir da lógica disciplinar e higienista, quando foram estabelecidas padrões de comportamentos construídos através do discurso médico-sanitarista. Interligados a partir de uma lógica normatizadora, o Estado buscou prevenir doenças e controlar epidemias, uma vez que, segundo o seu discurso, salvar as crianças era garantir um futuro melhor para o Brasil.

¹⁰⁴ Segundo Donzelot, a *nutriz* era a mulher profissional que cuida das crianças, no que se refere à educação, saúde e de todo universo que norteia o cotidiano das crianças. Muitas delas saíam do campo para cuidar dos filhos das mulheres da cidade. Ver: DONZELOT, J. 2001. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

¹⁰⁵ GOMINHO, Zélia. **Veneza Americana x Mucambópolis**: o Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e 40). Recife: CEPE, 1998. p. 62.

Recife, “cidade inimiga dos meninos”. As décadas de 1920 e 1930 foram marcadas por expressivas transformações políticas e econômicas na cidade do Recife, fazendo com que a capital pernambucana se tornasse o cenário das mudanças modernizadoras e este contexto trouxe desdobramentos que atingiram diretamente o cotidiano das crianças que viviam nas ruas e nos alagados da cidade. Neste período, as ruas do Recife estavam deixando de representar o espaço para as brincadeiras de roda, de esconde-esconde, para se tornar o espaço onde eram vivenciadas outras experiências, como a do trabalho. Expressivo foi o número de meninos que viviam nos mangues ou dos bairros da periferia da cidade e passaram a trabalhar nas oficinas e fábricas espalhadas pelos arredores do Recife ou em outras atividades. A questão central que será discutida no nosso segundo capítulo é a História dos meninos no mundo do trabalho.

SEGUNDO CAPÍTULO

NAS FÁBRICAS E NAS RUAS DO RECIFE: O COTIDINAO DOS MENINOS NO MUNDO DO TRABALHO

À tardinha, achava-se no pátio do Mercado de São José, defronte a Igreja da Penha, quando uma senhora idosa veio a mim e pediu-me para transportar umas coisas à Estação do Brum; disse que me gratificaria generosamente. Não vacilei. Fui ajudá-la. Eram duas malas e uma porção de embrulhos. Fiz duas viagens. Já era noite quando terminamos. Ela deu-me seiscentos réis. Senti-me bem pago e muito satisfeito com a minha profissão de freteiro. Jantei um picadinho de charque com feijão, um copo de ponche de abacaxi e comprei vinte réis de cigarro águia de Ouro. Tudo me custara trezentos e vinte réis, ou seja, uma pataca, na linguagem matutada. Entre o almoço e o jantar gastara quinhentos e oitenta réis. Muito dinheiro, mas, em compensação, também ganhava muito: um mil e duzentos réis ao todo; o salário de um trabalhador naquela época.¹⁰⁶

O relato de Gregório Bezerra sobre a sua experiência como freteiro no Recife, publicado na autobiografia intitulada *Memórias*, chama-nos atenção pela forma como a narrativa foi construída. As lembranças dos tempos de criança de Gregório nos fazem conhecer um pouco mais sobre a cidade através das experiências de uma criança que conheceu o mundo das ruas e do trabalho desde os primeiros anos de vida.

Gregório Lourenço Bezerra nasceu em Panelas de Miranda, Pernambuco, em 13 de março de 1900. Filho de Lourenço Bezerra do Nascimento e de Belarmina Conceição do Nascimento, camponeses pobres, analfabetos, que enfrentaram nas suas vidas os problemas de ordem econômica típicos dos sertões nordestinos: seca, desemprego, entre outros. Serviu ao Exército, pertenceu às fileiras do Partido Comunista e foi parlamentar, tornando-se uma liderança bastante conhecida por sua militância.

Não podemos falar do problema do trabalho infantil nas décadas de 1920 e 1930 sem ressaltar que o *Código de Menores de 1927* representou uma legislação que regulamentava a fiscalização do trabalho de meninos e meninas até os 18 anos de idade, contemplando, inclusive, a questão do trabalho do aprendiz. De acordo com o *Código*, os estabelecimentos comerciais ou industriais não podiam admitir menores de 14 anos,

¹⁰⁶ BEZERRA, Gregório. **Memórias** – Primeira Parte: 1900-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

mesmo sendo a criança um aprendiz. Este aparato legal representava um instrumento de controle social das famílias, dos patrões e das próprias crianças e jovens.¹⁰⁷ Segundo o *Código*, trabalhos como o de freiteiro não podiam ser permitidos, por representarem uma ameaça à segurança dos meninos.

Assim como Gregório, outros meninos trabalhavam nas ruas do Recife transportando mercadorias ou ajudando a deslocar objetos pessoais dos transeuntes da cidade. A Estação do Forte das Cinco Pontas, local onde o garoto Gregório trabalhava, era considerado um dos pontos mais movimentados da cidade, uma vez que daquele terminal de passageiros embarcavam e desembarcavam pessoas de várias regiões do Estado. O serviço de freiteiro era bastante procurado e um significativo número de crianças e jovens prestavam este trabalho àqueles que transitavam pela antiga Estação, localizada no centro do Recife.

Os relatos de memórias de Gregório são registros valiosos e farão parte dos documentos que compõem este Capítulo. A partir do depoimento daquele que viveu o abandono nas ruas do Recife, buscando trabalhar como freiteiro ou como vendedor de jornais, buscaremos construir uma história das crianças no mundo do trabalho. A literatura de José Lins do Rego também servirá como registro que nos possibilitará problematizar o cotidiano das crianças no mundo fabril. Tais documentos nos levam a discutir o cotidiano dos meninos, que se revestiu de sentimentos e ressentimentos, exclusão e resistência, conduzindo-nos a escrever uma “outra” abordagem, na qual as crianças e jovens deixaram o anonimato e tornaram-se protagonistas de suas histórias.

2.1 - Infância operária: o cotidiano dos meninos trabalhadores no Recife

Ricardo fugiu. Não se avistava mais o garoto nas redondezas... Era esse o comentário que se ouvia no Engenho Santa Rosa, localizado no interior de Pernambuco. O *moleque* de 16 anos deixara o convívio de sua mãe, dos seus irmãos e dos seus familiares, para viver no Recife. No pensamento de Ricardo, “era melhor ir mesmo”, a capital representava a cidade do “progresso”, em Santa Rosa ele “não passaria daquilo”. O *moleque* aproveitou o convite do condutor do trem e partiu para a cidade grande.¹⁰⁸

A mãe chegou a fazer promessas a São Severino dos Ramos para reencontrar o filho. O antigo patrão “gritou quando soube da escapula do moleque”, afirmando que

¹⁰⁷ Brasil. 1927. **Código de Menores de 1927**. Art. 31, Capítulo IX.

¹⁰⁸ REGO, José Lins. **O moleque Ricardo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006. p. 33.

Ricardo era um “negro fujão” e que, assim como outros, iria morrer de fome no Recife. Todos procuravam por ele e as notícias sobre o seu paradeiro eram as mais diferentes. Com o tempo, conformaram-se e chegaram a dizer que Ricardo tinha tomado o caminho certo e que em Santa Rosa o *moleque* nunca iria “tirar o pé da lama”.

Assim começa a história do *moleque* Ricardo. José Lins do Rego, ao narrar a trajetória de um jovem que fugiu do interior de Pernambuco em busca de uma vida melhor na capital do Estado, legou uma obra que retrata o cenário político, social e econômico do Recife, durante as primeiras décadas dos noventa, tendo como protagonista um *moleque*. O romance de José Lins se apresenta como uma fonte riquíssima para o historiador que pretende problematizar o universo da infância empobrecida na cidade do Recife naquele período, uma vez que através das emoções, dos anseios e de outras formas de subjetividade, expressas nas palavras do romancista, podemos encontrar as representações e imagens construídas sobre o cotidiano dos *moleques* do Recife, na época estudada.

O moleque Ricardo será o fio condutor que nos levará ao encontro das discussões sobre a história dos meninos que trabalhavam nas oficinas, nas fábricas e que protagonizaram as mais diferentes histórias, cujo cenário foi o Recife. Ao analisar a importância da relação entre a literatura e a escrita da história, Sandra Pesavento nos fala que:

Neste cruzamento que se estabelece entre a História e a Literatura, o historiador se vale do texto literário não mais como uma ilustração do contexto em estudo, como um dado a mais, para compor uma paisagem dada. O texto literário lhe vale como porta de entrada às sensibilidades de um outro tempo, justo como aquela fonte privilegiada que pode acessar elementos do passado que outros documentos não proporcionam.¹⁰⁹

Desse modo, ao aproximarmos a história e a literatura, estamos dialogando com as novas perspectivas da escrita da história. Este encontro nos faz visualizar novos horizontes de análise, possibilitando-nos, inclusive, enxergar questões que não foram discutidas pela historiografia tradicional. A partir da obra de José Lins do Rego, podemos estudar o passado de Ricardo e de outros *moleques*, dos meninos que possuíram uma trajetória de vida marcada pela exploração do trabalho infantil, pelo abandono e outras formas de exclusão social.

¹⁰⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 113.

José Lins do Rego foi um romancista paraibano que integrou nos anos de 1920 e 1930 o chamado *Movimento Regionalista*, em parceria com Gilberto Freyre e outros intelectuais. Em *O Moleque Ricardo*, obra publicada em 1936, o romancista desenhou o Recife do crescimento urbano e das tensões políticas. Ricardo, ao vivenciar tais tensões recorda com saudade os tempos de infância no interior de Pernambuco. Na construção dessa obra, o romancista coloca em tela a relação entre o campo e a cidade, entre o patrão e o empregado, entre o prazer e o sofrimento de viver numa cidade marcada por contradições. Um importante documento histórico, que nos permite pensar como as relações sociais foram construídas naquele tempo. Ao analisar as obras de José Lins do Rego, o historiador paraibano Durval Muniz de Albuquerque nos fala:

Os romances de José Lins não nascem de uma pesquisa sociológica, mas são livros feitos a partir de histórias que lhe foram contadas nas salas de engenhos, nas cozinhas pelas negras, são livros de recordações de sua vida de infância.¹¹⁰

Cidade da modernidade, cenário onde Ricardo iria enfrentar os mais diferentes tipos de desafios e aventuras. Tais desafios e aventuras iniciaram no trem que conduziu o *moleque* ao Recife:

Ricardo notava que a gente que entrava pelo vagão já era diferente, gente mais despachada, ganhadores pedindo frete, moleques vendendo jornais. O Recife estava próximo. A cidade se aproximava dele. Teve medo. Falavam no engenho do Recife como de uma Babel. ‘Tem mais duas léguas de ruas’. ‘Você numa semana não corre’. E bondes elétricos, sobrados de não sei quantos andares. E gente na rua que só formiga. O dia todo é como se fosse festa.¹¹¹

Nas palavras de José Lins, a cidade acolhia homens, mulheres, crianças, adultos e idosos, vindos de todos os cantos. Assim como Ricardo, essas pessoas buscavam melhores condições de vida e de trabalho. Ao chegar à cidade grande, o *moleque* de Santa Rosa foi empregado na casa do vizinho do condutor do trem. Lá, ele “trabalhava de manhã à noite, varria casa, fazia compra, ia de lata na cabeça buscar água”.¹¹² Dos desafios enfrentados na vida rural do engenho, o garoto passou a viver a exploração do trabalho doméstico na residência de Dona Margarida, onde tinha como pagamento pelos serviços prestados um local para comer e dormir.

¹¹⁰ ALBUQUERQUE JR. D. M. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 56.

¹¹¹ REGO, José Lins. *O moleque Ricardo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006. p. 37.

¹¹² Idem. P. 37

Naquele tempo, o trabalho representava uma “escola” para as crianças e jovens que viviam no mundo da pobreza, quando os mais diferentes setores da sociedade da época defendiam a idéia de que o trabalho afastava do mundo da ociosidade, da vadiagem, da desordem e da criminalidade infanto-juvenil. De acordo com a historiadora Irma Rizzini, nas primeiras décadas do século XX,

O trabalho de crianças e adolescentes das classes populares é visto em nossa sociedade como um mecanismo disciplinador, capaz de afastá-los das companhias malélicas e dos perigos da rua. A ‘escola do trabalho’ é percebida como a ‘verdadeira escola da vida’.¹¹³

Ricardo não estudou. Na casa de Dona Margarida, o *moleque* sofria com os maus tratos da “patroa” e chorava com saudade da mãe e da vida do interior. Dona Margarida tratava o garoto como um semi-escravo, “no começo fora melhor para ele. Com o tempo foi se aborrecendo” e “as cóleras e impertinências se acalmavam em Ricardo” por meio de gritos e aquilo doía no *moleque*.¹¹⁴

Dona Margarida não podia perder no bicho. O povo da rua do arame já sabia. Quando ouvia um com Ricardo, o falaço, a tormenta nas quatro paredes da casa do condutor, dizia um para o outro: Dona Margarida não acertou hoje.¹¹⁵

A relação de Ricardo com Dona Margarida nos fez pesquisar a questão da exploração do trabalho infantil no Recife durante as décadas de 1920 e 1930. A nossa investigação nos levou a conhecer a história de outras crianças e jovens que sofriam com os maus tratos dos patrões. Os jornais do período também denunciavam as agressões físicas e verbais sofridas pelas crianças durante o trabalho. Em 13 de dezembro de 1931, o *Diário de Pernambuco* trazia a notícia que:

Esteve ontem, na 2ª delegacia, o menino Alfredo Bezerra, de 13 anos de idade, queixando-se contra o seu patrão, de nome João Felipe da Silva, proprietário de uma quitanda na Avenida Norte. O aludido menor declarou que Felipe da Silva de tabica em punho aplicou-lhe várias bordoadas não continuando a espancá-lo graças a intervenção de alguns fregueses que se achavam ali na ocasião.¹¹⁶

¹¹³ RIZZINI, Irma. **Pequenos trabalhadores do Brasil**. In: PRIORE, Mary Del. História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004. p. 389.

¹¹⁴ Idem. P. 40.

¹¹⁵ REGO, José Lins. **O moleque Ricardo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006. p. 45.

¹¹⁶ **Diário de Pernambuco**. Factos Diversos. Recife, 05 de dezembro de 1931.

O caso de Alfredo Bezerra nos permite analisar a questão do abuso da autoridade dos patrões contra as crianças trabalhadoras. Ao procurar a delegacia, a ação do menino Alfredo Bezerra denunciava que seu patrão usava da violência no convívio das relações de trabalho e sua queixa representou uma forma de resistir ao abuso de autoridade praticada por Felipe da Silva. De acordo com Esmeralda Moura, “em função da pouca idade, talvez tenham sido, entre os trabalhadores, aqueles que viveram os exemplos mais exarcebados dessa relação: o poder hierárquico, que claramente os transformaram no alvo privilegiado de uma disciplina férrea”.¹¹⁷

Em 18 de junho de 1927, foi divulgado o caso de João Guilherme, que enfrentou o abuso de autoridade e agressão física do seu patrão sob “o regime de palmatória”:

O menor de 15 anos de idade João Guilherme, pela manhã de ontem, compareceu na delegacia de polícia do 3º distrito da Capital e procurando o Comissário de serviço, a fim de apresentar queixa contra José Machado Figueiredo estabelecido com oficina de marceneiro à avenida Lima de Castro, n. 1655. O menor que era aprendiz da mesma oficina ontem pela manhã, por questões de serviço foi repreendido pelo seu patrão. Este insatisfeito, despediu-o do trabalho dando-lhe diversos bolos de palmatória. De fato, João Guilherme estava com as mãos inchadas, sendo o acusado intimado a comparecer na polícia, a fim de se ver processado.¹¹⁸

João Guilherme e Alfredo Bezerra: crianças em perigo. Debruçar-se sobre esses casos nos faz discutir os mais variados modos de violência física e moral cometidos contra as crianças. A palmatória ou tabica, instrumento de punição física, em que o repressor buscará, por meio da violência física, deixar a marca da punição nas mãos do punido e também em sua mente. As mãos de João de Alfredo, as mãos de “aprendizes”, tão importantes para a condução dos trabalhos por eles realizados, foram agredidas. No “regime da palmatória”, o punido passa a ser tido como exemplo de alguém que desrespeitou ou desafiou a ordem estabelecida e foi castigado. Esse tipo de penalidade pode ser observado como um castigo que “deve” corrigir e não ser esquecida..

A palmatória, enquanto instrumento de punição foi utilizada para corrigir e disciplinar as ações da criança empregada em sua oficina. Essa ação nos leva a refletir como foi construída o universo micro-social das crianças no mundo do trabalho, quando o empregador muitas vezes se posicionava como proprietário da oficina e do corpo de

¹¹⁷ MOURA, Esmeralda. **Crianças operárias na recém-industrializada** São Paulo. In: PRIORE, Mary Del. História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

¹¹⁸ **Jornal do Commercio**. Na polícia e nas ruas – Chronicas da Cidade. Recife, 18 de junho de 1927 – página 3.

seus “pequenos” empregados. Neste período, a palmatória, era utilizada por pais, mães e até professores com o objetivo de corrigir as “faltas” das crianças. Ao analisar as agressões sofridas pelas crianças no universo familiar do Recife “moderno”, o historiador Iranilson Buriti Oliveira nos afirma que “meninos e meninas cresciam amedrontados pelos instrumentos sadistas, como a palmatória (...) Tanto nas artes de aprender o ‘bê-á-bá’ quanto nas artes de obedecer à autoridade, os filhos e filhas sentiam no corpo as dores trágicas por um sistema corretivo”.¹¹⁹

O caso de João Guilherme nos faz discutir o cenário social em que ele se encontrava, quando a exploração do trabalho infantil, em larga escala, era uma situação que caracterizava as sociedades que vivenciaram o processo de crescimento acelerado da industrialização, quando muitas crianças foram arregimentados para as atividades produtivas. Além de ser agredido fisicamente, João foi dispensado das suas atividades da oficina, mostrando-nos indícios de como eram conflitantes as relações de trabalho entre o empregador e o garoto empregado.

Contudo, não podemos deixar de ressaltar a iniciativa de João Guilherme em denunciar o patrão agressor. Caminhar até a Delegacia de Polícia do 3º Distrito da Capital, apresentar-se como um adolescente trabalhador agredido e processar o responsável pelo crime cometido, demonstra o poder de autonomia e coragem daquela criança. Através da História do pequeno João, podemos perceber que os nossos protagonistas buscavam meios de se defender e de lutar por seus direitos.

Desse modo podemos observar que Ricardo não estava sozinho. O garoto deixou a casa de Dona Margarida, uma vez que a cada dia o trabalho naquela residência ficava mais difícil. Um dia, um carregador de pão o chamou para trabalhar na padaria de um português, em troca o garoto tinha um salário e um lugar para dormir. Ricardo deixava de ser um *moleque* que prestava serviços domésticos na casa de Dona Margarida para se tornar uma criança operária, empregado na oficina de fazer o “pão nosso de cada dia”.

Do trabalho doméstico ao mundo da produção. Sim. Ricardo passou a conviver com no universo onde as relações sociais se construía de forma diferente. O trabalho na padaria era realizado a partir da lógica da produção e do lucro, experiência até então desconhecida para Ricardo. Lá, trabalhavam adultos, velhos, mulheres e outras crianças,

¹¹⁹ OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **Façamos da família à nossa imagem**: a construção de família no Recife Moderno. 2002. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002. p. 139.

que também buscavam sobreviver por meio do salário pago por suas horas de serviços prestados.

Foi na padaria que Ricardo conheceu Francisco, um menino “amarelo de olhos grandes”. Francisco não tinha pai e mãe e desde os 12 anos de idade trabalhava para se sustentar. Em uma das conversas com Ricardo, o colega de trabalho contou que

Criara-se em casa de um tio em Paulista. Sofrera o diabo o pobre menino. Quando tinha 12 anos, já ia para a fábrica passar 12 horas no fuso. A febre palustre reduzia Francisco a aquilo que ele era, amarelo, magro, um pedaço feio de gente. Fugiu de Paulista porque quem ali não era operário era resto. Os donos da fábrica só queriam operários. Um deles criava cavalos de raça e diziam que dava ovo e vinho do Porto aos animais. Os cavalos de raça de Paulista gastavam num dia o que cem operários não comiam. Paulista era uma desgraça.¹²⁰

Assim como Francisco, centenas de crianças vivenciaram o cotidiano do mundo fabril e das desigualdades sociais. Em galpões insalubres e escuros, crianças e jovens eram obrigadas a manusear as máquinas que produziam os tecidos comercializados no Recife ou exportados para outros locais. Enfrentando as longas jornadas de trabalho e o perigo das máquinas, grande parte dos pequenos operários não tinha acesso à escola, assistência de saúde e aos momentos de lazer, uma vez que muitos precisavam trabalhar para ajudar no orçamento familiar.

Paulista, cidade onde Francisco trabalhava, que hoje se localiza no Grande Recife, foi uma cidade que vivenciou os primeiros momentos do crescimento industrial em Pernambuco. No trabalho *A sedução da cidade: os operários-camponeses e a Fábrica dos Lundgren*, a socióloga Rosilene Alvim traz uma importante contribuição sobre a construção social e econômica dessa cidade, que nasceu a partir da *Companhia de Tecidos Paulista*. Nessa obra, Alvim discute como as famílias que migraram da zona rural de Pernambuco foram trazidas para trabalhar nessa *Companhia* nos anos 1930 e nas décadas subseqüentes. A partir dos depoimentos de ex-operários, podemos perceber que era bastante expressivo o número de crianças e jovens que trabalhavam naquele complexo industrial.

Uma outra questão levantada por Alvim, refere-se ao problema do aliciamento das famílias do interior de Pernambuco. De acordo com seus estudos, a *Companhia de Tecidos Paulista* realizava o processo de aliciamento direto, quando seus agentes buscavam atrair “chefes de famílias” e seus filhos para trabalharem na Companhia. A

¹²⁰ REGO, José Lins. **O moleque Ricardo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006. p. 85.

cidade fabril se apresentava como *sedutora*, terra das “montanhas de cuscuta e dos chafarizes de leite”. Assim foi construída a imagem de Paulista pelos aliciadores que buscavam as famílias do interior para trabalhar na Companhia. A cidade dos adultos operários se tornava a cidade das crianças e jovens que trabalhavam para sustentar suas famílias. O salário dos filhos e filhas representava um complemento para economia da família operária.¹²¹

Sobre a questão do trabalho infantil e sua relação com a economia familiar, a historiadora Michelle Perrot nos aponta como o trabalho de crianças e dos jovens no mundo das fábricas esteve diretamente relacionado ao cenário de pobreza onde estes agentes sociais transitavam, quando a falta de recursos obrigava os pais, as mães ou os responsáveis a empregarem os menores nas fábricas. De acordo com Perrot,

Mesmo fora da fábrica, a condição dos proletários é regida por uma rigorosa economia familiar. O salário do pai corresponde a parcela principal dos rendimentos, complementado, tão logo seja possível, pela contribuição dos filhos (...) Nessa perspectiva, compreende-se a hostilidade a qualquer restrição ao trabalho infantil.¹²²

Além de atender a demanda e aos interesses dos patrões em pagar uma mão-de-obra mais barata, as crianças e os jovens ainda contribuíam de forma significativa para o orçamento da família operária. Segundo Perrot, a pobreza vivida pelas famílias operárias era tão expressiva, que o ingresso das crianças e jovens no mundo fabril, em muitos casos, era necessário para a manutenção da vida da própria criança.

Não podemos deixar de lembrar que o interesse dos pais - oriundos das famílias populares -, em empregar seus filhos, também foi construído a partir da ética do trabalho puritano, que construiu a imagem do mundo do trabalho como algo enobrecedor e redentor. Segundo a ética puritana, o trabalho é um instrumento para a formação do bom cidadão, do filho de Deus. A partir deste princípio, era defendida a idéia que o trabalho afastava as crianças e jovens dos vícios, quando a fábrica passou a ser considerada uma escola, local onde essas crianças cresciam aprendendo a ser “os futuros homens da nação”.¹²³

¹²¹ ALVIM, Rosilene. **A sedução da cidade: os operários-camponeses e a Fábrica dos Lundgren**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

¹²² PERROT, Michelle. **Funções da família**. In: PERROT, Michelle (Org). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 131.

¹²³ RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil, 1890-1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

O “progresso” não adotou Francisco. O garoto fugiu de Paulista e foi morar em Olinda e depois de muita procura encontrou o trabalho no Recife. Na padaria do velho português, o trabalho também era pesado, mas, não era tão perigoso quanto nas fábricas de Paulista. Nessa oficina, onde era produzido “o pão nosso de cada dia”, os garotos trabalhavam como auxiliar dos masseiros e realizavam diversos serviços. Francisco e os outros meninos, como o *moleque* Ricardo, ganhavam um salário menor, mas, enfrentaram a mesma jornada de trabalho.

Francisco, Ricardo e tantos outros meninos vivenciavam as mais diferentes experiências naquele espaço de trabalho, quando a produção e a disciplina eram sempre cobradas. Ao traçar o perfil de Ricardo, José Lins nos fala que o menino era um “moleque limpo, de olhos vivos, de cara boa, um achado para o Recife, onde os moleques daquele tipo se faziam de gente, se metiam em sociedade de operários, quando não se perdiam na malandragem”.¹²⁴

Sim. Ricardo optou por viver o mundo do trabalho e foi aprendendo com seus colegas que era preciso se organizar coletivamente. Nas primeiras décadas do século XX, Recife era uma cidade que possuía várias organizações de trabalhadores, entre elas a *Sociedade de Resistência dos Empregados da Padaria*.¹²⁵ Esta sociedade era localizada no segundo andar de um sobrado, no Pátio do Paraíso, lugar onde Ricardo ouviu pela primeira vez a palavra ‘greve’. No começo o *moleque* estranhou e ficou com medo; uma vez que se o português dono da padaria soubesse que estava envolvido nessas conversas seria demitido.

No início do século, os movimentos grevistas fizeram parte do cenário político do Recife e este problema esteve presente nas preocupações de José Lins e da historiografia contemporânea. Segundo Antonio Paulo Rezende, durante as primeiras décadas dos noventa,

¹²⁴ REGO, José Lins. **O moleque Ricardo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006. p. 35.

¹²⁵ No artigo publicado em 2005, na Revista *Clio*, do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, Antonio Paulo Rezende nos fala que no início do século XX, a cidade do Recife possuía várias associações que abrigavam as “primeiras idéias socialistas em Pernambuco”. Entre elas, a Sociedade Beneficente dos Empregados do Comércio, a Associação dos Empregados do Comércio, a Sociedade dos Remadores, a Sociedade Beneficente dos Fressureiros, a Sociedade Italiana de Beneficência, entre outras. Segundo Rezende, este período também é marcado por outras formas de organização coletiva, como o Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1906, quando uma das bandeiras de luta era a regulamentação da jornada de 8 horas e melhores salários. Nesse sentido, não seria incoerência afirmar que os caminhos trilhados pelo *moleque* Ricardo, um personagem do romance de José Lins do Rego, podem ter sido os caminhos de outros moleques que tiveram em suas vidas a oportunidade de participar de reuniões ou mobilizações organizadas por estas sociedades. Ver: REZENDE, Antonio Paulo. As primeiras idéias socialistas em Pernambuco. Ver: REZENDE, A. P. As primeiras idéias socialistas em Pernambuco. **Clio – Revista de Pesquisa História**. N. 23. Recife: Editora da UFPE, 2005.

As greves dão ao Recife a atmosfera de uma cidade moderna e reivindicativa, mas têm suas especificidades. O movimento dos trabalhadores foi visto, sempre, com muitas reservas pelos grupos dominantes, a questão social não fugia muito de ser entendida como uma questão política. A intervenção do poder público é uma constante nas negociações e as articulações dos trabalhadores assalariados com políticos da classe dominante.¹²⁶

Não podemos negar que os movimentos grevistas daquela época fortaleceram o sentimento dos trabalhadores enquanto categoria social e política, haja vista que os primeiros movimentos reivindicatórios deram base para a consolidação das organizações operárias no Brasil. O Recife da efervescência econômica, também era a cidade das agitações políticas, quando homens, mulheres e crianças fizeram parte dessa história de resistência.

Assim como Ricardo, outras crianças freqüentavam as reuniões que discutiam as condições da vida operária, faziam parte das greves e dos eventos que marcaram a atuação do movimento dos trabalhadores do Recife. Ao nos debruçarmos sobre alguns jornais produzidos pelo movimento operário, podemos perceber várias formas de denúncias contra o trabalho infantil. Jornais que acusavam a exploração vivida pelas crianças e jovens nas fábricas de Camaragibe, da Várzea, da Torre e de Apipucos (também conhecida como Fábrica da Macaxeira).¹²⁷ Meninos que viviam distantes dos bancos escolares e dos momentos de lazer, vivenciaram os maus tratos dos contramestres, as longas jornadas de trabalho e o perigo das máquinas.¹²⁸

Ao se voltar para a questão da resistência infantil à exploração do trabalho, Margareth Rago nos fala que freqüentemente os jornais operários registravam os maus tratos e repressões sofridas pelas crianças, fazendo-nos “supor a existência, frente à violência do mundo adulto, de sua evasão no ato de brincar, de correr, de conversar por entre as máquinas durante o período de trabalho”. Para a historiadora, é “impossível deixar de imaginar como a fábrica deve ter representado para elas um mundo tedioso, repetitivo, monótono, severo e rígido”.¹²⁹

¹²⁶ REZENDE, Antonio Paulo. **(DES) encantos Modernos**. Recife: Fundarp, 1997. p. 34

¹²⁷ Sobre a Lei de Syndicalização. **Norte Operário**. Recife, 28 de dezembro de 1931. Capa. Apeje.

¹²⁸ De acordo com as pesquisas de Zélia Gominho, neste período, Recife possuía mais de 1.148 empresas de diferentes portes e dos mais diferentes ramos de atividade e serviços. In: GOMINHO, Z. **Veneza Americana x Mucambópolis**: o Estado Novo na cidade do Recife (décadas de 30 e de 40). Jaboatão dos Guararapes: Ed. Do Autor, 2007.

¹²⁹ RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar (Brasil, 1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 130.

Contudo, em meio às denúncias realizadas contra o trabalho infantil, também encontramos registros daqueles que defendiam a “sindicalização dos menores”. Em 28 de dezembro de 1931, o *Jornal Norte Proletário* trazia um artigo reivindicando a organização sindical dos pequenos trabalhadores. Em uma matéria de capa, o Norte Proletário dizia:

Um dos artigos da Lei 19.770, que golpeia em cheio os organismos sindicais é a que alude a organização dos menores, não permitindo que estes, sem que tenham 18 anos, se filiem às associações trabalhadoras. Sabido como é a existência de numerosos jovens operários nas fábricas, oficinas e nos campos, evidenciando-se este fato nas indústrias de tecelagem além de haver outras empresas manufatureiras onde o número de meninos, esqueléticas crianças, tome proporções escandalosas, no exclusivo interesse dos senhores industriais, dada desigualdade de salários para trabalho igual, - não compreende não se justifica uma proibição de todos os princípios da lógica social, pois que aos indigentes atingidos nas suas dolorosas condições econômicas e morais, ninguém pode tirar-lhes um direito indelével, qual o de pôr-se a salvo investidos pela razão e pela justiça. Os menores tem direito à organização.¹³⁰

Para o *Norte Operário* não havia o interesse por parte dos patrões em sindicalizar as crianças uma vez que o sindicato era o espaço de debate político. O interesse dos patrões, e até mesmo do Estado, era de garantir o trabalho para as crianças e jovens com a finalidade de controlá-los para que se tornassem futuros profissionais que estariam a serviço do progresso da nação. A organização operária, símbolo da resistência de luta dos trabalhadores representava sinônimo de rebeldia e contestação da ordem, logo, o Estado se posicionava contrário à sindicalização das crianças e jovens.

Não podemos entender o discurso do *Jornal Norte Operário* distante de uma análise sobre a Lei 19.770, que foi promulgada em março de 1931 e tinha como objetivo atrelar a organização sindical ao Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio, criado durante o Governo Vargas. Através desta Lei, os sindicatos não podiam promover ou disseminar nenhum tipo de ideário político, social ou mesmo religioso, fazendo com que se tornasse alvo de muitas críticas por parte daqueles que resistiam ao aparelhamento do sindicato ao governo instituído. A verticalização da estrutura e a falta

¹³⁰ **Norte Operário**. Sobre a Lei de Sindicalização. Recife, 28 de dezembro de 1931. Capa. Apeje.

de autonomia sindical foram fortalecidas com a Constituição de 1934, que chegou a deslegitimar de modo efetivo os sindicatos considerados “não oficiais”.¹³¹

Desse modo, observamos que tais mudanças provocaram uma intensa discussão entre os trabalhadores que se organizavam coletivamente através dos sindicatos. Nesse tablóide, uma série de reportagens foi produzida com a intenção de disseminar a idéia de que as crianças trabalhadoras possuíam o direito à participação na organização política dos operários. O caso da sindicalização das crianças e jovens estava muito distante da vontade do Estado, uma vez que o *Código de Menores de 1927* ditou uma série de normas que proibia o trabalho infanto-juvenil ou buscava controlar a permanência dos meninos nos estabelecimentos fabris. De acordo com o Capítulo IX do Código, várias proibições foram estabelecidas, o Artigo 103, inclusive, afirmava que:

Os menores não podem ser admitidos nas usinas, manufaturas, estaleiros, minas, ou qualquer trabalho subterrâneo, pedreiras, oficinas e suas dependências, de qualquer natureza que sejam, públicas ou privadas, ainda quando esses estabelecimentos tenham caráter profissional ou de beneficência, antes da idade de 14 anos.¹³²

O Código ainda criava um sistema de fiscalização, segundo o qual os proprietários dos estabelecimentos, os pais, mães ou responsáveis poderiam responder um processo judicial se desrespeitassem a Lei. No capítulo IX, o Artigo 101 afirmava que “é proibido em todo território nacional da República o trabalho de menores de 12 anos”. Entre as proibições, destacamos a restrição aos trabalhos de crianças em peças teatrais (com exceção das infantis, mediante autorização do órgão fiscalizador), cabarés, circos ou espetáculos circenses (acrobata e saltimbanco) ou em qualquer serviço que fosse exercido nas ruas, nas praças ou nos demais locais públicos.

No que se refere aos estabelecimentos comerciais e industriais, o Código volta-se para a responsabilidade dos proprietários, afirmando no Artigo 117 que:

Os chefes dos estabelecimentos industriais e comerciais, em que são empregados menores de 18 anos como operários ou aprendizes, são obrigados a velar pela manutenção dos bons costumes e da decência pública, bem como da higiene e segurança dos lugares de trabalho.

A leitura desse Artigo nos faz observar como a intenção do *Código* estava relacionada em fazer do mundo do trabalho fabril o espaço onde crianças e jovens

¹³¹ PIOLLI, Evaldo. **Educação e sindicalismo**: o discurso sindical no contexto da reestruturação produtiva. 2004. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação – Unicamp. Campinas, 2004.

¹³² Brasil. 1927. **Código de Menores de 1927**. Art.. 31, Capítulo IX.

encontrassem o caminho para a profissionalização. O discurso que valorizava os bons costumes e a decência pública foi construído a partir do ideário normatizador, disciplinador e higienista. Na “escola do trabalho”, os pequenos operários deveriam ser controlados pela ordem. Uma ordem preventiva que buscava garantir a manutenção do ideário do progresso. Segundo o *Código*, cabia ao patrão – ao proprietário – zelar por esse mundo da fábrica, uma vez que ele também representava o lugar onde essas crianças estavam longe dos perigos das ruas.

Em 03 de setembro de 1929, dois anos após a promulgação do *Código de Menores*, o *Jornal Pequeno* trazia a notícia que o Juiz de Menores Mello Mattos, multou cerca de quinhentas fábricas, uma vez que desrespeitaram a normatização estabelecida pelo *Código*.

O Juiz carioca Dr. Mello Mattos publicou em dezembro do ano passado um provimento para execução do Código de Menores na parte relativa ao trabalho fabril, concedendo uma delação de treze meses a respeito de certos dispositivos. Finda a delação o juiz multou cerca de 500 fábricas por infração do mesmo Código, mas, o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão pediu prorrogação até que o Congresso Nacional reformasse certos artigos, que reputava inexecutáveis. O Juiz Mello Mattos indeferiu o pedido, o reclamante agravou do despacho para o Conselho Supremo da Corte de Apelação, que negou provimento do agravo confirmando unanimemente o ato do Juiz de Menores. Tendo baixado os autos a Cartório no sábado passado, o Dr. Mello Mattos mandou prosseguir na execução do Código de Menores.

Esse exemplo aconteceu no Rio de Janeiro, mas, recebeu destaque no jornal pernambucano. A reportagem ainda trazia a informação de que dez grandes empresas foram multadas por obrigarem menores abaixo de 18 anos a trabalhar mais de seis horas por dia, contrariando o Artigo 18 do *Código de Menores*. Através dessa matéria, percebemos como os proprietários dos estabelecimentos fabris resistiram às exigências estabelecidas pela Lei, buscando driblar este dispositivo legal. Mesmo recorrendo aos recursos cabíveis, o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão, não conseguiu reverter a decisão do Juiz. Desse modo, a multa e sua divulgação não deixaram de representar a tentativa de consolidar o papel do Código, a partir da atuação direta do juiz que o elaborou.

Contudo, nossa investigação sinaliza que nem sempre a justiça beneficiou os pequenos trabalhadores, exemplo disso é o *Processo Criminal* referente à ação de acidente de trabalho da criança João Domingues, que durante o trabalho perdeu as

funções da mão direita, no momento era operário da fábrica de cigarros Jockey Club. João se acidentara quando prestava ajuda ao chofer da empresa, às 7 horas da manhã do dia 4 de junho de 1927. A criança acidentada, representado pelo seu pai Domingos Correia, reivindicava indenização à *Companhia de Seguros Ypiranga*.¹³³

A leitura dos documentos que integram o processo de João nos permite perceber como a burocracia jurídica beneficiava o proprietário da empresa, uma vez que ele já contava com os advogados da seguradora e a estrutura desta instituição, enquanto a criança operária não tinha recursos para pagar o advogado, tendo que solicitar o apoio do Estado. De acordo com o laudo médico, João poderia ficar curado se recebesse tratamento adequado, mas alertava que o tratamento realizado naquele momento não garantia a cura do garoto. A seqüela física poderia ser irreversível, fazendo com que João permanecesse afastado do trabalho. De acordo com o Artigo 1º da Lei de Acidentes de Trabalho e do Artigo 772 do Código de Processo Civil, sendo atestado judicialmente a lesão, era garantida a indenização por acidente de trabalho e toda a assistência médica para o acidentado.

Para o advogado da Companhia, João tinha sofrido apenas uma simples lesão, não sendo merecedor de uma indenização. Segundo os laudos médicos, a criança tinha se acidentado de forma que podia perder as funções da mão direita. As diferentes versões sobre o fato, fizeram gerar um processo bastante conflituoso, com as partes recorrendo por diversas vezes a decisão judicial. Como nos fala Thompson, a Lei enquanto prática não representa um mecanismo de consenso, mas, um campo aberto para o conflito, quando tais embates são construídos nas relações sociais entre as partes e permeiam, de forma contraditória, o uso das leis.¹³⁴

Ao analisarmos os diversos documentos que compõem o processo, percebemos como as relações sociais de trabalho foram construídas a partir das tensões entre o patrão e o operário, tornando-se um desafio para o historiador que se debruça sobre essa tipologia documental. Nesses processos, as mais diferentes versões e visões acerca do acontecido foram registradas, com as falas do réu e da vítima, sendo construídos para legitimar o discurso de acusação e de defesa. De acordo com os estudos do historiador Sidney Chalhoub,

¹³³ **Processo Criminal** de João Domingues de Mello. 1927. Arquivo do Memorial da Justiça.

¹³⁴ THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Ler processos criminais não significa partir em busca ‘do que realmente se passou’ porque esta seria uma expectativa inocente – da mesma forma como é pura inocência objetivar à utilização dos processos criminais porque eles ‘mentem’. O importante é estar atento às ‘coisas’ que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência.¹³⁵

Desse modo, ao analisarmos o processo de João podemos perceber a trajetória de uma criança operária que recorreu à instituição judiciária para requerer o direito à indenização pelo acidente de trabalho. O Processo nos faz perceber que mesmo ao legitimar o seu pleito, por meio do mecanismo científico - o Laudo Médico confirmou que o acidente comprometia a saúde da criança -, a Justiça não resolveu o caso da criança operária, uma vez que “houve agravo de petição”, fazendo com que o processo ficasse inconcluso, como nos fala um dos relatórios arquivado no prontuário de João.

Mas, João não estava sozinho. Os jornais da época denunciavam constantemente os acidentes envolvendo as crianças nos locais de trabalho. No dia 2 de julho de 1930, Arlindo Bezerra da Silva, garoto empregado na Padaria Rio Branco, localizada na Torre, acidentou-se. Naquela manhã, a moenda esmagou o braço esquerdo do pequeno operário. Segundo matéria do *Jornal Pequeno*,

Companheiros seus, presenciando o sucedido trataram de prestar-lhe os primeiros curativos, enquanto era chamado a Assistência Pública. Minutos depois foi Arlindo transportado para o Hospital de Pronto Socorro, onde teve logo a devida intervenção cirúrgica (...) Em seguida o menor foi removido ao Hospital Pedro II e foi recolhido à enfermaria de São Francisco.¹³⁶

Em novembro de 1931, o *Diário de Pernambuco* trazia outra notícia de acidente de trabalho envolvendo os pequenos trabalhadores. Manuel Francisco, de 13 anos de idade, operário da Usina Mumuripe, durante seu expediente “procurou galgar uma locomotiva daquela usina, fê-lo desastrosamente, sendo colhido pelas rodas”, o que ocasionou o esmagamento do braço direito e outras feridas pelo corpo do garoto, que foi levado ao Hospital Fernandes Vieira, ficando lá internado. O caso de Manoel era grave, assim dizia o Jornal.

Os casos de Arlindo e de Manoel nos fazem perceber como o universo de trabalho desses pequenos operários era cercado por uma série de perigos, entre eles, o

¹³⁵ CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001. p. 41

¹³⁶ **Jornal Pequeno**. O dia começou mal... Recife, 2 de julho de 1930. p. 04.

de trabalhar e manusear máquinas impróprias para a idade dessas crianças e jovens. As instalações precárias, a insalubridade, as longas jornadas de trabalho foram características que marcaram o dia a dia das crianças trabalhadoras.

Nesse cenário marcado por constantes denúncias de acidentes de trabalho, os jornais operários travaram uma campanha voltada para que os trabalhadores procurassem a polícia ou a autoridade mais próxima para registrar e tomar as devidas providências, atendendo o acidentado nas suas necessidades. Dizia o jornal *Voz Operária*, em 12 de março de 1932, que:

Todos os camaradas trabalhadores que em qualquer caso de acidente no trabalho, qualquer um sem medo de represarias por parte dos patrões, deve imediatamente chamar mais outro como testemunhas, participarem o ocorrido primeiro ao gerente, mestre ou encarregado, e logo em seguida se dirigir à polícia local ou autoridade mais próxima comunicando o fato.¹³⁷

Essa pequena nota evidencia como as organizações dos trabalhadores orientavam os operários no caso de acidente, também considerados na época caso de polícia. O cuidado com a testemunha, com o registro, com a procura das instâncias especializadas, leva-nos a perceber como as estratégias foram articuladas no sentido de atender os direitos do trabalhador acidentado. A advertência de não ter “medo da represália do patrão”, permite-nos perceber que as denúncias podiam gerar desdobramentos negativos para os trabalhadores, como perseguições ou até demissões.

Mas, existia um mundo além das fábricas e oficinas. Enquanto Ricardo, Francisco, João e outros agentes sociais que protagonizam essas histórias, moravam nas comunidades populares espalhadas pelos arredores do Recife, outros residiam com seus familiares nas vilas operárias que, naquele período começaram a ser construídas para os trabalhadores e suas famílias. Nos espaços de moradia, essas crianças e jovens brincavam, conversavam à noite com seus vizinhos e descobriam, com o passar do tempo, suas paixões e amores.

Em *O moleque Ricardo*, José Lins nos fala que o personagem principal do seu romance morava na Rua do Cisco, em um dos mangues espalhados pelo Recife. Naquela comunidade vivenciava as adversidades típicas de um morador do mangue, quando no inverno,

¹³⁷ **Voz Operária**. Acidentes de Trabalho. Recife. 12 de março de 1932. Capa.

A lama entrava por dentro de casa. O mangue fedia mais. As casas gotejando pelas folhas de zinco furadas. O inverno ali era duro. Ainda com sol a miséria contar a sua história.

Todavia, no verão,

O céu, à noite, cobria-se todo com as suas estrelas. A lua tinha um mangue para se derramar por cima dele. Uma noite de verão na rua do Cisco não fazia vergonha. As mulheres conversavam mais tempo pelas portas das casas, os meninos brincando o ‘coelho sai’ até tarde...¹³⁸

Eram nessas noites de verão que os homens e as mulheres, os meninos e as meninas se divertiam, namoravam, discutiam, quando trocavam suas experiências nas conversas realizadas nas calçadas ou nas janelas dos mocambos. Ali se discutia de tudo: política, futebol, sem faltar às especulações sobre a “vida alheia”. Assim era vivido o cotidiano dos pequenos trabalhadores além dos muros da fábrica.

No carnaval, que alegria! Ao sair da padaria, o *moleque* Ricardo ganhava as ruas do Recife e encontrava com o som do frevo, com o ritmo contagiante das orquestras, dos mais diversos blocos que invadiam a cidade. Ricardo caía no passo e junto com outros *moleques* estavam incluídos naquela festa bonita. Era o carnaval; o bloco Paz e Amor

Marchava para o Recife, sem medo de fracasso (...) Os bondes de Olinda passavam grudados. Reboques empilhados. Não havia mais história de primeira classe. Brancos e negros juntos pagando a mesma coisa. Os blocos e os cordões desciam cantando. Os violões, as clarinetas se uniam, confraternizavam os quebrados, nas harmonias mais doces do mundo.¹³⁹

Na festa, a vida sofrida e pesada se tornava feliz e leve. O “carnaval encorajava Ricardo. A música lhe fervia no sangue quando ele ouvia na rua um clube passando. Caía no frevo, instigado sem saber por que”, assim falou José Lins. A vida das crianças e jovens que se acordavam cedo, muitas vezes sem se alimentar devidamente, para caminhar para fábricas ou oficinas do Recife, enfrentando os mais diferentes tipos de exploração, também era feita de momentos de felicidade, de alegria e de festa.

O tempo passou e Ricardo cresceu. Já grande retornou ao Engenho Santa Rosa para visitar a mãe e todos que lá deixara, “ainda quase menino, sumira-se do engenho sem ninguém saber para onde”. Foi uma festa, “a casa inteira recebeu a carta com muita

¹³⁸ REGO, José Lins. **O moleque Ricardo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006. p. 214

¹³⁹ Ibidem. p. 184.

alegria. Ricardo vinha do Recife passar uns dias com eles”.¹⁴⁰ Assim como Ricardo, outros *moleques* tiveram a oportunidade de voltar. Outros trouxeram suas famílias do interior para morar no Recife. Outros caíram no mundo do abandono, do esquecimento. Tantos *moleques*, várias histórias...

Ao historiador, cabe a função de narrar as trajetórias de vidas desses agentes sociais que fizeram parte da história da cidade e que muitas vezes foram também abandonados ou esquecidos pela historiografia tradicional. Debruçar-se sobre o cotidiano dos pequenos trabalhadores nos faz perceber que o dia a dia desses agentes sociais foi permeado por conflitos e tensões. Distantes dos bancos escolares e dos momentos de lazer, essas crianças e jovens buscaram resistir das mais diversas formas à lógica da produção e, muitos deles, tornaram-se homens e mulheres que superaram os desafios impostos pela vida.

Gostaríamos de pedir licença ao leitor e/ou leitora para finalizarmos essas discussões com uma frase emblemática do historiador inglês E. P. Thompson, que ao dedicar um espaço sobre a questão do trabalho infantil na sua obra *A formação da classe operária inglesa*, concluiu o seu texto com o desabafo do militante: “a exploração das crianças, na escala e na intensidade com que foi praticada, representou um dos acontecimentos mais vergonhosos da nossa história”.¹⁴¹

2.2 - Nas ruas do Recife, o cotidiano dos “pequenos gazeteiros”

O pequeno Gregório saiu de Panelas de Miranda, cidade do Sertão de Pernambuco, e chegou ao Recife. O seu desembarque foi na Estação das Cinco Pontas, que se localizava ao lado da fortaleza onde funcionava o quartel que levava o mesmo nome. Naquela noite, o Recife estava iluminado por velhos lampiões a gás que o fez lembrar “do reino encantado das estórias” contadas por sua avó. Contudo, o encanto foi se perdendo; lá mesmo, na Estação, o garoto encontrou-se com pessoas doentes, pedindo esmolas e com outros sinais que evidenciavam as contradições sociais da cidade. Diante de tanta pobreza, Gregório relembra: “na cidade dos meus encantos havia muita pobreza, miséria e sofrimento...”.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 29.

¹⁴¹ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. V. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 224.

Assim, o político pernambucano Gregório Bezerra relatou o seu primeiro encontro com a cidade, marcado pelo desencanto:

Para mim foi um desastre. Eu tinha impressão de que a cidade do Recife era uma cidade só de rico, que não existia ninguém pobre, não havia ninguém pedindo esmolas, não existiam miseráveis; e logo na estação vi uma porção de gente doente, exibindo as feridas das pernas, os aleijões, as deformações de toda natureza. Eu fiquei horrorizado. Nunca pensei que em Recife também tivesse gente doente, gente miserável como nós.¹⁴²

As memórias de Gregório Bezerra sobre sua chegada ao Recife tornam-se um documento valioso para o historiador que procura entender a cidade e suas contradições sociais. O Recife desenhado por Gregório, foi colocado em tela a partir do seu desencanto. A construção de uma cidade “ideal” para viver, foi desconstruída no primeiro instante, no primeiro olhar, uma vez que ao desembarcar no Forte das Cinco Pontas, o pequeno Gregório deparou-se com a cidade das desigualdades sociais. Talvez, na época, o olhar de uma criança não tenha registrado as contradições, mas, o estranhamento ao encontrar tanta gente pedindo esmola, expondo suas “feridas”, foi efetivo, haja vista que Gregório deixou registrado na sua memória aquele primeiro encontro, marcado pela decepção e horror.

Ao publicar suas memórias, Gregório Bezerra nos deixou um importante registro de sua atuação política e de sua trajetória de vida.¹⁴³ Na parte dedicada à infância, o político pernambucano, relatou seu cotidiano no Recife, vivenciado durante as primeiras décadas do século XX. Nesse “teatro da memória”, onde Gregório foi o personagem de si mesmo, percebemos que a escrita auto-referencial, ou escrita de si, foi construída à luz das práticas e posições políticas vivenciadas pelo autobiografado.

A luta no Partido Comunista, a influência do pensamento marxista, por exemplo, estão fortemente presentes na sua narrativa, fazendo com que as questões políticas por ele vividas se entrelaçassem com as suas memórias de infância e juventude. Ao trabalharmos com autobiografias, temos que analisar o que está “por trás do texto”, onde temos que buscar a relação entre o “mundo” e o “eu” do autobiografado.¹⁴⁴ A escrita autobiográfica, enquanto fonte para escrita da história, leva-nos a conhecer os

¹⁴² Entrevista de Gregório Bezerra ao Programa de História Oral da Fundação Joaquim Nabuco. Pesquisadora: Eliane Moury Fernandes. Recife: Fundaj, 1982.

¹⁴³ BEZERRA, Gregório. **Memórias**: primeira parte 1900-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

¹⁴⁴ GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

fatos e acontecimentos à luz das lembranças do depoente. Essas lembranças não devem ser analisadas distante do lugar social e político ao qual o biografado pertence. Desse modo, também não podemos negligenciar outras formas subjetivas, presentes na narrativa do entrevistado, como os medos, os angústias e os anseios.¹⁴⁵

Ao discutir a relação da historiografia com a documentação autobiográfica, Ângela de Castro Gomes afirma que o historiador deve considerar a questão da “ilusão biográfica”, criticando a existência de um “eu” coerente e contínuo, para que não sejam reproduzidos os “efeitos de verdade” expressados na narrativa autobiográfica.¹⁴⁶ Ao debruçar-se sobre uma escrita auto-referencial, o historiador dialoga com as novas perspectivas historiográficas, quando a memória individual passa a ser utilizada como fonte documental para a construção de uma escrita da história. Gomes nos afirma que os registros de memórias são práticas bastante característica do “homem moderno” e que:

De forma geral e por definição, subjetivos, fragmentados e ordinários como suas vidas. Seu valor, especialmente como documento histórico, é identificado justamente nessas características, e também em uma qualidade decorrente de uma nova concepção de verdade, própria às sociedades individualistas. Sociedades que separam o espaço público do privado, a vida laica da religiosa, mas que, em todos os casos, afirmaram o triunfo do indivíduo como sujeito voltado para si, para sua razão e seus sentimentos. Uma sociedade em cuja cultura importa aos indivíduos sobreviver na memória dos outros, pois a vida individual tem valor e autonomia em relação ao todo. É dos indivíduos que nasce a organização social e não o inverso.¹⁴⁷

A escrita de Gregório, uma escrita de si, faz-nos ouvir a voz de um ex-militante comunista, que enfrentou os embates, as divergências dos setores mais conservadores da política brasileira e do próprio Partido Comunista. Todavia, poucos conhecem a história da sua infância e juventude, momentos de sua vida que nos possibilita uma melhor compreensão acerca de sua trajetória pessoal e política. Desse modo, nosso interesse maior é de historicizar o passado de Grilo, como era chamado Gregório Bezerra, quando criança. O codinome Grilo faz referência a seu porte físico, uma vez que era um garoto franzino, baixinho e que possuía grandes olhos azuis.

Aos nove anos de idade, foi visitar sua irmã, que morava em Palmares. Chegando lá, conheceu Dona Dondom, esposa do Senhor Magalhães, proprietário do

¹⁴⁵ LE GOFF, Jacques. **Memória**. V. II. Lisboa: Edições 70, 2000.

¹⁴⁶ GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 13.

Sítio Brejinho, que ficou interessada em levá-lo para o Recife, uma vez que gostou dos trabalhos que havia realizado na horta da casa de uma das madrinhas de suas irmãs. A promessa de ensiná-lo a “ler, a escrever e a contar”, animou o menino Gregório, que aceitou o convite. As lembranças da viagem para o Recife não se perderam no tempo. Na vinda para a cidade grande, “era uma grande admiração pelo que via. Os morros, os rios, as pontes, os canaviais, as usinas às margens das cidades (...) Uns com os sacos nos ombros, chapéu de palha na cabeça, barbas crescidas, descalços, na maioria desdentados...”.¹⁴⁸ Era um trem que transportava os passageiros inseridos na categoria denominada como “segunda classe”. Era o povo. Muitos podiam morar no Recife, outros provavelmente iriam visitar os parentes que lá se encontravam. Cada um com um destino. E o de Grilo, qual seria?

Tudo aquilo para ele era estranho. Grilo encontrava-se com o novo. Os trabalhos domésticos da casa dos Magalhães passaram a fazer parte do seu dia-a-dia e, a partir deles, o menino do Sertão passou a conhecer o Recife. Realizando suas obrigações, a pedido de seus responsáveis, visitava a farmácia do Doutor Tomé Gibson, “na Rua São João com o Pátio do Terço”; a Cruz Vermelha, uma firma de importação e exportação, localizada na Praça da Estação Central e outros cantos e recantos da cidade que Grilo passou a conhecer através dos recados, das entregas ou das buscas de encomendas, passando, inclusive, a conviver com as pessoas dos arredores.

A promessa de alfabetizá-lo nunca foi cumprida. Contudo, teve que aprender a rezar. Não era do seu agrado, “mas a disciplina doméstica” o obrigava. A jornada de trabalho diário se tornava mais pesada e o sonho de aprender a “ler, escrever e contar” se tornava mais distante. Ao narrar suas memórias, Gregório nos fala dos seus sentimentos, dentre eles, o da frustração, da angústia e até mesmo do ódio, haja vista que no decorrer de suas andanças pela cidade, Grilo percebeu que outras crianças brincavam e se divertiam, enquanto ele não vivia esses momentos. Ao relatar a sua relação com um colega que também trabalhava na casa dos Magalhães e com outras crianças, recordava:

Não tínhamos liberdade de brincar, nem mesmo de falar com outros garotos (...) Sentia a vida desigual das crianças e dos homens. Crianças que morriam de fome, viviam descalças e não tinham casas para morar; crianças, enfim, que nada tinham e apenas vegetavam

¹⁴⁸ BEZERRA, Gregório. **Memórias**: primeira parte 1900-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 96.

com os seus pais, e muitas nem pais possuíam. Eu tinha saudade de minha mãe, de meus irmãos, de vovó, de meus tios e chorava nas horas de maior aflição. Nós tínhamos tempo de conversar na hora de dormir e muito baixo para não incomodar os nossos senhores, donos da vida.¹⁴⁹

Nas suas memórias, Gregório nos relata como era vivido o cotidiano das crianças que circulavam ou até moravam nas ruas comerciais do Recife e que se encontravam no contexto de abandono e pobreza. Este momento sócio-histórico marca o surgimento das primeiras iniciativas do Estado no sentido de construir um plano político-jurídico de assistência à infância. A presença dessas crianças e jovens nas ruas dos grandes centros urbanos, inclusive do Recife, passou a comprometer a segurança e a comodidade daqueles que transitavam neste espaço comercial, comprometendo o projeto econômico e estético da sociedade burguesa e do cotidiano daqueles que tinham esses espaços como locais de lazer.

A fuga se apresentou como alternativa para sair da casa dos Magalhães. Ao fugir, a rua se tornou o local da sua morada. Na rua, Grilo encontrou outras crianças que buscavam sobreviver no mundo da pobreza e do abandono. Muitas trabalhavam de dia e voltavam à noite para suas casas. Outras permaneciam nas ruas, pois eram nos becos, nas esquinas, nas calçadas que elas dormiam. Ao estudar a questão das crianças que viviam nas ruas das grandes cidades durante as primeiras décadas dos noventa, a historiadora Esmeralda Moura nos fala que naquele período a rua apresentava-se como um local de múltiplas identidades:

Aglutina e ao mesmo tempo exclui, sob seu significado, uma extraordinária gama de personagens que se inserem na sua própria dinâmica de forma diferenciada. A rua é, também, o espaço no qual a pobreza ganha plena visibilidade, mesclando-se à tão questionada marginalidade social, e são tênues os limites que a separam do crime e da delinquência com os quais freqüentemente se confunde.¹⁵⁰

Nas ruas, essas crianças buscavam, das mais diferentes formas, resistir aos desafios que lhes eram impostos. Foi o que aconteceu com Grilo, que trabalhou como freiteiro, pediu esmolas e prestou pequenos serviços em troca de comida ou de um local para dormir. Muitas dessas crianças tinham a rua como uma “grande escola”, onde lhes

¹⁴⁹BEZERRA, Gregório. **Memórias**: primeira parte 1900-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 102

¹⁵⁰ MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. **Meninos e meninas na rua**: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. 1999. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999. p. 85-102.

eram ensinadas as grandes lições de como enfrentar os perigos da vida, desafiando-os e superando-os.

No decorrer da nossa investigação, percebemos que Grilo não estava só. Naquele período, as notas de jornais denunciavam as fugas de meninos e meninas do Recife, quando muitos deles também buscaram escapar dos trabalhos domésticos, como foi o caso de Simplício Gomes, de 13 anos de idade, que era empregado na residência de Maria Amélia. Em janeiro de 1930, Simplício recebeu “20\$000 para fazer umas compras, não mais voltou”. Maria Amélia apresentou-se na polícia para prestar queixa contra o garoto. A nota do *Jornal do Commercio* trazia o título: “um menor que promete, saiu e errou o caminho da volta”.¹⁵¹

Em 8 de janeiro de 1931, o *Diário de Pernambuco* trazia outra notícia de desaparecimento de outra criança. Maria de Barros também fugiu da casa do Senhor Eduardo Lima. Dizia a nota:

Menor desaparecida

Era empregada na casa de família do Sr. Eduardo Lima, à rua da Concórdia nesta cidade, a menor Maria de Barros, de 15 anos de idade de cor branca (...) Sendo natural deste Estado, com a família de Garanhuns, fugiu anteontem da casa onde se achava tomando destino ignorado. O caso foi levado ao conhecimento da polícia para devidas providências.¹⁵²

A pequena notícia de jornal ainda trazia a informação de que Maria de Barros trabalhava na casa daquela família desde os 8 anos de idade. Um mês depois, naquele mesmo ano, o *Diário de Pernambuco* trazia um outro caso, desta vez o de Maria de Lima, que fugiu da casa dos patrões na manhã do dia 12 de fevereiro. Maria de Lima era branca, tinha 14 anos de idade e trabalhava como doméstica na casa de João Alves de Mello e de Luiza de Souza Mello. Dizia o jornal que “a referida menor é natural de Alagoas e vive na casa daquela família acerca de 8 anos”.¹⁵³ Assim como os patrões de Maria de Barros, a família Mello também foi prestar a queixa no Primeiro Distrito da Capital.

¹⁵¹ **Jornal do commercio.** Um menor que promete. Na policia e nas ruas. Recife, 30 de janeiro de 1930. Acervo: Instituto de Documentação - Microfilme - Fundação Joaquim Nabuco.

¹⁵² **Diário de Pernambuco.** Menor desaparecida. Factos diversos. Recife, 08 de janeiro de 1931. Acervo: Instituto de Documentação - Microfilme - Fundação Joaquim Nabuco.

¹⁵³ **Diário de Pernambuco.** Fugiu da casa dos patrões. Factos diversos. Recife, 13 de fevereiro de 1931. Acervo: Instituto de Documentação - Microfilme - Fundação Joaquim Nabuco

Maria de Barros, Maria de Lima e tantas outras “marias”. A escapada das meninas, assim como a de Gregório e a de Simplício, da casa dos patrões – que podem ser vista como uma tática –, apresenta-se como uma procura de uma nova vida, de um novo trabalho de um novo modo de sobrevivência. De acordo com Michel de Certeau, a tática pode ser considerada como a “arte do fraco”, determinada pela “ausência de poder”, sendo vivida nas sutilezas do convívio social. Para Certeau:

A tática não tem o lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distancia, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é o movimento dentro do campo de visão do inimigo e no espaço por ele controlado.¹⁵⁴

A tática é a “vitória do fraco contra o forte”, assim nos diz Certeau. Diferente das estratégias, as táticas são construídas nas práticas cotidianas, quando as artes de falar, escrever, circular, ocupar e até mesmo a arte de fugir se apresentam como os mais variados tipos de táticas. Grilo, Simplício e as Marias desafiaram o olhar panóptico da sociedade em que viviam, e fugiram para um outro lugar, para um outro mundo, onde buscaram desafiar os obstáculos impostos pela vida. A história de cada um desses agentes nos mostra que frente aos sistemas de disciplina existe a antidisiplina; frente aos mecanismos de ordem existe a desordem; e frente às estratégias de controle, existe a busca pela liberdade.

Mas, a história de fugas dos nossos protagonistas não pára por aqui. Nossa investigação nos aponta que várias crianças fugiam das “garras” dos patrões e também do convívio familiar, como foi o caso de Antonio dos Santos, um garoto de 12 anos que desapareceu da casa dos pais, em março de 1929.¹⁵⁵ No ano seguinte, em 18 de janeiro de 1931, o Diário de Pernambuco trazia a notícia de um outro caso: Priscila Campello tinha sido encontrada. A menor de 17 anos tinha fugido da casa de seu pai adotivo. Assim dizia a nota:

Há dias desapareceu da residência do seu pai adotivo, à rua de Jangada, nº 59, em São José, a menor de 17 anos Priscila Campello, órfã de pai e mãe. O senhor por isso compareceu à 3ª delegacia

¹⁵⁴ CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 11ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p 101

¹⁵⁵ **Jornal do Commercio**. Onde esta ele? Um menor desapareceu da casa dos pais. Na polícia e nas ruas. Recife, 01 de março de 1929. Acervo: Instituto de Documentação - Microfilme - Fundação Joaquim Nabuco.

apresentando queixa. Ontem pela manhã, a menor aludida foi encontrada na casa de uma viúva à rua Nova Seita, nº. 120, em Campo Grande, para onde tinha fugido. A polícia do 3º distrito está ciente do fato e a menor será apresentada ao juiz de órfãos.¹⁵⁶

Priscila era órfã de pai e mãe e vivia com seu pai adotivo no Bairro de São José. Nesse caso, a menina foi encaminhada ao Juiz de Órfãos, a fim de ser acompanhada por aquela autoridade judicial. A pequena nota traz uma informação importante: a intervenção do sistema jurídico no caso da menor. Como podemos perceber, os vários casos anteriores que envolviam o desaparecimento das crianças, eram resolvidos na polícia, levando-nos a perceber que no Recife os problemas sociais referentes às crianças e jovens que viviam em situação limite se tornavam “casos de polícia”. Com a promulgação do *Código de Menores de 1927*, esses casos, mesmo sendo resolvidos na primeira instância pelo aparato policial, passavam a ser encaminhados para o Juiz de Menores ou o Juiz de Órfãos, como foi o caso da Priscila.

No *Código de Menores de 1927*, o espaço destinado à questão da relação entre pais e filhos ou responsáveis, mereceu um capítulo especial e esteve voltado para a preocupação com “a inibição do pátrio poder e da remoção da tutela”. Em nome “da honra e da honestidade das famílias”, o discurso do Código foi construído a partir da premissa do controle e da punição dos pais, mães ou tutores que desrespeitassem os ditos daquele instrumento normatizador, instituindo uma nova concepção de família.

Nesse sentido, o papel social do pai, da mãe ou do tutor estava relacionado à garantia de uma assistência econômica, social e psicológica, e as relações entre pais e filhos deveriam ser pautadas no campo dos sentimentos, vivenciadas em um lar que representasse o espaço onde estes aspectos deveriam ser harmonicamente vivenciados. Ao nos voltarmos para o artigo 31, Capítulo V do *Código de Menores de 1927*, verificamos que:

Nos casos em que aprovada negligência a incapacidade, o abuso de poder, os maus exemplos, a crueldade, a exploração, a perversidade, ou o crime do pai da mãe ou do tutor podem comprometer a saúde, segurança ou moralidade do filho ou do pupilo, a autoridade competente decretará a suspensão ou a perda do pátrio poder ou a destituição da tutela, como no caso couber.¹⁵⁷

¹⁵⁶ **Diário de Pernambuco.** Menor encontrada. Fatos diversos. Recife, 18 de janeiro de 1931. Acervo: Instituto de Documentação - Microfilme - Fundação Joaquim Nabuco

¹⁵⁷ Brasil. 1927. Código de Menores de 1927. Art.. 31, Capítulo V.

Analisando este trecho do *Código*, podemos perceber que o seu discurso dialoga com o novo sentimento de família, quando o Estado, revestido de sua autoridade, passava a ter controle e poder de punição sobre os pais ou responsáveis que, por sua vez, atendiam a manutenção e fortalecimento do direito penal moderno, onde a prevenção e a punição passaram a dialogar de forma efetiva. A partir deste princípio, a proposta do *Código* buscava estabelecer uma nova lógica social concernente às relações de poder entre o Estado e as famílias, uma vez que este buscava intervir diretamente no campo das relações domésticas, transferindo para si a “autoridade” de decidir sobre a guarda dos filhos ou “pupilos”, caso os pais ou tutores não correspondessem às determinações legalmente estabelecidas.

De acordo com os artigos que compõem o Capítulo V do *Código*, o pai, a mãe ou o tutor seriam “condenados por crime contra a segurança da honra e honestidade das famílias”, sendo retirado o direito do pátrio poder quando fossem constatadas práticas de castigo indevidas contra os filhos, registradas ações “contra a moral e os bons costumes” ou outras práticas que comprometessem a segurança e a proteção da crianças. Neste processo, o Juiz de Menores ou o tribunal seriam as autoridades responsáveis para que as medidas cabíveis fossem tomadas.

Ao voltar-se para a questão dos tutores, o *Código de Menores de 1927* passou a confiar ao juiz ou tribunal, além do direito da remoção da tutela, a indicação de outros responsáveis. Como nos aponta o Artigo 53,

A autoridade judicial pode, a todo tempo, substituir o tutor ou guarda do menor, ex-officio, a requerimento do Ministério Público ou das pessoas às quais aquele for confiado.¹⁵⁸

Mas, voltemos ao mundo das ruas. O que esse espaço de trabalho, de moradia, de convívio podia oferecer para as crianças e jovens que lá transitavam? Não é difícil imaginarmos que, nas ruas, essas crianças vivenciaram as mais diferentes experiências que ficaram marcadas nas suas vidas. Perambulando pelas ruas do Recife, o nosso Grilo ouviu o som do frevo. Era o ensaio do Clube Carnavalesco Carvoeiro. O pequeno foi atraído pela música, incorporou-se na multidão e caiu no passo. De repente, um senhor o convidou para conduzir a máquina de carbureto durante aquele momento, que garantia a festa da multidão. Ao aceitar, o menino Gregório acompanhou as

¹⁵⁸ Idem. Art. 53, Capítulo V.

Marchas de frevos, vivos, bonitos e ritmados, arrastando uma gigantesca multidão de improvisados foliões, uns calçados e regularmente vestidos, outros descalços, maltrapilhos e famintos; uns embriagados pelo álcool e outros pela loucura do passo e do frevo.¹⁵⁹

Era o frevo pernambucano, aquele que contagiava a todos que o escutava. Era o carnaval, “uma festa querida por todos”, como dizia Mario Sette.¹⁶⁰ Eram os passos do frevo, quando “ao som dos clarins de momo” Gregório entrou no bloco, caiu no passo, esqueceu os problemas e abriu alas para um momento de alegria. Viver na rua não quer dizer que tudo era tristeza, assim afirmou Gregório ao lembrar a sua infância. Gregório sentiu-se inserido, partícipe daquele momento. Ainda aproveitou para ajudar os organizadores do Clube, garantindo um pequeno “trocado”, que o possibilitou comprar algo para comer. Depois de cair na folia, Grilo descansou e dormiu na calçada de uma casa comercial.

Em suas memórias, Gregório narrou seus sentimentos, suas emoções, sem desprezar acontecimentos que surgiram no cotidiano, chamando-nos a atenção que as histórias de nossas vidas também são construídas a partir do não programado, do não estabelecido, do não esperado. A partir deste depoimento, percebemos que a história se constrói no dia-a-dia, transforma-se a partir dos anseios, das angústias e da necessidade de resistência sentida por homens e mulheres comuns. De acordo com a historiadora Maria Izilda Matos, ao se preocupar com o cotidiano, o historiador pretende perceber suas mudanças e permanências, descontinuidade e fragmentação, as amplas articulações, as infinitas possibilidades dessa trama multidimensional, que se compõem e recompõem continuamente”.¹⁶¹

Nas ruas, Grilo passou a vender jornais. A efervescência econômica e cultural do Recife se refletiu no campo da imprensa escrita, quando, neste período, o número de jornais que circulavam na cidade era bastante expressivo. Além do *Jornal do Commercio* e do *Diário de Pernambuco*, eram distribuídos o *Jornal Pequeno*, *Pernambuco*, *A Província*, *Diário da Manhã*, entre outros. Esses periódicos eram considerados progressistas ou conservadores, organizados por intelectuais ou por grupos

¹⁵⁹ BEZERRA, Gregório. **Memórias**: primeira parte 1900-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 117.

¹⁶⁰ SETTE, Mario. **Terra Pernambucana**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife; Recife, 1981. p. 177-178.

¹⁶¹ MATOS, Maria Izilda Santos. **Cotidiano e cultura**: história, cidade e trabalho. Bauru: Edusc, 2002. p. 27.

políticos. Através das páginas desses jornais, a vida da cidade era diariamente registrada.

Além dos redatores, fotógrafos e revisores, os gazeteiros se tornavam imprescindíveis para a viabilização do trabalho, uma vez que eles eram encarregados de distribuir e comercializar os jornais nos mais distantes e diferentes locais da cidade. Os gazeteiros caminhavam sob o calor do sol ou do frio da madrugada, nos distantes itinerários a pé, carregando debaixo dos braços exemplares dos jornais. Para chegar ao encontro dos consumidores, eles circulavam pelas ruas e avenidas da cidade, estabeleciam seus pontos nas esquinas, enfrentando os momentos de disputas gerados pela concorrência desenfreada, ou de alegrias, promovidas pelas vitórias conquistadas.

O território dos gazeteiros não era ocupado apenas pelos homens “feitos”. Para atender à demanda de trabalho, os adultos passaram a disputar o espaço de trabalho com os chamados “pequenos jornaleiros”: crianças e jovens que estavam na faixa etária entre 10 e 18 anos de idade. Analfabetos, pretos ou pardos, naturais de Pernambuco, moradores dos morros e alagados do Recife. Muitos possuíam famílias, outros viviam no estado de abandono.¹⁶²

Cada gazeteiro tinha seu setor. Essa era uma regra que deveria ser respeitada, caso contrário, as disputas passavam a ser construídas no campo das agressões físicas e/ou verbais. Uma vez ultrapassados os limites estabelecidos, as perseguições eram efetivadas. De acordo com Gregório, a sua condição de criança fazia-no merecer uma atenção especial dos leitores e isso aborrecia outros gazeteiros. Gregório, o “pequeno jornaleiro”, era alvo dos chutes, dos tabefes e de outras formas de violência. Contudo, Gregório afirmava:

Aos poucos, com muitas desvantagens contra mim, ia revidando os insultos, os palavrões, os murros, os tapas, as tabicas (...) Desgraçadamente eu era menor que os meus agressores, tinha menos força e menos agilidade do que eles, mas era teimoso, não entregava os pontos e não dava por vencido. Às vezes, com um rival eu brigava três, quatro vezes, até sentir que tivera algumas vantagens ou que ele desistia de me perseguir. Esta minha atitude impôs respeito.¹⁶³

¹⁶² Durante a nossa investigação realizamos uma pesquisa nos Livros de Entrada e Saída de presos da Casa de Detenção do Recife, que nos permitiram realizar uma amostra sobre o perfil das crianças e jovens detentos naquela instituição. A amostragem nos permitiu construir o perfil desses menores e nos levou a pesquisar os prontuários individuais, que serão trabalhados no próximo capítulo. Fundo: Casa de Detenção do Recife. Livros de Entrada e Saída. Período: 1927-1937. Arquivo Público de Pernambuco Jordão Emereciano – Apeje.

¹⁶³ BEZERRA, Gregório. **Memórias**: primeira parte 1900-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 127.

Para Gregório a estratégia de resistência foi construída na luta diária, na persistência, na teimosia de querer continuar vivendo. Enfrentar os riscos e desafiar o perigo nas ruas, esquinas e praças da cidade, onde cada um destes espaços era dominado por grupo ou por um gazeteiro veterano, passou a fazer parte da sua rotina diária. Na luta pela sobrevivência, as negociações, os vários momentos de sujeição, o silêncio e o conflito se traduziram como estratégias de resistência.

Contudo, Gregório também nos fala das redes de solidariedade que foram construídas no cotidiano. Além da atenção dos clientes e de algumas famílias que demonstravam interesse em acolhê-lo, alguns dos jornalistas apresentavam-se indignados com a exploração vivida pelas crianças e jovens. Este depoimento nos faz observar que a história dos “pequenos jornaleiros” também foi marcada pelos momentos de trocas de afetividade, pelas vitórias conquistadas, pelos fatos inusitados ocorridos na sutileza do convívio social.

As disputas por espaços passaram a fazer parte do cenário da cidade, as rivalidades entre os gazeteiros despertaram a atenção de algumas autoridades responsáveis pela segurança pública. Desse modo, as diversas notas de jornais denunciavam os momentos de violência vivenciados entre as crianças e jovens. Vejamos o que diz nota publicada em 03 de maio de 1927, no *Jornal do Commercio*:

Entre gazeteiros – discutiam e um saiu as pauladas
Anteontem, pela 7 horas, na praça da Independência, o gazeteiro Augusto Ferreira, de 14 anos de idade, após discutir com seu companheiro, foi pelo mesmo agredido, recebendo várias pauladas. O criminoso, preso flagrante delito, foi levado para a Delegacia de Polícia do 1º Distrito da Capital. Augusto, que recebeu vários ferimentos no couro cabeludo, teve curativos no posto de Assistência Pública, recolhendo-se, logo após, a sua residência, em Bomba Grande.¹⁶⁴

O caso de Augusto Ferreira nos revela como eram assistidas as crianças e jovens que sofriam agressões físicas. Estas notas eram reproduzidas pela coluna policial do *Jornal do Commercio* que, por sua vez, foi criada com o objetivo de divulgar o cotidiano policial e disseminar o discurso daquele poder, construído a partir do ideário da ordem e da paz social. A polícia, que atuava diretamente com os casos que

¹⁶⁴ **Jornal do Commercio.** Entre gazeteiros – discutiam e um saiu as pauladas. Na polícia e nas ruas. Recife, 03 de maio de 1927

envolviam estas crianças e jovens que vendiam jornais, passou a controlar de forma efetiva o cotidiano das mesmas por meio de práticas de vigilância e coerção.

Os Livros de Entrada e Saída da Casa de Detenção do Recife são documentos que nos mostram como foi construído o controle sobre os garotos. Neles, estão expostos os motivos das prisões das crianças e jovens que comercializavam os jornais e a categoria criminal que eles se inseriam. Segundo o historiador Sidney Chalhoub, tais categorias criminais foram construídas sob a lógica policial que, por sua vez, pertenciam ao projeto de controle social forjado a partir dos interesses políticos e econômicos da sociedade burguesa da época. Para o historiador, essas práticas de controle e coerção procuravam intervir no cotidiano das pessoas comuns.¹⁶⁵

De acordo com tais registros, as crianças e jovens eram classificadas como vagabundos, desordeiros ou gatunos. Essas formas de classificação se tornavam estereótipos utilizados na identificação destes agentes, que passavam a carregar o estigma do ameaçador, lesivo e perigoso, fazendo com que estes se inserissem no universo social da marginalidade. Como nos fala Goffman, o estigma marca a relação entre o atributo e o estereótipo, onde a sociedade passa a “categorizar as pessoas e o total de atributos considerado como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias”.¹⁶⁶

Em maio de 1927, o editorial do *Jornal do Commercio* trazia o debate sobre o cotidiano dos pequenos gazeteiros e afirmava que as autoridades deveriam se preocupar com esta categoria profissional, uma vez que a sociedade recifense estava diariamente enfrentando a onda de perigo provocada por esses trabalhadores. Os elogios aos gazeteiros, que se organizam em seu ponto de venda estratégico são acompanhados pela crítica de algumas crianças e jovens, afirmando que:

O caso desse gazeteiro que se prostou em frente à barrica do “Jahu” a introduziu melhor o produto da venda de jornais e vem demonstrando que, na classe a que pertence, não há apenas moleques insolentes que costumem arrumar rixas, de onde é comum sair diretinho para o outro mundo (...) O gazeteiro fica, assim, ao cabo de um desses episódios sangrentos, como o tipo de “caba de peia” incorrigível. Inútil comunicar-lhe qualquer sentimento de brandura, de mansidão e de paz. Tudo isso prova que deveriam dar ao gazeteiro a assistência que eles não tem, para deixar a faca e agir só.¹⁶⁷

¹⁶⁵ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. 2ª Ed. Campinas: editora da Unicamp, 2001.

¹⁶⁶ No próximo capítulo faremos uma reflexão mais aprofundada sobre a questão do controle social sobre essas crianças e jovens. GOFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988. p. 11.

¹⁶⁷ **Jornal do Commercio**. Dia a dia. Recife, 03 de maio de 1927. Acervo: Fundaj.

As representações construídas neste editorial do *Jornal do Commercio* sobre as crianças e jovens que vendiam os jornais no Recife durante este período, vistos como os “*moleques insolentes*”, que faziam o tipo “caba de peia”, ou seja, valentão, faz-nos perceber como a imagem dos “pequenos jornaleiros” foi erigida por alguns segmentos da sociedade daquela época. Para o editorial, os pequenos gazeteiros praticavam ações desordeiras e violentas, disseminando assim, a idéia de que as crianças que transitavam no mundo da venda de jornais representavam um perigo à sociedade.

Para conter o número expressivo de crianças e jovens destinados à Casa de Detenção, vários debates foram travados no sentido de apontar encaminhamentos para a resolução deste problema. Além dos poderes públicos, a imprensa operária passou a discutir a assistência à infância dos “pequenos jornaleiros”, como nos mostra a matéria publicada no jornal Cruzada Operária. Vejamos:

A Casa do Garoto

Antenor Nascimento

De uns tempos para cá, depois que Jacarepaguá fundou o Retiro dos Artistas para alojar os que da ribalta saíram sem amparo na velhice, começou a prática de se fundar tudo quanto é casa. Casa do jornalista se admite, Casa do Médico igualmente, Casa do Marinheiro também. São abrigos, os retiros, aonde se acolhem os que não venceram em suas profissões. Mas, casas sem esse destino, francamente, são inadmissíveis. A do garoto é uma delas. Para mim, a idéia da Casa do Garoto só teve uma vantagem: chamar a atenção do público e das classes dirigentes para a situação dos pequenos vendedores de jornais. Estes garotos passam o dia inteiro a gritar o nome das folhas, a salta pelas estribas dos bondes, ônibus e automóveis. Com certeza são mal alimentados, nutrem-se de qualquer pedacinho de pão, uma frutinha comprada aos vendedores de rua, um docinho adquirido nos tabuleiros. À noite onde dormirão? Devem dormir pelas portas das redações, pelos albergues, pelos jardins, pelos cantos escuros onde guarda-civil não os vá incomodar...¹⁶⁸

Ao analisarmos o discurso de Antenor Nascimento, percebemos que o caso dos gazeteiros passou a ser visto como o problema de outras categorias profissionais, como os artistas, médicos e marinheiros. A criação da *Casa do Garoto* foi apontada como um mecanismo de assistência institucionalizada às crianças e jovens que vendiam jornais na cidade, a exemplo do Retiro dos Artistas, construído no Rio de Janeiro. Desse modo, através dessa reportagem, observamos que a sociedade passava a cobrar a intervenção

¹⁶⁸ **Cruzada Operária.** A casa do garoto. Recife, maio de 1933. Acervo: Apeje.

do Estado no sentido da resolução dos problemas dessas crianças e jovens que vagavam pelas ruas para vender seus jornais, muitas vezes, mal alimentadas, dormindo nas ruas ou nos jardins e enfrentando as mais diferentes formas de perigo. A Casa do Pequeno Jornaleiro foi construída na década de 1940, durante a interventoria de Agamenon Magalhães.¹⁶⁹

Grilo, Augusto e tantos outros... As ruas da cidade do Recife são como cenários que abrigam as mais diferentes histórias de vida. Crianças e jovens que integravam o cotidiano da cidade e passaram a ser observados por alguns setores da sociedade como indivíduos ameaçadores, que precisavam ser controlados, vigiados e disciplinados. Mas, a cidade também era deles e os espaços em que eles atuavam foram reapropriados por esses pequenos moradores, pequenos trabalhadores, fazendo com que novas maneiras de fazer a vida fossem inventadas e reinventadas cotidianamente. De acordo com Certeau, essas “maneiras de fazer constituem as mil práticas pelas quais usuários se apropriam do espaço organizado”.¹⁷⁰

As memórias de infância de Gregório Bezerra nos fazem ouvir o som do frevo rasgado, cantado pelo Clube Carnavalesco Carvoeiro, nos faz sentir o medo de andar pelas ruas estreitas, iluminadas por lâmpadas amareladas. Tais relatos construíram um Grilo lutador, que desafiava os perigos da grande cidade, que enfrenta a rotina diária com a vontade de vencer. Neste jogo de imagens e representações, Gregório construiu a idéia de um personagem chamado Grilo, nos levando a tentar encontrar os sinais de outras crianças que vivenciaram o universo social marcado pela constante relação entre a exclusão e a resistência.

Tais memórias nos fazem ir ao encontro de outros “grilos”, permitindo-nos discutir as relações entre estas crianças e jovens, do mundo do trabalho, que estavam inseridos no contexto da marginalidade urbana. Através de seus relatos, podemos vislumbrar que ao andar pelas ruas do Recife, no início do século XX, era possível se deparar com as cenas de meninos vendendo jornais, pedindo esmolas, dormindo pelas calçadas, ou se envolvendo em brigas, cenas tão corriqueiras dos dias atuais. Estas e

¹⁶⁹ Não podemos deixar de registrar que a construção da Casa do Pequeno Jornaleiro deve ser analisada a partir do cenário político, social e econômico do Estado Novo, período da História do Brasil e de Pernambuco, que as políticas de assistência à infância se processam a partir de outro ideário, ou seja, o historiador que trabalha com o período Vargas deve analisar os cenários políticos dependendo da fase que eles são construídos, uma vez que o Governo Provisório ou Constitucional se apresenta politicamente diferente do Estado Novo. Daí, inclusive, o foco desse trabalho ser voltado para o período de 1927 a 1937.

¹⁷⁰ CETEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 11ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p 41.

outras cenas foram relatadas por Gregório no sentido de lembrar o seu passado em forma de protesto.

A escrita de si de Gregório Bezerra nos faz conhecer a visão de um depoente profundamente envolvido com o contexto social e político por ele vivido, uma vez que o período em que Gregório escreveu suas memórias foi marcado por sua militância no Partido Comunista do Brasil e por toda sua trajetória de luta. Gregório construiu uma auto-representação de si, através do sentimento de um militante. Relembrar o passado, para Gregório, era protestar contra as injustiças sociais por ele vividas e reafirmar que desde criança foi envolvido com a luta pela sobrevivência.

Não podemos negar que as memórias de infância de Gregório representam uma fonte riquíssima para o historiador que pretende analisar o mundo do trabalho a partir do olhar de quem viveu esta experiência na infância. Gregório Bezerra nos leva a encontrar os caminhos dos becos, das palafitas, dos mocambos, sem deixar de dar o brilho da antidisciplina, das festas, da trampolinagem, que se revestem como forma de resistência.

Recife, cidade que vivia as contradições sociais causadoras dos expressivos números da mortalidade infantil e de crianças que viviam a exploração do trabalho infanto-juvenil. As grandes metrópoles brasileiras que enfrentavam o problema da criminalidade que envolvia crianças e jovens. O problema central do próximo capítulo é a questão da “delinqüência” e suas formas de combate. As ruas do Recife, locais de moradia ou de trabalho, também eram espaços de práticas consideradas ilícitas que passaram a ser noticiadas nos jornais da época. Diante deste cenário, são construídos uma série de mecanismos e estratégias de controle que envolviam os mais diferentes segmentos sociais, como o da psiquiatria, surgindo o conceito da “criança problema”.

TERCEIRO CAPÍTULO

“CRIANÇA PROBLEMA”: A CONSTRUÇÃO DA REDE DE ASSISTÊNCIA, CONTROLE E COERÇÃO SOBRE A “INFÂNCIA PERIGOSA”

Cidade marítima, industrial, populosa, ponto de convergência da vasta zona do Nordeste, e rica em miséria, o Recife apresenta um volume considerável de menores desamparados, que até bem pouco tempo, eram tratados do mesmo modo que cães vagabundos. Não somente a extensão como a complexidade dos problemas dos menores abandonados e delinquentes do Recife puseram em cheque o Juizado de Menores, desaparelhado, com ainda se acha atualmente, sem o material e o pessoal indispensável, exigindo um gasto excessivo de energia sem resultados mínimos. Os estudos sobre a patologia, a antropologia e a personalidade do menor, a situação econômica, moral e social de sua família, as condições de sua moradia, de sua alimentação e de sua hereditariedade, sendo indispensáveis para que se tenha justa compreensão do delito e para a determinação do melhor meio de reeducação.¹⁷¹

Essas são as palavras do Juiz de Menores do Recife, Rodolfo Aureliano que ao abordar o problema das crianças consideradas “delinquentes” e abandonadas na cidade, afirmou que não bastava identificar se a criança tinha cometido um crime e “qual a natureza do delito cometido e as circunstâncias que desencadearam o delito, para afinal interná-lo em um estabelecimento qualquer”.¹⁷² No seu discurso, Aureliano chama atenção para a necessidade da produção de estudos sistematizados, elaborados por profissionais especializados, na busca de explicar e combater as causas da delinquência e outros “males” que norteavam o universo de crianças e jovens.

Nas décadas de 1920 e 1930 assistimos no Brasil um avanço das discussões acerca dos problemas da infância e as preocupações do Juizado não deixaram de representar os reflexos desse cenário social e político. Contudo, não podemos deixar de lembrar que desde a segunda metade dos oitocentos o higienista carioca Arthur Moncorvo Filho desenvolveu uma série de trabalhos no sentido da implantação de

¹⁷¹ **Diário da Manhã**. Menores abandonados e delinquentes: o Projeto Carlos Rios. Recife, 17 de novembro de 1937.

¹⁷² Idem.

políticas públicas voltadas para a questão da assistência à infância, chegando a fundar em 1880 o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, no Rio de Janeiro.¹⁷³

Na década de 1920, Moncorvo organizou e presidiu o *Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância*, realizado no Rio de Janeiro, onde uma das questões abordadas foi o problema da delinquência infanto-juvenil. Os problemas sobre a sociologia e a legislação brasileira frente à questão da infância desvalida também foram colocadas em pauta. De acordo com os estudos do historiador Janes Wadsworth, muitas das questões discutidas nesse Congresso foram incorporadas ao *Código de Menores de 1927*.¹⁷⁴

O Primeiro Congresso foi inspirado no formato de eventos internacionais, a exemplo do Pan-Americano da Criança, onde eram debatidos os mais diferentes temas voltados para a infância. Nesse evento, foram colocadas na arena de debate as questões pertinentes às leis que reconhecessem os direitos das crianças à vida e à saúde, sendo exigida a abolição das rodas dos expostos no Brasil.¹⁷⁵ Desse modo, o Congresso se insere em um contexto nacional e internacional marcado por uma preocupação expressiva de vários setores da sociedade em discutir e apontar encaminhamentos para a resolução dos problemas sociais que atingiam a infância.

Segundo Wadsworth, o conceito de infância de Moncorvo Filho estava associado à idéia de que as crianças representavam um patrimônio econômico e social que deveria ser preservado e salvaguardado. O higienista trazia em seu discurso um forte apelo nacionalista, reforçando a idéia de que o futuro do país estava na salvação de suas crianças. Diante das transformações ocorridas no Brasil – mais notadamente nos centros urbanos onde a “delinquência” se apresentava de forma mais expressiva –, cabia aos governantes e às elites assumirem o papel “dos pais pobres da nação”, no sentido de manter a estabilidade social das famílias pobres e de suas crianças.¹⁷⁶

Durante nossa investigação percebemos que esses novos olhares sobre a infância interferiram no modo de se pensar a assistência no Recife. Em setembro de 1937 o jornal *Diário da Manhã* divulgava uma matéria intitulada “Assistência ao Menor”. O

¹⁷³ A roda dos expostos foi um mecanismo de assistência à infância que remonta o período colonial. Ver: WADSWORTH, Janes. **Moncorvo Filho e o problema da infância**: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. Revista Brasileira de História. N. 37. São Paulo: Associação Nacional de História, 1999.

¹⁷⁴ Idem

¹⁷⁵ Idem.

¹⁷⁶ Idem.

artigo narrava a atuação da justiça frente aos problemas sociais vividos pelas crianças e adolescentes, afirmando que:

A atenção que os governos modernos voltam à educação da juventude, constitui um dos centros nervosos que fundamentam a estabilidade social e jurídica de determinados povos. O cuidado no sistema educativo, a par de um plano de compreensão de higiene e educação do sentimento nacional – eis em ligeira síntese os aspectos basilares da educação de menores (...) Defender o menor, nos dias em que vivemos segundo os métodos mais importantes do desenvolvimento da ciência, reclama a instalação de modernas instituições de caráter jurídico – médico - social, em união a determinado grupo de estudiosos do assunto.¹⁷⁷

O artigo afirmou que o Estado era o grande responsável pela construção de políticas sociais voltadas para os problemas das crianças. A matéria ainda nos faz perceber a preocupação de se elaborar um método que integrasse os diferentes segmentos sociais e institucionais no sentido de se construir um projeto em defesa das crianças, devendo estar presentes os setores médico e jurídico. Essa deveria ser a preocupação dos governos modernos, assim dizia o artigo.

Abandonados, vadios, desvalidos. Ao carregarem a pecha de indivíduos perigosos ou de potencialmente perigosos, essas crianças e jovens que viviam nas grandes cidades passaram a ser alvo das atenções de autoridades e de alguns setores da sociedade da época, que se sentiam ameaçados com a presença dos mesmos nos espaços públicos. “Delinqüentes”, assim passaram a ser identificados, enquadrados, classificados, tornando-se um problema de Estado e uma série de projetos e medidas foram construídas com a intenção de sanar este “mal” que rondava essas crianças e jovens, formando uma rede de assistência, controle e coerção sobre esses meninos do Recife, identificados como “menores”.

Este Capítulo tem o objetivo central de discutir o problema da delinqüência infanto-juvenil, voltando-se para as medidas de controle e as estratégias de prevenção construídas pelo Estado e pelo segmento da medicina social, que estavam empenhados em combater tal problema. O aparato policial, os estudos da psiquiatria e as medidas realizadas pelo Juizado de Menores, intercambiaram suas experiências e passaram a

¹⁷⁷ **Diário da Manhã**. Assistência ao Menor. Recife, 08 de setembro de 1937. P. 04

construir uma campanha marcada por ações de caráter preventivo e coercitivo, a fim de combater as ameaças, construindo a imagem da “criança problema”.

3.1 – Meninos do Recife: na mira da polícia.

O sol do meio dia já tinha passado quando Manoel de Souza Leão compareceu à Delegacia do Primeiro Distrito do Recife para prestar queixa contra um garoto desconhecido. A criança tinha arrebatado de suas mãos um pacote contendo “além de outros objetos, 25\$ em dinheiro”. Segundo a vítima, o fato aconteceu quando viajava de bonde na linha de Beberibe, quando “de modo brusco” o menino roubou e escapou do veículo sem chance de alcançá-lo. “Menor atrevido”, dizia a nota na coluna *Fatos Diversos*, publicada em outubro de 1932 no *Diário de Pernambuco*. De acordo com o Jornal, a “queixa foi registrada, tendo a polícia providenciado a respeito”.¹⁷⁸

Nas décadas de 1920 e 1930, Recife vivia um clima de conflito social provocado pelas desigualdades sociais, criando espaços para o aumento de atos ditos “delinquentes”. Furtos, roubos, brigas e outras formas de delitos marcavam o cotidiano da cidade e um número expressivo de crianças e jovens protagonizavam muitos desses casos. Michele Perrot, ao analisar a “delinquência juvenil” da cidade de Paris na década de 1920 afirma: “o despontar do século XX vem sendo marcado por uma crise geral das disciplinas tradicionais, cuja amplitude e fundamentos ainda estão por ser mostrados” e esta rebeldia não vinha apenas dos operários, mas, de outros setores desta sociedade que pertenciam ao mundo da exclusão.¹⁷⁹

A análise de Perrot, mesmo sendo voltada para o contexto parisiense da década de 1920, leva-nos a dialogar com o cenário brasileiro deste mesmo período. Muitas das ações dos *apaches* de Paris, denominação do grupo de jovens tidos como delinquentes e desordeiros, podem ser encontradas nos grupos de meninos que viviam nas ruas do Recife, que passaram a carregar o signo do indivíduo “ameaçador” da chamada “ordem social”. Os meninos que carregavam o signo de atrevido, gatuno e vadio, formaram uma “micro-sociedade com sua geografia, sua hierarquia, sua linguagem, seu código”.¹⁸⁰

As notas policiais buscavam divulgar sistematicamente a relação estabelecida entre o aparato policial e as pessoas comuns, incluindo, as crianças e os jovens que

¹⁷⁸ *Diário de Pernambuco*. Menor atrevido. Recife, 23 de outubro de 1932. . Fatos Diversos. p. 8

¹⁷⁹ PERROT, Michelle. *Os excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. P. 325.

¹⁸⁰ Idem.

trabalhavam e/ou viviam nas ruas do Recife. Através do estudo dessa fonte documental, podemos analisar qual o lugar social dessas crianças e jovens que praticavam furtos, que se envolviam em brigas ou que foram detidos por cometerem os mais diferentes atos que desafiavam a ordem estabelecida.

Nas colunas policiais era registrado o movimento da polícia do Recife: nomeações, suspensões, advertências e, em alguns momentos, as ocorrências da *Assistência Pública*, que era o órgão responsável pelo atendimento das pessoas envolvidas em casos relacionados aos acidentes de trabalho, atropelamentos ou daqueles indivíduos que sofriam agressões físicas. Estas colunas representavam o “diário oficial” desta instituição, o espaço onde eram divulgadas as ações e as idéias daqueles que controlavam, vigiavam e reprimiam os “elementos ameaçadores”.

O olhar da imprensa policial estava atento às questões que norteavam o cotidiano do cidadão comum: as relações conflituosas entre patrões e empregados, as brigas entre casais e as intrigas entre vizinhos, por exemplo, faziam parte dos problemas debatidos nessas colunas. Ao analisar a importância da imprensa periódica para a historiografia, Tânia Regina de Luca nos fala que estas fontes se tornaram indispensáveis para o historiador que procura entender a questão do urbano nas primeiras décadas do século XX, uma vez que nessa época a circulação de periódicos se processou de forma mais intensa, tornando-se um espaço onde transitavam as idéias, os sentimentos, os projetos e outras questões que norteavam o universo da modernidade.

181

Ao nos debruçarmos sobre essas notas policiais dos jornais que circulavam na cidade do Recife, encontramos o caso que envolveu as crianças Guilherme e José.¹⁸² De acordo com o *Jornal Pequeno*, era madrugada quando os referidos meninos discutiam de forma exarcebada na Rua do Rosário, centro do Recife. No calor das discussões, um guarda civil os capturou e os conduziu à Primeira Delegacia da Capital. Guilherme e José foram presos por praticarem “tropelias na Rua do Rosário”. De acordo com a nota:

Guilherme Antonio dos Santos, branco, 15 anos, e José Severino dos Santos, preto, com 16 anos de idade, apesar de serem ainda quase crianças, são conhecidos antigos da polícia de diversos distritos da

¹⁸¹ LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio de periódicos**. In: PINSKY, Carla. Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2006.

¹⁸² Na tentativa de construirmos uma discussão sobre a questão das crianças e jovens que praticaram atos ilícitos, segundo o olhar da imprensa policial, nos voltamos para o Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio, Diário da Manhã e Jornal Pequeno.

capital pelas desordens por eles praticadas. Não passa muito tempo sem que um deles seja hospede forçado de qualquer autoridade policial. Na madrugada de hoje, eles, bastante exaltados pelo álcool, começaram a discutir acalorosamente, por uma questão fútil, no Café da Noite à Rua do Rosário. Em certa ocasião a disputa chegou ao auge e, os dois entraram a trocar bofetões, quando apareceu um guarda-civil que prendeu e conduziu à presença do Comissário Brito Alves de permanência na 1ª Delegacia. Ali depois de devidamente qualificados deram entrada no xadrez à disposição do Delegado.¹⁸³

A nota trazia informações sobre as características físicas, a idade, a descrição do caso e a forma da atuação policial. A nota de jornal nos faz discutir o cotidiano das crianças e jovens que praticaram atos ilícitos, a partir do olhar da imprensa policial, sinalizando como era executada a atuação policial frente aos casos envolvendo a infância desamparada no Recife.

O caso de José e de Guilherme nos leva a discutir a questão da reincidência, uma vez que o *Jornal Pequeno* ressaltou que os meninos eram “conhecidos antigos da polícia de diversos distritos da capital pelas desordens por eles praticadas”. De acordo com *Código de Menores de 1927*:

O menor que ainda não completou 18 annos não pode ser considerado reincidente; mas, a repetição de infração penal da mesma natureza ou a perpetração de outra diferente contribuirá para equiparar o menor moralmente pervertido ou com persistente tendência ao delicto.¹⁸⁴

Desse modo, ao confrontarmos o caso de João Guilherme com o Código, verificamos o distanciamento da aplicação desse aparato jurídico no procedimento policial. Essas crianças não foram assistidas juridicamente, sendo encaminhadas para o “xadrez”, violando, inclusive, o Artigo 86 do Código, que estabelece: “nenhum menor de 18 anos, preso por qualquer motivo ou apreendido, será recolhido à prisão comum”. O aparato policial praticava ações a partir da lógica punitiva e autoritária, quando o problema dessas crianças era resolvido como mais um caso de ameaça a segurança e a ordem pública.

O Estado passou a criar uma política de vigilância e coerção sobre a vida cotidiana da população e as crianças passaram a ser alvo do seu controle, sendo o aparato policial responsável pela execução de tais práticas. De acordo com Edson

¹⁸³ **Jornal Pequeno**. Recife, 11 de julho de 1929. p. 2. Acervo: Apeje.

¹⁸⁴ Brasil. **Código de Menores**. 1927. Artigo 85, Capítulo VII.

Passetti, ao realizar tais ações, o Estado passou a chamar para si a responsabilidade de garantir uma maior ingerência sobre as crianças e jovens classificadas como “delinqüentes”, procurando promover uma “integração dos indivíduos na sociedade desde a infância (...) por meio de políticas sociais especiais destinadas às crianças e adolescentes provenientes de famílias desestruturadas, com o intuito de reduzir a delinqüência e criminalidade”.¹⁸⁵

A questão do controle social exercido pelo Estado sobre as pessoas comuns, vem sendo discutida pela historiografia nacional, quando algumas pesquisas sinalizam que esse controle foi construído no sentido de procurar “atingir” todas as esferas sociais. Através de mecanismos e estratégias de coerção, de disciplinarização, dos sistemas de vigilância e das estruturas de normatização, o Estado buscou exercer o controle sobre o cotidiano dos homens e mulheres do povo, que passaram a ser consideradas pertencentes às chamadas “classes perigosas”.¹⁸⁶

Moradores de ruas e dos alagados da cidade, negros, desempregados, pedintes; esses representavam o atraso social e deveriam ser controlados pela “ordem pública”. Em *Cidade Febril*, Sidney Chalhoub nos afirma que o termo “classes perigosas parece ter surgido na primeira metade do século XIX”, sendo encontrado nos estudos da escritora inglesa Mary Carpenter sobre a “infância culpada”, ou seja, acerca das crianças que viviam no mundo da desvalia, do abandono e de outras formas de exclusão. No decorrer dos tempos, a atuação policial voltou-se para a vigilância daqueles que desafiavam a lógica do progresso e representavam o atraso.¹⁸⁷

As pesquisas voltadas para o período que compreende as primeiras décadas do século XX sinalizam que a expansão urbano-industrial causou inúmeros problemas de ordem social, fazendo com que as medidas tomadas pelas autoridades fossem construídas a partir da idéia da repressão. Em nome do progresso e da ordem,

Os menores não escaparam daquelas políticas de repressão e contenção. Os novos padrões de convívio impostos entraram em choque com as formas habituais de ocupação dos espaços urbanos, resultando numa constante vigília e repressão das manifestações tradicionais de convívio.¹⁸⁸

¹⁸⁵ PASSETTI, Edson. **Crianças carentes e políticas públicas**. In: PRIORE, Mary Del. História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004. p. 348

¹⁸⁶ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. **Criança e criminalidade no início do século**. In: PRIORE, Mary Del. História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004. p 229

Nesse contexto, as brincadeiras de ruas da meninada e outras formas lúdicas de convívio social passaram a ter outro sentido e significado para a polícia. De acordo com estudos do historiador Marco Antonio Cabral dos Santos, essas brincadeiras passaram a ser objeto de punição oficial, quando “os meninos das ruas tornaram-se meninos de rua”.¹⁸⁹

Ao buscar “domesticar” o comportamento das crianças e jovens, o *Código* também representava um mecanismo que legitimava a atuação policial sobre o cotidiano das crianças e jovens, uma vez que este aparato jurídico também possuía sua faceta coercitiva e punitiva. De acordo com os estudos da antropóloga Adriana Rezende Vianna, o *Código*, naturalmente, suscita a ação controladora e repressiva, ação essa viabilizada pelo poder policial,

Partilhando definições comuns a outros agentes sobre quem seriam esses menores, a polícia emprestava-lhes características peculiares, fundamentais não só para redimensionar os significados dessa classificação, mas da sua própria esfera de ação. Ou seja, ao atuar de um determinado modo sobre os indivíduos assim identificados, inscrevia-os na fronteira dos que estavam sujeitos ao saber e ao poder policiais, ao mesmo tempo em que ampliava e multiplicava as formas pelas quais esse poder era exercido.¹⁹⁰

A partir do *Código*, as crianças envolvidas em práticas ilícitas eram consideradas “elementos ameaçadores”, que precisavam ser punidos. Este aparato jurídico e assistencial buscou construir a identidade do *menor perigoso*, elaborado sob a égide das teorias criminalista e higienista européia. Para Vianna, o mecanismo de classificação e de identificação presentes no discurso do *Código de Menores de 1927* foi construído a partir da lógica policial.

Contudo, o *Código* não se mostrou eficiente em sua aplicação e essa constatação foi reconhecida pelo próprio Presidente Getúlio Vargas, quando avaliou a atuação do Estado frente ao problema da infância pobre, abandonada ou considerada delinqüente. A Mensagem Presidencial ao Congresso de 1933, afirmava que:

Compendiando a legislação dispersa em leis e regulamentos diversos, organizou-se o Código de Menores, que ampliou e consolidou

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ VIANNA, Adriana de Rezende. **O mal que se adivinha** – polícia e menoridade no Rio de Janeiro - 1910-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. p.169

dispositivos amparados dos menores entregues à guarda do estado. A aplicação do Código de Menores prevê, entretanto, a existência de institutos de recolhimentos e educação, aparelhado em condições de satisfazer os fins a quais se destinam. É sabido que eles escasseiam por todo o país, quase exclusivamente atendidos pela iniciativa particular, conduzida por sentimentos caridosos. Pode-se afirmar, por isso, que, salvo o Distrito Federal, onde se organizaram estabelecimentos privados, o Código de Menores somente cumpre muito elasticamente e apenas na parte judiciária, falhando a de vigilância e educação.¹⁹¹

De uma legislação “dispersa em leis” ao dispositivo organizado no sentido de assistir os problemas das crianças no Brasil, assim falou o Presidente Getúlio Vargas, ao se voltar para questão da trajetória da assistência aos menores no Brasil. Nesse discurso, Vargas reafirmou a responsabilidade do Estado sobre os problemas relacionado à infância desamparada no Brasil e reconheceu que, no âmbito da aplicabilidade, o *Código de Menores de 1927* apresenta-se de forma ineficiente no combate a tais problemas.

Em 5 de abril de 1930, a coluna policial *Na Polícia e nas ruas*, do *Jornal do Commercio*, trazia a nota intitulada “No aprendizado da gatunagem: a tentativa malograda de um gatuno”:

O garoto Antônio de Mello, pela manhã de ontem, no pateo do Mercado, tentou arrebatar uma bolsa das mãos de uma criada que voltava das compras. Saiu-se mal o gajo, na experiência porque na ânsia de se defender, ele deixou a bolsa perdendo a partida. A polícia teve ciência do fato.¹⁹²

Menores vadios, gatunos, pervertidos, delinqüentes. Era o aparato policial que identificava, classificava, controlava e punia as crianças e jovens que transitavam pelas ruas das cidades. De acordo com as pesquisas realizadas pelo historiador Marcos Bretas, “a guerra das ruas”, provocada pelo aumento de homens e mulheres, idosos e crianças que transitavam na zona da marginalidade urbana, fez surgir um novo sentimento entre o povo e a polícia, fazendo com que a palavra dos agentes passasse a ser respeitada e temida. A partir desta relação, tais agentes passaram a criar suas leis, seus códigos, seus

¹⁹¹ VARGAS, Getúlio. **Mensagens Presidenciais**. Brasília: Congresso dos Deputados, 1978. p. 174

¹⁹² **Jornal do Commercio**. Na Polícia e nas Ruas... Recife, 05 de abril de 1930. Fundação Joaquim Nabuco

mecanismos de controle, uma vez que o “o poder oferecido pelos códigos não era suficiente para exercer o controle sobre a cidade em transformação”.¹⁹³

Ao analisar a atuação dos agentes policiais na identificação dos grupos populares Bretas nos afirma que:

No processo de identificação dos grupos populares na cidade, categorias de classificação negativa são manipuladas de forma a permitir o maior enquadramento possível. Empregando as ‘estafadas chapas’ de identificação como os gatunos conhecidos, desordeiros ou vagabundos, é possível à polícia punir, mesmo fora do âmbito processual, aqueles que criam problemas para a vida da cidade.¹⁹⁴

A partir da análise de Bretas, não seria difícil imaginarmos como foi construída a relação entre os agentes policiais e as crianças e jovens que transitavam nas ruas dos grandes centros urbanos. O olhar policial, normatizador e disciplinador, buscava conter as mais diferentes ações praticadas pelos meninos. Nesse sentido, ao ser identificado como gatuno, a criança passava a carregar a pecha de um “elemento ameaçador” que deveria ser controlado e punido pela força policial.

Contudo, a nossa pesquisa nos levou a observar que existia uma generalização, por parte da polícia, da criança que era considerada sob suspeita. Muitas crianças pobres, que trabalhavam nas ruas do Recife, também passaram a ser policiadas e enquadradas como indivíduos ameaçadores. De acordo com a análise de Chalhoub sobre a relação entre o aparato policial e as pessoas que pertenciam às *classes perigosas*, a noção de pobreza de um indivíduo aparece como uma condição de torná-lo uma ameaça social. Para o historiador, a polícia agia a partir da “premissa que todo cidadão é suspeito de alguma coisa até prova em contrário e, é lógico, alguns cidadãos são mais suspeitos que outros”.¹⁹⁵

No que se refere aos casos policiais caracterizados pelas práticas de gatunagem, percebemos que grande parte das denúncias também envolviam as crianças e jovens com menos de 18 anos. Em dezembro de 1930, o *Jornal Pequeno* trazia uma matéria denunciando as ações de gatunagem no Recife, afirmando que “com audácia perfeitamente reprimível”, os gatunos estavam “agindo principalmente nos subúrbios, abalando portas, sobressaltando famílias, quando não são felizes nas colheitas em que se

¹⁹³BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra nas ruas: povo e polícia na Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. 104

¹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁵ CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 23.

empenham”.¹⁹⁶ Desse modo, o gatuno era o indivíduo que praticava “audaciosamente” roubos e furtos com rapidez e perspicácia. Através desta reportagem publicada no *Jornal Pequeno*, percebemos que as práticas da gatunagem também eram realizadas com frequência nos subúrbios da cidade, quando a população passou a cobrar uma efetiva atuação dos policiais no combate a tais ações.

Além das práticas de gatunagem, as brigas também faziam parte do cotidiano de algumas crianças e jovens que viviam nas ruas do Recife. O *Diário de Pernambuco* divulgava o caso de dois garotos envolvidos em uma “luta corporal”. A ponte que ligava o bairro da Boa Vista à freguesia de São José serviu de cenário da briga entre os garotos José de tal e Manoel da Silva:

Por questões de pouca importância, se bateram em luta corporal. Em dado momento, porém, o primeiro fez uso de um canivete, ferindo o seu adversário na região lombar direita. O criminoso evadiu-se e a vítima foi devidamente medicada no Hospital do Pronto Socorro.¹⁹⁷

O caso do garoto que feriu o outro com um canivete e fugiu, leva-nos a discutir o cenário social, econômico e político nos quais essas crianças estavam inseridas. De acordo com as pesquisas de Geraldo Barroso, uma das causas que justificavam o aumento de crianças e jovens envolvidas em práticas ilícitas era a falta de assistência às famílias pobres, quando “muitas crianças não dispunham de meios para estudar ou então porque a pobreza das famílias obrigava os menores em idade escolar ao ingresso precoce no mercado de trabalho, desprezando os bancos escolares”.¹⁹⁸

Este cenário social, marcado pela limitação do mercado de trabalho em absorver a demanda, pode ser comprovado “pelo grande número dos ‘sem profissão’ ou ‘sem ocupação’ das estatísticas oficiais”, como aponta Barroso. Desse modo, o Recife se tornava a cidade daqueles que, sem trabalho, passaram a transitar no universo da mendicância, da prostituição e da criminalidade.

A nossa investigação nos fez encontrar outros casos de brigas envolvendo crianças e jovens nas ruas e nos mercados do Recife. Em 2 de outubro de 1932, o *Diário de Pernambuco* trazia a seguinte nota:

¹⁹⁶ **Jornal Pequeno**. Recife, 4 de dezembro de 1930. O policiamento na Cidade. Capa. Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano

¹⁹⁷ **Diário de Pernambuco**. Fatos diversos. Recife, 24 de março de 1931. Fundação Joaquim Nabuco

¹⁹⁸ BARROSO, Geraldo Filho. **Crescimento urbano, marginalidade e criminalidade: o caso do Recife (1880-1940)**. 1985. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 1985. p. 109

Espancou a menor

No interior do Mercado de São José, verificou-se, ontem um fato que indignou a todos que o presenciaram. O indivíduo Pedro Campos Correia, depois de insultar o menor Inácio de Souza, espanco-o barbaramente, tendo o mesmo se utilizado de um cano de ferro, ferindo o referido menor na sua região frontal. O agressor foi preso e a vítima recebeu curativos na Assistência Pública.¹⁹⁹

Os pátios dos mercados públicos, assim como os das igrejas do centro do Recife, eram espaços onde as crianças e jovens transitavam com bastante frequência para negociar miudezas, pedir esmolas e praticar ações consideradas ilícitas. Os livros que registram as entradas e saídas dos presos da Casa de Detenção do Recife comprovam que boa parte dessas crianças foram detidas naquela instituição tinham como motivo a gatunagem.

O interior dos pátios e as ruas do Recife, locais onde essas crianças circulavam com frequência, passaram a ser palco de múltiplas experiências de “arruaças”, locais onde o aparato policial atuou de forma mais expressiva. A rua passou a ser o ambiente onde “cada um está por si”, fazendo com que as autoridades fossem obrigadas a não “abrir mão de um controle social rígido”, na tentativa de garantir “a pacificação dos ânimos” e prevenir a ordem das coisas, uma vez que nas ruas das grandes cidades as contradições sociais eram “próprias deste espaço”.²⁰⁰

Ao analisar o problema das crianças inseridas no mundo da criminalidade, Marco Antônio Cabral dos Santos nos fala que nas primeiras décadas do século XX,

Era comum na cidade a prisão de garotos efetuada por praças da Força Pública ou por membros da Guarda Cívica, que, sem alternativa, os levavam para as delegacias, onde passavam uma ou duas noites presos entre os ‘bandidos perigosos’, numa espécie de castigo informal.²⁰¹

Contudo, essa polícia que buscava controlar e “proteger” a sociedade, também espancava. A nota policial divulgada em 28 de maio de 1929, trazia a informação que um soldado que pertencia ao Esquadrão da Cavalaria teria espancado uma criança de 12 anos de idade. Dizia a nota:

¹⁹⁹ **Diário de Pernambuco.** Espancou o menor. Fatos Diversos. Recife, 2 de outubro de 1932.

²⁰⁰ DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** 5ª Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

²⁰¹ SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. **Criança e criminalidade no início do século.** In: PRIORE, Mary Del. História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004. p 210-231. p. 223

Bárbaro e Covarde – Espancou a um menor de 12 anos. Jovin Barreto, residente à Rua Afonso Pena, nº. 4, esteve na Inspetoria Geral de Polícia, apresentando queixa contra o Soldado do Esquadrão de Cavalaria João de Tal. Este, no dia 25 do andante, teria espancado barbaramente a um filho de Jovin, o menor de 12 anos, de nome Lourival Barreto. Este foi vistoriado, sendo instituído inquérito a respeito.²⁰²

Esta nota possui um forte caráter denunciativo e nos faz analisar a atuação do policial frente aos problemas das crianças e jovens do Recife. Os estudos referentes ao aparato policial nas primeiras décadas do século XX sinalizam para o despreparo dos agentes, presentes na própria rotina de trabalho. De acordo com Bretas:

O policial desenvolvia suas habilidades a partir de seu cotidiano, e mesmo que pudesse se deparar eventualmente com acontecimentos os mais inesperados, a grande maioria dos casos era previsível, e sua *expertise* se baseava na maior parte no lidar com a rotina.²⁰³

Por meio das intervenções realizadas e noticiadas diariamente nas colunas policiais, observamos que fazia parte do objetivo do aparato policial disseminar a idéia de que aquelas crianças e jovens representavam o perigo social, devendo ser devidamente punidas. Os vários casos que envolveram crianças e jovens no mundo da criminalidade, levam-nos a perceber que as práticas consideradas infracionais, desafiadoras da “ordem” estabelecida, também representavam formas de sobreviver ao mundo que eles estavam inseridos.

Em 1937, o Juizado de Menores do Recife passou a divulgar uma série de comunicados nos jornais da cidade. Tais informativos tinham a finalidade de expressar as suas idéias e as ações institucionais. O primeiro *Comunicado*, publicado no jornal *Diário da Manhã*, registrava a sua intenção ao divulgar tal artigo, afirmando que o objetivo era de noticiar sistematicamente os dados, os conselhos e os conceitos teóricos para população. No dia 10 de outubro daquele ano, o primeiro *Comunicado* trazia como tema central o problema da “delinqüência infantil” no Recife.²⁰⁴

²⁰² **Jornal do Commercio**. Na Polícia e nas Ruas... Recife, 28 de maio de 1929. Arquivo Público do Estado de Pernambuco

²⁰³ BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra nas ruas: povo e polícia na Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. p. 101.

²⁰⁴ **Diário da Manhã**. Aspecto do problema da delinqüência infantil no Recife. Recife, 10 de agosto de 1937. Acervo: Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano – Apeje.

No artigo foram incluídas duas tabelas que informavam os números de processos julgados no período de 1930 a 1936, demonstrando que aquele artigo não deixava de ser uma prestação de contas do Poder Judiciário à sociedade recifense. De acordo com a primeira tabela, entre os 164 processos julgados naquele período, foram encontrados:

Primeira Tabela		
ASPECTO DO PROBLE DA DELINQUENCIA INFANTL NO RECIFE CASOS - 1930 – 1936 Juizado de Menores		
	Número de Casos	%
Abandono	52	31,8
Furtos	42	26,2
Ferimentos	25	15,2
Atentado ao pudor	9	5,5
Agressões	7	4,2
Homicídios	6	3,7
Fugas	5	3,0
Outras infrações	17	10,4
Total	164	100

Tabela produzida pelo Juizado de Menores do Recife e publicada no *Diário da Manhã* em 10 de agosto de 1937.

Esses números representam o resultado do trabalho do Juizado de Menores do Recife durante os primeiros seis anos da década de 1930. Ao tratar apenas dos casos julgados, eles não trazem a dimensão do número das ocorrências que envolviam as crianças e jovens no Recife. Contudo, os dados não deixam de representar uma amostra das categorias criminais nas quais essas crianças eram enquadradas: furto, ferimento, atentado ao pudor, agressão, homicídio.

Ao analisarmos a primeira tabela, percebemos que os processos envolvendo o abandono de crianças são os mais numerosos, demonstrando-nos que a maioria dos casos envolvia meninos e meninas que não possuíam amparo familiar e do próprio Estado. O artigo ainda trazia a discussão sobre a questão da ausência familiar, quando o Juizado defendia a idéia que a “delinqüência” era causada pela falta de orientação dos pais, mães ou responsáveis.²⁰⁵

Para o Juizado de Menores do Recife, a companhia com os adultos infratores e o “ambiente social” onde essas crianças e jovens transitavam - os “antros de

²⁰⁵ Idem.

malandragem” (bares ou botequins, casas de jogos) -, foram apresentados como fatores que justificavam os furtos praticados pelos menores. Segundo o *Comunicado*, a linha que separa o abandono e a delinqüência era tênue e por isso o problema do abandono deveria ser combatido.

Sobre os processos que julgaram os crimes por furtos, o artigo trazia informação de como se construíram alguns dos casos, afirmando que:

Dos furtos, 16 foram cometidos por grupos de dois ou mais menores ao serviço de delinqüentes adultos. Na sua maioria (11 casos) não residiam mais em companhia dos seus genitores e sim em antros de malandragem. Ali se reuniam e daí saíam para furtar em grupos geralmente chefiados pelo mais experiente dentre eles ou por um delinqüente adulto.²⁰⁶

No que se refere às agressões e ferimentos (que representam 18,4% dos casos julgados), o artigo apontou uma série de motivos que provocavam tais práticas, como: desafetos (muitas vezes por motivos fúteis) e rivalidades entre companheiros de trabalho. Ao analisar a questão da criminalidade infanto-juvenil durante as primeiras décadas do século XX, o historiador Marco Antonio Cabral dos Santos nos afirma que fazia parte do cotidiano das crianças que viviam nas ruas utilizarem as agressões como mecanismos de defesa, quando tinham “na malícia e esperteza suas principais ferramentas de ação; e nas ruas da cidade, o local perfeito para pôr em prática as artimanhas que garantiam sua sobrevivência”.²⁰⁷ Desse modo, agredir e ferir podia representar um mecanismo de defesa, uma tática para driblar os desafios encontrados no cotidiano.²⁰⁸

²⁰⁶ Idem.

²⁰⁷ Idem.

²⁰⁸ CETEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 11ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

A segunda tabela publicada, trazia os dados sobre as idades dessas crianças. De acordo com os dados podemos vislumbrar como ocorreram os incidentes envolvendo as crianças e jovens a partir da faixa etária:

Segunda Tabela				
ASPECTO DO PROBLEMA DA DELINQUENCIA INFANTIL NO RECIFE CASOS – IDADE - 1930 – 1936				
Juizado de Menores				
Idade	Abandono	%	Delinqüente	%
0-3	3	5,8	-	-
4-6	3	5,8	-	-
7-9	6	11,5	2	1,8
10-12	26	50,0	4	3,5
13-15	10	19,2	16	14,3
16-18	3	5,8	82	73,3
19-21	-	-	7	6,2
Não informam	1	1,9	1	0,9
Total	52	100,0	112	100,0
Tabela produzida pelo Juizado de Menores do Recife e publicada no <i>Diário da Manhã</i> em 10 de agosto de 1937.				

A tabela traz informações sobre a questão do abandono e da delinqüência, contemplando crianças, jovens e adultos até os 21 anos de idade (esses envolvidos nos casos de delinqüência). Esses números representam os casos julgados e processados pela instituição judiciária, no período de 1930 a 1936. A partir da leitura da segunda tabela podemos discutir o problema da idade, que por sua vez estava relacionada à questão do discernimento, que representava “aquela natureza de juízo, que coloca o indivíduo em oposição de apreciar com retidão e critério, as suas próprias ações”.²⁰⁹

Ao estudar as questões que norteiam o debate do discernimento, Mozart Vergetti de Menezes nos afirma que a partir da República os juristas passaram a discutir de forma mais intensa a relação da idade com o problema da imputabilidade²¹⁰ do agente do crime. Para Menezes, o *Código Penal Republicano*, de 1890, estabelecia como limite mínimo a idade de 9 anos, ficando os menores dessa idade até 14 anos sujeitos à reclusão, vivendo sob “o regime educativo e disciplinar”. Foi a partir dessas discussões que os juristas passaram a se interessar por questões ligadas à psicologia infantil.

²⁰⁹ VIEIRA, Octaviano. **Os menores perante o código penal**. São Paulo, 1906: s/e, p. 27

²¹⁰ O conceito de imputabilidade está associado a capacidade de culpa. No âmbito penal se refere a capacidade de culpa de uma infração. Ver: NASCIMENTO, José Flávio. **Imputabilidade do menor sob a ótica criminológica**. São Paulo: Juarez de Oliveira Editora, 2007.

Tema, além de estar calcado em teorias psicológicas mais elaboradas, passou a incorporar outras questões: de um lado, encontramos pedagogos, médicos e criminologistas debatendo sobre as melhores formas de reclusão a que deveriam ser submetidas as crianças, e, de outro, uma discussão mais jurídica sobre a necessidade de existência de tribunais especiais, funcionando com um corpo de jurados moralmente idôneos que tivessem conhecimento em educação, para julgamento exclusivo de crianças.²¹¹

Os estudos de Menezes ressaltam, ainda, que a questão da idade foi discutida, no começo da República, a partir dos saberes “definidores do caráter infantil”, quando foram desenvolvidas uma série de teorias no sentido de explicar “a origem da mente criminosa e sua correção”. Na busca de entender a questão da mente da criança, ressaltavam o fator biológico e hereditário como responsáveis pela delinquência infantil. Tais estudos passaram a ser questionados com o surgimento das novas teorias fomentadas a partir da década de 1920, que colocaram o evolucionismo spenceriano e a criminologia lombrosiana.²¹² em cheque e passaram a observar este problema da a partir de novos olhares.

Desse modo, podemos afirmar que *Código de Menores de 1927* representa uma mudança significativa, uma vez que a partir de suas normas

O menor de 14 anos, indigitado autor e cúmplice de fato qualificado crime ou contravenção, não será submetido a processo penal de espécie alguma; a autoridade competente tomará somente informações precisas, registrando-as, sobre o fato punível e seus agentes, o estado físico, mental e moral do menor, e a situação social, moral e econômica dos pais ou tutor ou pessoa cuja guarda viva.²¹³

Um outro aspecto importante, divulgado nos comunicados, refere-se as “áreas de delinquência infantil no Recife”, levando-nos a perceber como se construiu uma geografia da delinquência infantil na cidade, sendo assunto de um *Comunicado* publicado no *Diário da Manhã*. Ao descrever as condições sociais dos bairros, o Juizado afirmou que:

²¹¹ MENEZES, Mozart Vergetti. **Prevenir, disciplinar e corrigir**: as escolas correcionais no Recife (1909-1929). Recife: Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em História da UFPE, 1995.

²¹² A obra de Tobias Barreto representa uma importante contribuição para quem busca entender o problema da criminologia e sua relação com a questão da infância a partir da ótica lombrosiana. MENEZES, Tobias Barreto de. **Menores e Loucos em direito criminal**. Obras Completas V. Sergipe: Ed. Estado de Sergipe, 1926.

²¹³ **Brasil**. 1927. Código de Menores de 1927. Art. 68, Capítulo VII.

Entre nós os bairros do Recife e Santo Amaro inclui uma parte exclusivamente comercial e quarteirões ou ruas inteiras de prostituição, onde se localizam cabarés e casas de tavolagem, etc. Nos bairros da Boa Vista (uma parte invadida pela zona comercial, outra pela fixação de população judia) e São José (invadida em parte pela zona comercial, em parte pela localização de estabelecimentos industriais e parte residencial), pode notar o desequilíbrio entre os valores existentes...²¹⁴

Ilha do Pina, São José, Ilha do Leite, Coelho, Bairro do Recife. Os números apontam que 75% das crianças que cometiam delitos pertenciam aos bairros periféricos da cidade. Com o crescimento urbano e populacional da cidade, os espaços onde residiam as famílias pobres enfrentavam sérios problemas de violência social e as pesquisas realizadas pelo Juizado demonstraram em seus resultados um aumento no número de crianças e jovens que buscavam sobreviver praticando atos considerados delituosos. Ao justificar o motivo da maioria dos delitos serem praticados por crianças oriundas dos mocambos, o Juizado apontou com fatores determinantes: a “inferioridade econômica” e a desorganização do lar. Estas pesquisas serviam de base para as ações do Juizado, que em parceria com outros segmentos profissionais participaram das iniciativas voltadas para o combate ao problema da delinqüência infanto-juvenil.

Em 2 de outubro de 1936, o Deputado Estadual Carlos Rios, apresentava um projeto à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, da criação do Serviço de Assistência e Proteção aos Menores, subordinado ao Juízo Privado de Menores, que incluía a presença de psiquiatra, responsável pela “clínica de conduta”:

Construída por dois médicos contratados, sendo um clinico e outro psiquiátrico e um professor com funções, também, no Abrigo de menores, competirá examinar, diagnosticar e orientar o tratamento médico – físico – pedagógico dos menores para os quais o Juiz de menores tiver solicitado a medida, bem assim opinião sobre os métodos de reeducação aplicados nos estabelecimentos dependentes do serviço criado com a presente Lei.²¹⁵

Segundo o Projeto do parlamentar todas as ações voltadas para questão da assistência aos “menores desvalidos, abandonados ou delinqüentes” se tornariam dependentes desse órgão, cabendo ao Juiz de Menores a regulamentação do serviço.²¹⁶

²¹⁴ **Diário da Manhã.** Áreas de delinqüência infantil no Recife. Recife, 09 de novembro de 1937. Acervo: Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano – Apeje.

²¹⁵ **DECRETO. Criação do Serviço de Assistência e Proteção aos Menores.** Recife, 2 de outubro de 1932. Arquivo: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

²¹⁶ Idem.

Na justificativa, Carlos Rios dizia, em um longo e inflamável discurso, que a aprovação deste Decreto iria contribuir na educação dos menores abandonados e delinquentes, uma vez que:

O menor abandonado tem irrecusável direito à proteção. A autoridade pública, na compreensão dos tempos modernos, perdeu aquele traço de madrasta, de um ruim coração, que se lembra dos seus tutelados para castigar, por crimes cuja principal autoria, em bom direito, lhe pertencia (...) Assistência moral, assistência espiritual e assistência material, presidindo a formação de novas personalidades (...) Desviados do meio corrupto, obrigados ao trabalho desproporcional às suas condições físicas e habilitações, os meninos e jovens terão elementos para modificar seus planos de perversidade (...) E os recrutas da criminalidade passarão a ser soldados consciente e bravos da legião dos bons patriotas e dos homens de bem. É dessa legião que o Brasil sempre precisou.²¹⁷

O discurso inflamado de Carlos Rios, que apelou para o campo do político e do espiritual, uma vez que chegou a afirmar que as crianças foram vítimas de “convenções sociais” que desafiavam as Leis de Deus, reuniu uma série de elementos que refletiam o conceito de assistência à infância naquele período. Nesse discurso, o deputado afirma que a sociedade moderna não pode se comportar como uma “madrasta”, reforçando a idéia que as políticas de assistência à infância dialogavam com as preocupações de uma sociedade “civilizada”. Uma sociedade que não cuidava de suas crianças, nos planos da moral, do material e do espiritual, era uma sociedade do atraso.

A partir da aprovação do Projeto, também seria criado o Conselho de Assistência e Proteção dos Menores, quando o Juiz de Menores, o diretor do Departamento de Educação, o curador de menores, médicos, professores da Clínica de Conduta (composta por médicos que poderiam ser contratados, sendo um clínico e outro psiquiatra e um professor que também prestaria serviço ao Abrigo de Menores) e membros escolhidos pela Secretaria do Interior formariam este Conselho, que tinha a incumbência de orientar o Serviço, “na parte técnica e social”, sendo honorífica e gratuita a função dos seus membros. Em nome do melhoramento da educação infantil no Estado, dizia o Decreto, o Estado deveria incluir todas as despesas deste serviço no orçamento do ano de 1937.

Não podemos deixar de registrar que o referido Projeto possuía um caráter inovador para o período, uma vez que buscou centralizar e envolver outros setores da

²¹⁷ Idem.

sociedade na causa da infância, com a criação do Conselho. A partir da idéia de parlamentar, o estado de Pernambuco teria um sistema integrado, voltado para a assistência dos menores abandonados e/ou tidos como “delinqüentes”. Tal centralização só veio acontecer no período do Estado Novo, quando foi criado o serviço integrado, em nível nacional, chamado Serviço de Assistência ao Menor – SAM.²¹⁸

Mesmo com o apoio de vários parlamentares e parte da sociedade civil, o Projeto Carlos Rios não foi aprovado. Segundo os relatórios da atuação dos parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco de 1936, a proposta do referido deputado “não teve solução definitiva”, tendo o mesmo sido encaminhado para a análise da Comissão de Fazenda e Orçamento do Estado. Em agosto de 1937, o Relatório do Governo, publicado nos Annaes do Parlamento de Pernambuco dizia:

Um dos traços característicos deste Governo tem sido a especial atenção que vem consagrando ao problema de assistência aos menores. Indique eloqüente dessa atenção revela-o o franco desenvolvimento dos estabelecimentos de amparo e proteção aos menores abandonados e delinqüentes do Estado, tendo como órgão central de superintendência o Juizado de Menores.²¹⁹

Ao comentar o Projeto do Deputado Carlos Rios, o Juiz de Menores Rodolfo Aureliano, afirmou:

O Projeto Carlos Rios atende pois uma necessidade premente e invencível. Elo que fornece ao Juizado de Menores do Recife um modesto porém descente aparelhamento, habilitando-o a atingir a sua verdadeira e desejada finalidade, implicando em uma despesa restrita, perfeitamente ao alcance do Estado, mesmo porque os gastos feitos com a profilaxia do crime são sempre despesas necessárias.²²⁰

Como podemos perceber, o Judiciário e o Legislativo estavam bastante afinados no sentido de aprovar a proposta do parlamentar. Para Rodolfo Aureliano, a partir da aprovação do referido projeto, uma série de medidas permanentes seriam executadas no sentido da garantia da assistência à infância no estado de Pernambuco. Esta parceria ainda contava com o aparato policial e outras instituições sociais, formando um rede de

²¹⁸ Sobre o SAM, ver: RIZZINI, Irene. & RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente.** Rio de Janeiro: Puc – Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

²¹⁹ **Annaes do Parlamento de Pernambuco.** 1937. Arquivo: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco.

²²⁰ **Diário da Manhã.** Menores abandonados e delinqüentes: o Projeto Carlos Rios. Recife, 17 de novembro de 1937.

assistência, controle e coerção sobre as crianças identificadas como perigosas ou que estavam em “perigo de ser”.

Neste artigo, Aureliano ainda falava do “sentimento de revolta, de culpa e de compaixão, perante a situação dos meninos” e responsabilizava mais uma vez a sociedade pelas causas dos problemas sociais da infância, assim como fez Carlos Rios no seu discurso. Para o Juiz, “o conjunto de conhecimentos científicos sobre os meninos com a colaboração da criminologia contribuiu com a proteção dos menores abandonados e delinqüentes” e ressaltou “que se firme nessa época o século do menino”.²²¹

3.2 - A “criança problema”: a psiquiatrização da infância no Recife

Sabendo-se que a conduta delituosa tem origem muito mais pela influencia de causas externas ou sociais (conflitos familiares, desintegração do lar, falta de autoridade paterna, freqüência as zonas de malandragem, exemplo de maus companheiros, etc.) do que pela ação de fatores internos (debilidade de inteligência, doença mental, constituição fisiológica, etc) é natural que a obra de prevenção da delinqüência infantil procure combater de preferência as primeiras, embora não descuide da segunda.²²²

A partir da análise do quadro social no qual a criança e/ou jovem estavam inseridos, buscou-se construir as imagens e representações sobre o “menor delinqüente”. O local da moradia, o grupo de convívio social e a “estrutura familiar” podiam ser apontados como componentes que influenciavam a conduta desses agentes sociais. Segundo o discurso do Juizado, um dos caminhos para a resolução do problema da delinqüência infantil era o investimento em pesquisas nos mais diferentes ramos do conhecimento científico, e estas preocupações dialogavam com as novas formas de pensar a infância no Brasil.

Em 1936, o médico Arthur Ramos publicou a sua obra *Criança Problema*, quando discutiu a questão dos “desvios de conduta” por meio da psicanálise. Segundo Ramos,

²²¹ Idem.

²²² **Diário da Manhã**. Aspecto do problema da delinqüência infantil no Recife. Recife, 10 de agosto de 1937. Acervo: Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano – Apeje.

Fatores deficitários em todos os sentidos, que vieram complicar tremendamente o problema da assistência aos menores. E a delinquência infantil? E o menor abandonado? Nunca a higiene mental teve que lidar com tantos fatores primários, que se converteram a capital do país num grande feudo urbano, desprotegido e entregue a própria sorte. Com razão se poderia achar uma atividade desnecessária ou inócua um serviço de higiene mental, que tivesse de desbastar essas causas próximas, tão grosseiras e tão deprimentes.²²³

De acordo com Arthur Ramos, o serviço de higiene mental representava um “avanço” no campo dos estudos sobre a criminalidade, uma vez que questionava a criminologia determinista do século XIX. O que faz um menino mentir e furtar? Como podemos entender a psiquê de uma criança que comete esse tipo de prática? Ramos buscou responder essas perguntas a partir da psicanálise freudiana, causando uma forte polêmica entre os especialistas na década de 1930.

Arthur Ramos, alagoano que nasceu no município de Pilar em 1903, formou-se na Faculdade de Medicina da Bahia em 1926, defendendo a tese “Primitivo e Loucura”. Na Bahia, fez parte do Instituto Nina Rodrigues, chegando a ocupar o cargo de médico-legista da instituição. Contudo, foi nos anos de 1930, a partir de sua experiência com o Departamento de Educação do Rio de Janeiro que Arthur Ramos passou a desenvolver trabalhos mais sistematizados voltados para questão da psicanálise e da educação infantil.²²⁴ Ramos influenciou a forma de pensar a assistência à infância no Brasil. Esse cenário de debates sobre a delinquência infanto-juvenil motivou as discussões no cenário local, levando outros representantes da sociedade a se manifestar a favor da causa da criança, quando em seus discursos também estava presente a preocupação com o mundo subjetivo da criança.

De acordo com seus estudos, a psicanálise poderia ser uma parceira dos pais e dos educadores e recomendava que os casos mais graves envolvendo as crianças no contexto escolar deveriam ser acompanhados por profissionais que trabalham com a psicanálise. Ao se voltar para o problema das crianças que praticavam furtos, Ramos nos afirma que, “os estudos de Freud e sua escola, completados pelos de Adler, vieram

²²³ RAMOS, Arthur. **A criança problema**: a higiene mental na escola primária. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1950. P. 09

²²⁴ LOPES, Eliane Marta Teixeira. **A psicanálise aplicada às crianças do Brasil**: Arthur Ramos e a “criança problema”. In: FREITAS, M. C. & KUHLMANN, M. Os intelectuais na História da Infância. São Paulo: Cortez, 2002.

mostrar que os furtos infantis tinham significação simbólica. O furto praticado pela criança, será sempre uma compensação a um afeto perdido ou inalcançado.²²⁵

Em *A criança problema*, Ramos defende a idéia que:

Os higienistas mentais e os educadores familiarizados com as conquistas da psicanálise e da psicologia individual são acordes em reconhecer, depois do controle da sua própria experiência, que os furtos infantis surgem como compensação a traumas efetivos, em geral. Foram demonstrados os móveis do furto na criança, que não tem noção do delito. A criança é captativa, por excelência...²²⁶

Ramos passou a desenvolver a sua idéia sobre criança problema, a partir da psicanálise, quando sinalizava que a questão da delinqüência estava relacionada às questões subjetivas, sem desprezar as questões sociais. Segundo Arthur Ramos,

Pesquisando-se as causas dos furtos infantis, vamos encontrar, em primeira linha, esses móveis afetivos, ou condições sociais desfavoráveis (pauperismo, perda de ausência de amor, abandono moral e afetivo...) que conduzem ao que muitos autores chamam os furtos de compensação (Heuyer, Mme.Morgenstern, Gilbert Robin...) O furto como reação contra os conflitos familiares tem sido fãrtamente observado pelos educadores e ortofrenistas. Heuyer e Dublineau descrevem o “furto generoso”, em que a criança furta para compensar uma injustiça, distribuindo o resultado entre os companheiros.²²⁷

Entre as questões discutidas em sua obra encontramos a questão da família, do abandono, da personalidade, da sexualidade e da delinqüência. Os estudos desenvolvidos por Ramos dialogavam com as novas preocupações médicas sobre a infância desenvolvidas na Europa e reproduzidas no Brasil. Ao analisar o cenário político nacional onde Ramos desenvolveu seus trabalhos, a socióloga Eliane Lopes nos afirma que,

É por essa trilha, aberta por médicos, que entrarão no Brasil a descoberta e a teorização do inconsciente. São médicos que pretendem, mais que curar doenças, curar o tecido social, higienizar as mentes, sanear a ignorância, são os portadores de uma ciência como anjo tutelar da sociedade.²²⁸

²²⁵ Ibidem. P. 411

²²⁶ RAMOS, Arthur. **A criança problema**: a higiene mental na escola primária. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1950. p. 408.

²²⁷ Ibidem. P. 409

²²⁸ LOPES, Eliane Marta Teixeira. **A psicanálise aplicada às crianças do Brasil**: Arthur Ramos e a “criança problema”. In: FREITAS, M. C. & KUHLMANN, M. Os intelectuais na História da Infância. São Paulo: Cortez, 2002.

A aceitação aos estudos de Arthur Ramos foi marcada por resistências, uma vez que setores mais conservadores da medicina criticavam a aplicação da psicanálise a outras áreas do conhecimento. A proposta de Ramos caminhava no sentido de provocar um diálogo entre a psicanálise e a educação infantil.²²⁹ Contudo, não podemos deixar de registrar que os estudos do referido médico foram interrompidos no Estado Novo, a partir da implantação da ditadura de Getúlio Vargas, em 1937.²³⁰

Além da contribuição de Ramos, na década de 1920 foi criada a *Liga Brasileira de Higiene Mental*, tendo como objetivo promover ações a partir da dinâmica da medicina mental preventiva, atuando no espaço da família, do trabalho, da escola, “doravante tidas potenciais superfícies de emergência da loucura”.²³¹ A criação da *Liga* representou um dos desdobramentos dos novos paradigmas construído acerca da psiquiatria no país, uma vez que os trabalhos do programa curativo da medicina mental, construídos a partir dos cânones do determinismo biológico, já estavam desacreditados na época. De acordo com os estudos de José Roberto Reis, desde seus primeiros trabalhos, a *Liga Brasileira* buscou oferecer serviços para a população através de seus laboratórios de psicologia aplicada, de psiquiatria e psicanálise, representando

O ápice da penetração, no domínio da psiquiatria, dos ideais da eugenia e do saneamento preventivo da população, nos termos renovados de um movimento pró-higiene mental.²³²

Ainda de acordo com os estudos de Reis, a *Liga*, ao fundar a Seção de Puericultura e Higiene Infantil procurou contemplar as mais diversas questões sobre a infância. Nesta Seção, reuniram-se especialistas que já vinham desenvolvendo trabalhos voltados para questão da infância, como Moncorvo Filho, fundador do Instituto de Proteção à Infância no Rio de Janeiro. Em 1937, a instituição criou a Divisão de

²²⁹ Os estudos desenvolvidos na área de História da Educação sinalizam a resistência por parte de alguns intelectuais em aceitar a aproximação entre a psicanálise e a educação, durante as primeiras décadas do século XX. Tais estudos evidenciam que um grande foco de resistência esteve presente na Faculdade de Medicina de São Paulo, quando as idéias de Freud foram questionadas. Contudo, destacamos a atuação do médico Durval Marcondes que contrariando seus pares buscava criar as cátedras de Psicologia e Psiquiatria no Curso de Medicina da Universidade de São Paulo, sendo defensor da idéia da aplicação da psicanálise nos conflitos educacionais. Durval Marcondes foi o fundador da primeira Sociedade de Psicanálise da América Latina. Ver: MOKREJS, E. Durval Marcondes: o primeiro capítulo da Psicanálise e da Psicopedagogia em São Paulo. **Revista da Faculdade de Educação**. 14 (2), 1988. p. 193-209.

²³⁰ LOPES, Eliane Marta Teixeira. **A psicanálise aplicada às crianças do Brasil: Arthur Ramos e a “criança problema”**. In: FREITAS, M. C. & KUHLMANN, M. Os intelectuais na História da Infância. São Paulo: Cortez, 2002.

²³¹ REIS, Jose Roberto. “De pequenino é que se torce o pepino”: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. V. 7 N. 1 Rio de Janeiro: mar/jun. 2000.

²³² Idem, p. 5

Amparo à Maternidade e à Infância.²³³ Desse modo, percebemos que tais iniciativas dialogavam com as novas perspectivas da psiquiatria voltada para a questão da saúde mental da infância.

Ao analisar o nascimento da psiquiatria infantil, Jacques Donzelot nos afirma que

Inicialmente ela não estava ligada à descoberta de um objeto próprio, de uma patologia mental especificamente infantil. Seu aparecimento decorre das novas ambições da psiquiatria geral, da necessidade de encontrar um pedestal, um alvo onde se possam enraizar, sob forma de uma pré-síntese, todas as anomalias e patologias do adulto, de designar um possível objeto de intervenção para uma prática que não pretende mais limitar-se a gerir os reclusos, mas, sim presidir à inclusão social.²³⁴

Desse modo, percebemos que a psiquiatrização da infância surgiu a partir da necessidade de expansão da psiquiatria enquanto ciência e de sua relação com os problemas sociais, como nos aponta Donzelot. Ao procurar explicar as práticas daqueles que eram considerados “anormais”, “lesivos” e “ameaçadores”, especialistas encontravam respostas na fase infantil dos indivíduos e como a perspectiva de trabalho dos psiquiatras e higienistas era de caráter preventivo, esses agentes buscaram se preocupar com a questão da infância.

Ao tratar sobre a psiquiatrização da infância, Michel Foucault nos fala que

Tornando-se ciência da infantilidade das condutas e das estruturas, a psiquiatria pode se tornar ciência das condutas normais e anormais. De sorte que poderíamos deduzir essas duas conseqüências. A primeira é que, por uma espécie de trajeto em cotovelo, focalizando-se cada vez mais nesse cantinho de excelência confusa que é a infância, a psiquiatria de se constituir como instância geral para a análise das condutas.²³⁵

Para Foucault, o que se buscava era entender o indivíduo desde a fase do seu nascimento, para que este saber/poder tivesse controle sobre a sua conduta, tornando-se “o juiz tutelar” do comportamento daquele que era considerado anormal.²³⁶ Esta ciência voltada para a saúde mental, que se fundou na primeira metade do século XIX, buscava ter com a psiquiatrização da infância poder sobre o comportamento das pessoas a fim de

²³³ Idem, p. 5

²³⁴ DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986. P. 120-1.

²³⁵ FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 391.

²³⁶ Idem.

criar uma série de dispositivos de controle, através de seus “edifícios teóricos”, de suas técnicas de observação, de seus exames de comportamento.²³⁷

Em Recife, o psiquiatra Ulysses Pernambucano realizou durante sua trajetória intelectual alguns estudos sobre a questão da infância. Em 1918, Ulysses Pernambucano produziu a dissertação intitulada *Classificação das crianças anormais*, trabalho apresentado para o Concurso de professor catedrático de Psicologia e Pedagogia da Escola Normal Oficial do Estado de Pernambuco.²³⁸ Neste trabalho, Ulysses Pernambucano discutia questões como de higiene infantil, escolar e familiar, quando afirmava que não podia entender as anomalias da infância distantes dos problemas sociais, afirmando que este assunto era

Palpitante atualidade, o estudo das crianças anormais ainda não se encontra em nosso meio quem dele se ocupasse com carinho, interesse e entusiasmo que tem encontrado por toda parte. E não se diga que a pequena importância tem ele entre nós. Pelo contrário, abundam, infelizmente, em nosso país e em nosso Estado os fatores dessas anormalidades. Aí está o alcoolismo, sífilis, tuberculose, ancilostomose, impaludismo, doença de chagas, para não falar senão das principais.²³⁹

Foi nesse contexto que assistimos ao surgimento de uma campanha construída pelo *Serviço de Higiene Mental*, órgão subordinado ao *Serviço de Assistência aos Psicopatas* em Pernambuco, que buscava disseminar as idéias e práticas higienistas voltadas para a infância, tendo o *Boletim de Higiene Mental* como um dos instrumentos para divulgação e massificação desse trabalho. Ao analisar a importância do *Boletim de Saúde Mental*, a historiadora Maria Concepta Padovan nos afirma que:

Todo esse trabalho acabava por criar uma sensibilidade acerca do normal em oposição ao anormal, que era tomada pela população como a única verdade possível, fazendo com que todo um preconceito e uma forma de violência fosse construída para o trato dos indivíduos classificados como diferentes.²⁴⁰

²³⁷ Idem.

²³⁸ PERNAMBUCANO, Ulysses. **Classificação das crianças anormais**. A parada ao desenvolvimento intelectual e suas formas, a instabilidade e a astenia mental. Dissertação para o concurso de professor catedrático de Psicologia e Pedagogia da Escola Normal Oficial do estado de Pernambuco. Recife: Imprensa Oficial: Recife: 1918.

²³⁹ Idem. P. 15

²⁴⁰ PADOVAN, Maria Concepta. **As máscaras da razão: memórias da loucura no Recife durante o Estado Novo (1937-1945)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006. P. 62.

Em seu trabalho, *As máscaras da razão: memórias da loucura no Recife durante o Estado Novo*, podemos observar como as teorias desenvolvidas nas décadas de 1920 e 1930, por Ulysses Pernambucano e outros médicos-higienistas buscaram disseminar suas idéias nesse Boletim, a fim de criar um movimento voltado para o controle da saúde mental das pessoas comuns, sendo os cuidados com a saúde mental das crianças disseminados de forma expressiva nas páginas do *Boletim*.

Em fevereiro de 1933, o Boletim trazia a matéria intitulada *Doenças mentais na criança*. Nesta matéria, o articulista afirmava que:

Os dados fornecidos pelos especialistas do manicômio a respeito das doenças mentais em crianças, são de menor valor do que nos casos de adultos. Em geral a família só em ultimo caso conduz o menino até o hospício. É o motivo pelo qual as estatísticas a este respeito não dão uma idéias exatas de freqüência das psicoses infantis.²⁴¹

Essa matéria fazia parte do movimento que buscava chamar a atenção da sociedade para a importância de realizar um trabalho de acompanhamento nos casos considerados de caráter psicanalítico que envolviam as crianças. Uma informação importante esteve presente na fala de Ulysses Pernambucano: “em geral a família só em ultimo caso conduz o menino até o hospício”. No decorrer da nossa pesquisa nos prontuários individuais das crianças e jovens internadas no Hospital de Alienados, percebemos que a maioria dos casos arquivados eram de meninos encaminhados pelo aparato policial.

Assim foi o caso de Sebastião Flor, enviado pela Polícia em 14 de março de 1928, por motivo de alcoolismo e foi diagnosticado como epilético. Sebastião tinha 17 anos, morava no bairro de Dois Irmãos e exercia a profissão de doméstico. Em seu prontuário, encontramos a informação que o garoto tinha crises de perda de conhecimento, sua mãe era sífilítica, freqüentava o Espiritismo e era indiferente ao meio. Sebastião passou apenas dois meses no Hospital de Alienados, tendo sido liberado em 13 de junho daquele mesmo ano. No prontuário de Sebastião não há registro de uma continuidade no tratamento médico ou de um retorno ao Hospital da Tamarineira.²⁴²

O motivo pelo qual a força policial enviou Sebastião para o Hospital de Alienados foi o alcoolismo. Ao nos voltarmos sobre os prontuários de outras crianças e

²⁴¹ **Boletim de Higiene Mental**. Doenças mentais em crianças. Recife, dezembro de 1933. Ano I, p. 2.

²⁴² Prontuário Individual de Sebastião Flor. Pavilhão de Observações. Recife, junho de 1928. Hospital de Alienados.

jovens internos, verificamos que um número expressivo de casos tinha como justificativa o envolvimento desses garotos com o consumo do álcool. Antonio Ferreira Filho, foi um outro jovem de 18 anos que também foi encaminhado pela polícia e identificado como “menor alcoólatra”. Antonio foi diagnosticado como desorientado, possuidor de pouca memória e que sofria de alucinações, sendo acusado de perturbar o sossego do pavilhão e de ser inquieto, comprometendo a “ordem asilar”.²⁴³

Entender os casos de Sebastião e Antonio em sua historicidade, leva-nos a perguntar o que era ser um indivíduo alcoólatra no período estudado. A historiografia registra que nas décadas de 1920 e 1930, o problema do alcoolismo fazia parte das preocupações de médicos e higienistas. De acordo com o historiador Fernando Dumas dos Santos, no Brasil, as primeiras preocupações mais sistematizadas com a chamada “doença do alcoolismo” se intensificaram no final do século XIX e intensificada com o crescimento industrial das cidades, quando o consumo do álcool pelos operários passou a comprometer a produção das grandes fábricas. Capitaneado pelos estudos da historiografia inglesa, mais notadamente dos historiadores Eric Hobsbawm e E. P. Thompon, o historiador nos fala que o alcoolismo pode ser considerado como uma doença trazida pela lógica burguesa e foi tida como uma doença social que deveria ser combatida.²⁴⁴

A relação entre alcoolismo e infância também foi alvo das preocupações dos saberes médicos e dos higienistas da década de 1930. De acordo com as pesquisas do historiador José Gondra, uma campanha preventiva foi montada pela Liga de Higiene Mental, no Rio de Janeiro, no sentido de disseminar a idéia entre as famílias, mais notadamente as famílias populares, os “males causados pelo alcoolismo na infância”. Para Gondra, o discurso higienista defendia a idéia que as “calamidades sociais” causadas pelo alcoolismo “era talvez, a que mais influência exercia para a desgraça dos povos, crimes e degeneração da raça”.²⁴⁵ Tal campanha foi articulada a partir dos argumentos que o alcoolismo também era causador da epilepsia, sífilis, tuberculose e

²⁴³ Prontuário Individual de Antonio Ferreira Filho. Pavilhão de Observações. Recife, junho de 1928. Hospital de Alienados.

²⁴⁴ SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos. Moderação e excesso; uso e abuso: os saberes médicos acerca das bebidas alcoólicas. In: **Clio - Revista de Pesquisa Histórica**. N. 24 – 2. Recife: Editora da UFPE, 2006. 103-129.

²⁴⁵ GONDRA, J. “Modificar com brandura e prevenir com cautela”: racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, Marcos Cezar & KUHLMANN JR, Moysés. **Os intelectuais na História da infância**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 298.

que poderia comprometer o desempenho físico, intelectual e moral das crianças, tendo que ser analisado a partir da ótica da hereditariedade.²⁴⁶

Além de Sebastião e Antonio, outros garotos fazem parte da História do Hospital de Alienados. O *Boletim de Higiene Mental* publicado em dezembro de 1933 trazia uma tabela que informava o número de crianças internas no Hospital da Tamarineira.

Entrada de Crianças no Hospital de Alienados da Tamarineira ²⁴⁷			
1924 - 1930			
Ano	Total de doentes	Número de Crianças	Porcentagem
1924	670	19	2,4%
1925	767	30	3,9%
1926	730	34	4,6%
1927	1.070	34	3,3%
1928	1.023	50	4,8%
1929	1.141	35	3,06%
1930	1.128	34	3,05%

Tabela produzida pelo Boletim de Higiene Mental
Divulgada pelo Boletim de Higiene Mental em 1933

A tabela demonstra a oscilação no número de crianças atendidas pelo Hospital durante os anos de 1924 até 1930, representando um percentual abaixo de 5% no total de atendimentos realizados pela instituição. Segundo as pesquisas realizadas por Carlos Alberto Miranda, a maioria dos pacientes internados neste período possuía a faixa etária dos 20 a 35 anos de idade, quando um número expressivo de homens tinham a profissão de agricultor e as mulheres exerciam as atividades domésticas.²⁴⁸

A matéria ainda trazia a informação de que a maioria das causas dos internamentos referentes às crianças era por psicose epilética. Tal diagnóstico era realizado a partir do trabalho dos especialistas que buscavam identificar se os problemas mentais estavam relacionados à hereditariedade patológica, quando apontavam que:

O fato de serem justamente muito mais freqüentes nas estatísticas tais doenças, diretamente dependentes da hereditariedade patológica, indica a necessidade que há do ponto de vista da higiene mental, de

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ **Boletim de Higiene Mental.** Doenças mentais em crianças. Dezembro de 1933. Apeje. Ano I, p. 3.

²⁴⁸ MIRANDA, Carlos Alberto. Vivências amargas: a divisão de Assistência a Psicopatas de Pernambuco nos primeiros anos da década de 30. In: **Clio - Revista de Pesquisa Histórica.** N. 24 – 2. Recife: Editora da UFPE, 2006. 63-103

impedir o matrimonio dos tarados e põe em evidencia a necessidade do exame pré-nupcial.²⁴⁹

Nesse sentido, observamos que o cuidado com a criança estava relacionado com o controle sobre as famílias, uma vez que de acordo com a matéria sugeriu o exame pré-nupcial representava uma ação preventiva no combate à psicose epilética em crianças. Ao nos voltarmos sobre os estudos de José Roberto Reis, podemos observar que o exame pré-nupcial, do mesmo modo da esterilização, já fazia parte das propostas da Liga Brasileira de Higiene Mental, levando-nos a perceber que a atuação dos médicos pernambucanos estava sintonizada com o ideário da Liga Brasileira.²⁵⁰

Antonio, Sebastião e tantos outros... O Hospital de Alienados também recebia crianças abandonadas, como Manoel Laudelino, de nove anos de idade, que foi encaminhado pelo Hospital Pedro II. Na Ficha de Identificação preenchida no Pavilhão de Observações, estava escrita a informação:

Este doentzinho veio do Hospital Pedro II sem a menor informação. Desde que chegou neste serviço que tem estado excitadíssimo, não dorme, passa dias correndo pela casa, inquietação. Quando interrogado mostra-se inteiramente alheio as nossas interpelações. O paciente tem perturbações na fala e parece que é de nascença.²⁵¹

Manoel fora abandonado pelos pais e o diagnóstico acusou que a criança tinha os reflexos normais, porém estava desnutrida. O exame mental informava que quando observado, o garoto

Mostra-se inquieto e excitado. Prefere o chão para deitar-se e abandona seu leito. Passa as noites gritando e procurando fugir. Crises de excitação. Queixa-se de cefaléia e é indiferente ao meio.²⁵²

O prontuário do Manoel, assim como tantos outros, nos fornece o registro que a criança passou apenas dois dias no Pavilhão de Observações, sendo transferido para o Hospital de Doenças Mentais. Manoel, com apenas nove anos de idade, assim como outras crianças, ao serem internados na Tamarineira eram direcionados para o mesmo local dos pacientes adultos. As inquietações, os gritos e as tentativas de fuga do menino

²⁴⁹ **Boletim de Higiene Mental.** Doenças mentais em crianças. Dezembro de 1933. Apeje. Ano I, p. 3.

²⁵⁰ REIS, Jose Roberto. “De pequenino é que se torce o pepino”: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos.** V. 7 N. 1 Rio de Janeiro: mar/jun. 2000.

²⁵¹ Prontuário Individual de Manoel Laudelino. Livro do Pavilhão de Observações: 1930. Arquivo Hospital da Tamarineira.

²⁵² Idem.

Manoel, poderiam apresentar algum distúrbio mental ou formas de resistir às determinações impostas por médicos e enfermeiros.

Além dos casos de abandono, o Hospital de Alienados acolhia outros casos que envolviam a violência física contra as crianças e jovens. Em 7 de junho de 1930, a Polícia da Capital encaminhou Antonio, uma criança de 16 anos, para o Hospital de Alienados. Diferente dos casos analisados até agora, Antonio não foi recolhido a mando da polícia por ter ferido ou por ter consumido álcool. O menino de tinha sido espancado por seu patrão, deixando-o “com sintomas de loucura”. A Guia de Sentença policial foi reproduzida no laudo médico e assim foi registrado os antecedentes históricos da doença de Antonio:

A Guia do seu internamento assim se refere:

‘Solicito vossas providências no sentido de ser recolhido a esse estabelecimento o menor de nome Antonio Francisco Ferreira, que tendo sido espancado por Alfredo Dias Pires, do que esse delegado estar processando inquérito, ficou a vítima apresentando sintomas de loucura, deixando o mesmo ser vistoriado pelo Instituto de Medicina Legal. O paciente informa que sem motivo o seu patrão espancou-o barbaramente, tendo o paciente recebido vários cacetadas e entre essas, uma na cabeça que lhe produzia uma leseira no juízo. Chegou excitado neste serviço, falando abundantemente e sem percepção. Passou dois dias sem se alimentar sendo preciso dar-lhes injeção de soro. Atualmente estar melhorando.’²⁵³

O prontuário de Antonio ainda informava que o garoto era regularmente nutrido, que sua estrutura corpórea era desenvolvida e que em sua família não havia antecedentes de pessoas com problemas de saúde mental. Antonio ainda tinha várias lesões no corpo quando foi liberado: o garoto passou seis dias no Hospital de Alienados. O caso de Antonio nos faz perceber que aquela instituição também se apresentava como espaço onde os meninos abandonados, violentados, agredidos eram acolhidos.

Maus tratos, abandono, alcoolismo, assim eram registrados os diagnósticos das crianças e jovens nos boletins do Hospital de Alienados. Debruçar-se sobre esses documentos nos faz perceber que muitos dos casos envolvendo os meninos representavam o desdobramentos do contexto social no qual estavam inseridos. A psiquiatrização da assistência à infância no Recife esteve relacionada às praticas de controle sobre as crianças e jovens que pertenciam às classes populares, quando muitos foram confinados por se apresentavam como ameaçadores aos padrões estabelecidos naquela época.

²⁵³ Prontuário Individual de Antonio Francisco Ferreira. Diretoria de Higiene da Capital – Hospital de Doenças Nervosas e Mentais. Recife, março de 1930.

Neste Capítulo, podemos observar como foram construídas as práticas de controle e disciplinamento pelo Estado e pelo saber médico psiquiátrico em torno dos meninos que viviam no mundo do abandono ou da delinqüência e que se apresentavam como uma ameaça à ordem estabelecida. Este debate nos levou a pesquisar como essas práticas foram vividas no âmbito das prisões, do manicômio e das escolas correcionais construídas na década de 1930. Das ruas esses meninos partiram para os distritos policiais, que por sua vez os encaminhavam para a Casa de Detenção do Recife. Desta instituição, as crianças e jovens eram direcionados para outros espaços de confinamento. Este é o tema central do nosso próximo Capítulo. Nela, vamos discutir os caminhos do recolhimento dessas crianças e jovens a partir de suas prisões na Casa de Detenção do Recife.

QUARTO CAPÍTULO

CAMINHOS DO CONFINAMENTO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INFÂNCIA NO RECIFE

São magníficos os resultados da obra a respeito no Instituto 5 de Julho, onde o menor não é só expressão quanto a prática do crime (...) O poder público, por sua vez, procura atender um dos ângulos do problema – aquele que se refere à educação e ampara a menores delinqüentes. Para tal, fundou-se, em 1931 o Instituto 5 de Julho (...) A humanização dos menores no Recife, há três anos vem sendo feito pelo Dr. Rodolfo Aureliano, Juiz de Menores e com os resultados magníficos. Os menores, aqui também frequentemente vem bater a porta do Instituto. Temos tidos inúmeros casos desse milagre.²⁵⁴

O trecho do artigo publicado pelo *Diário da Manhã*, em agosto de 1936, ressalta as iniciativas promovidas pelo Estado na área da assistência à infância. Para o articulista, a criação do Instituto 5 de Julho, que atendia crianças e jovens do sexo masculino e oferecia educação básica e profissionalizante para as crianças, representava um meio de humanização dos chamados “menores delinqüentes”.

O Internato Profissional 5 de Julho foi criado em 1932, tornando-se dois anos depois o Abrigo de Menores, “o qual logo recebeu os menores que se achavam recolhidos à Casa de Detenção”. Conforme nos afirma o Decreto 306, assinado pelo interventor Carlos de Lima Cavalcanti:

Artigo 3º - O Internato Profissional 5 de Julho da capital, passa a constituir um abrigo de menores, destinado a receber provisoriamente, até que lhes dê destino definitivo, os menores abandonados e delinqüentes.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nesse abrigo é o menor submetido a identificação e examinado pelo médico e por um professor conservando-se em observação durante o tempo que for julgado necessário.

Artigo 4º - O Abrigo de Menores terá o seu atual pessoal, com as modificações constantes de ato especial a ser expedido.²⁵⁵

A criação deste Abrigo refletia um novo sentimento em relação à assistência à infância, dialogando com as novas perspectivas de sua institucionalização em nosso

²⁵⁴ *Diário da Manhã*. O que no Recife se vem fazendo pela humanização dos menores. Recife, 07 de agosto de 1936. Editorial. P. 4.

²⁵⁵ Brasil. Código de Menores de 1927.

país. A historiografia registra que no início do século XX, várias capitais do Brasil passaram a construir suas escolas e colônias correccionais, voltadas para o recolhimento das crianças e jovens considerados abandonados e “delinqüentes”. De acordo com os estudos das irmãs Rizzini,

No período republicano a tônica centrou-se na identificação e no estudo das categorias necessitadas de proteção e reforma, visando ao melhor aparelhamento institucional capaz de ‘salvar’ a infância brasileira no século XX.²⁵⁶

Distante das prisões comuns, onde tinham que conviver com os presos adultos, mesmo separados em pavilhões diferentes, como supostamente acontecia na Casa de Detenção, no Abrigo de Menores os meninos estudavam, praticavam educação física e recebiam ensinamentos profissionalizantes. De acordo com Goffman, esta prática de institucionalização pode ser entendida como uma disposição básica das *instituições totais* criadas pela sociedade moderna ocidental, que para ser ressocializado ou curado, o indivíduo deve brincar, dormir e trabalhar no mesmo “local e sob a mesma autoridade”.²⁵⁷

A criação dos abrigos para meninos foi justificada a partir de se estabelecer uma política assistencial/prisional específica para atender os problemas sociais relacionados à infância oriunda das classes populares. Segundo Jacques Donzelot, esta cultura da institucionalização emergiu no fim dos oitocentos, quando vários centros especializados na “regeneração de crianças” passaram a adotar um sistema de educação vigiada, instaurando sobre esses agentes sociais “uma infra-estrutura de prevenção, iniciando-se uma ação educativa que possa, oportunamente, retê-lo aquém do delito”, quando este objeto de intervenção também era objeto de saber.²⁵⁸

Em Pernambuco, as primeiras décadas do século XX foram marcadas por inúmeros debates acerca da criação de estabelecimentos destinados ao recolhimento de crianças e jovens. Na década de 1930, a interventoria de Carlos de Lima Cavalcanti criou uma série de políticas assistenciais voltadas para institucionalização da assistência à infância na Capital e no interior de Pernambuco. Além do Instituto Profissional 5 de

²⁵⁶ RIZZINI, Irene. & RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Puc – Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

²⁵⁷ GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo Perspectiva, 2005.

²⁵⁸ DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996. p. 92.

Julho, outros espaços de recolhimentos foram construídos, a exemplo da Colônia Correccional de Vitória de Santo Antão e de Garanhuns.²⁵⁹

Neste quarto capítulo, analisaremos o lugar social das crianças e dos jovens nas instituições de recolhimento. A opção por estudar estas instituições surgiu a partir da análise dos prontuários das crianças presas na Casa de Detenção, quando daquele espaço prisional os meninos eram transferidos para o *Manicômio Judiciário* (local onde funcionava o *Hospital de Alienados*), para o *Presídio da Ilha de Fernando Noronha* e para o *Instituto Profissional 5 de Julho*.

As imagens fotográficas, os prontuários individuais, a literatura da época e os relatos de memórias formam os documentos indiciários, que nos permitiram historicizar o cotidiano dos meninos detentos e abrigados no *Instituto 5 de Julho*. Desse modo, propomo-nos a realizar uma contra-leitura dos discursos construídos sobre essas crianças e jovens, discursos esses que mesmo sendo produzidos pelas instituições nos permitiram encontrar falas e silêncios dos nossos protagonistas. Como nos diz Michele Perrot, na tentativa de construirmos a história dos excluídos, “desaparecidos de sua história”, devemos rastrear o que se diz deles, a fim de indagarmos os silêncios e encontrarmos as mais diferentes formas de lutas pela sobrevivência construídas no cotidiano.²⁶⁰

4.1 – Infância encarcerada: o cotidiano dos meninos nas instituições de confinamento em Pernambuco

José Nogueira dos Santos, 17 anos, vulgo “Amarelinho”, morava na Rua Estreita do Rosário, tinha mãe e pai... Não sabia ler, não possuía economias e já tinha trabalhado como agricultor.²⁶¹ Em 26 de novembro de 1934, o adolescente foi recolhido à Casa de Detenção do Recife, em cumprimento à ordem estabelecida pelo Delegado do Terceiro Distrito, o Doutor Juiz de Menores Rodolfo Aureliano. José se tornou um “menor detento”, que ao ser “fichado” pelos agentes da Casa de Detenção passou a pertencer a “classe de delinqüente primário”. O ofício remetido à Casa de Detenção, afirmava:

²⁵⁹ Relatório da Interventoria de Carlos de Lima Cavalcanti. 1937. Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano - Apeje.

²⁶⁰ PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

²⁶¹ **Ficha de Identificação**. Prontuário Individual de José Nogueira dos Santos. Recife, 1934. Acervo: Casa de Detenção – Arquivo Público Jordão Emereciano.

Preso em flagrante delito, as 19 e meia horas, no dia 26 do corrente, no Pátio do Carmo, desta cidade, por haver produzido ferimento com uma faca “águia” em Michel Agnelo, vulgo “Bague”, devendo permanecer à disposição do Juiz de Menores.²⁶²

Amarelinho ficou encarcerado na Casa de Detenção durante dois meses, sendo submetido ao exame de sanidade mental, estando sob os cuidados da *Assistência aos Psicopatas*, por ordem do Juizado de Menores. Logo nos primeiros dias do ano novo, em 3 de janeiro de 1935, o garoto foi transferido para o Abrigo de Menores.

Do Pátio do Carmo à Detenção, da Detenção ao Abrigo de Menores. O breve registro da passagem de Amarelinho pelo presídio estava escondido em meio aos prontuários individuais, pertencentes ao acervo da antiga Casa de Detenção do Recife. Os prontuários reúnem documentos pertinentes à passagem do preso na Casa, contendo informações curtas, objetivas e às vezes telegráficas, tornando o trabalho do historiador que pretende discutir o passado das crianças no cárcere, ainda mais difícil, uma vez que não há registros do cotidiano das crianças na Casa de Detenção nesses documentos.



Foto 01 - Esta imagem foi encontrada no acervo da Casa de Detenção. As fotografias faziam parte dos documentos arquivados nos prontuários dos detentos. Fundo: Casa de Detenção do Recife – Apeje

Contudo, através das fichas de identificação e classificação – elaboradas nos tempos de uma criminologia evolucionista, que determinava que todas as características

²⁶² **Ofício Emitido pelo Juizado de Menores**, em 26 de novembro de 1934, ao Presídio Especial do Recife. Prontuário Individual. José Nogueira dos Santos. Acervo: Casa de Detenção – Arquivo Público Jordão Emereciano.

físicas e biológicas fossem registradas naqueles documentos –, ²⁶³ por meio das fotografias, das impressões digitais, dos ofícios, das guias de sentença, o poder penitenciário buscava formar um dossiê sobre o detento. Tais documentos nos levam a perceber como o sistema penitenciário buscava construir o seu discurso sobre a identidade do prantuariado e como procurava exercer o poder sobre o seu “destino”.

A Casa de Detenção do Recife foi erguida na segunda metade do século XIX, com a intenção de se tornar um presídio modelo nas terras do Norte do Brasil. Edificada as margens do Rio Capibaribe, no atual centro comercial da cidade, a Casa foi construída com o objetivo de abrigar os “elementos nocivos à sociedade”, onde deveriam estar abrigados os “delinqüentes” do Recife, do interior Pernambuco e dos estados vizinhos, por isso a Casa de Detenção também se chamava Presídio Especial. ²⁶⁴

A grande muralha que separava o detento da sociedade aprisionava capoeiras, prostitutas, traficantes, políticos e crianças. Esses agentes viviam em um edifício arquitetado a partir do modelo francês de prisão, seguindo os pressupostos do panoptismo de Bentham, quando “na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta vazada de largas janelas que se abre sobre a face do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando a espessura da construção”. ²⁶⁵

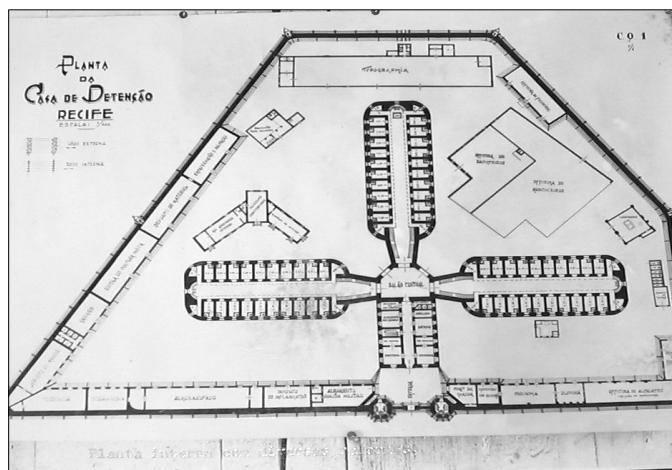


Foto 02 - Planta da Casa de Detenção do Recife. Década de 1920. Nesse espaço, funcionava o almoxarifado, oficinas, enfermaria e salas de aulas. Entre esses espaços podemos encontrar o “pavilhão” destinado ao abrigo das crianças e jovens. Fundo: Casa de Detenção do Recife – Apeje

²⁶³ As fichas continham informações sobre: cútis, cabelo, olhos, barba, bigode, dentes, orelha, boca, nariz, sobrancelhas, estatura, marcas corporais como cicatriz ou tatuagem, cabeça, mão direita, mão esquerda. Além do estado civil, instrução, economias, profissão, etc.

²⁶⁴ MAIA, Clarissa Nunes. **Policia**dos: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915. 2001. (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2001.

²⁶⁵ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: uma história da violência nas prisões. 34 Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

Uma *instituição total*, como nos fala Erving Goffman, que procurava criar um cotidiano próprio, determinando regras, regulamentos, buscando construir e desconstruir barreiras sociais dentro de uma fortaleza isolada, aculturando-se, assimilando-se. Uma instituição destinada à “cuidar das pessoas incapazes de cuidar de si mesmas”.²⁶⁶ De acordo com Goffman,

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e fortemente administrada.²⁶⁷

Não podemos negar que as pesquisas realizadas por Goffman representam uma referência para o historiador que pretende trabalhar com a questão das prisões a partir da preocupação de como foi construído o cotidiano dos prisioneiros. Na obra *Manicômios, prisões e conventos*, o autor analisa os mais diferentes casos envolvendo o dia a dia dos agentes sociais internados em *instituições totais*. Nesta obra, o autor trabalhou com relatos de memórias e outros documentos que registravam o lugar social do interno, problematizando a “vida íntima de uma instituição pública” e analisando os rituais e os costumes, as permissões e as proibições.

Ao nos voltarmos para a história da presença das crianças na Casa de Detenção, observamos que desde a sua construção lá estavam elas. As pesquisas realizadas pela historiadora Clarissa Nunes Maia sinalizam que essas crianças eram filhos de escravos, jovens capoeiras, meninos abandonados que perambulavam pelas ruas do Recife no período imperial que estiveram envolvidos em práticas consideradas ilícitas.²⁶⁸ Mas, qual o lugar social das crianças e jovens na Casa de Detenção do Recife, durante as décadas de 1920 e 1930?

Na tentativa de respondermos esse questionamento, podemos nos voltar para a dissertação defendida pelo historiador Mozart Vergetti Menezes, que focaliza a criação das escolas correcionais construídas no Recife durante as primeiras décadas do século XX. Defendido em 1995, o trabalho reflete o momento onde a historiografia brasileira, mais notadamente a pernambucana, produzia seus primeiros trabalhos a partir do pensamento de Michel Foucault. Capitaneado por este referencial teórico, Menezes

²⁶⁶ Idem.

²⁶⁷ GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

²⁶⁸ MAIA, Clarissa Nunes. **Policiaidos: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915**. 2001 Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife, 2008.

procurou analisar o discurso dos saberes médicos e jurídicos construídos sobre a criança detenta, buscando discutir as nuances do poder disciplinar que controlava e punia os meninos que foram destinados à Casa de Detenção.²⁶⁹

De acordo com as investigações de Mozart Menezes, foi no Congresso Médico de 1909, realizado em Recife, que surgiram as primeiras discussões sobre a possibilidade de criação de uma “escola para menores delinquentes” a partir de preocupações de salvaguardar as crianças em relação ao contato com os presos adultos. Nesse período, a Casa de Detenção também servia como um laboratório, onde juristas e médicos analisavam os casos com a finalidade de atender seus interesses de pesquisa. Contudo, aqueles que defendiam a idéia da construção de uma escola correcional dentro do “Presídio Especial”, tiveram que enfrentar resistências, haja vista que muitos “denunciavam os riscos de contatos perniciosos das crianças com os prisioneiros condenados”.²⁷⁰

Segundo os estudos de Menezes, funcionou no interior da Casa de Detenção, uma escola correcional, que depois se tornou colônia, entre o período de 1909 a 1929. Essas instituições funcionaram da seguinte forma:

Período	Perfil Institucional
1909	A partir desse período organizou-se, sob o “comando” do Major Joaquim Cavalcanti, um espaço destinado às crianças localizado na estrutura do prédio construído nos oitocentos.
1917	Na gestão de Manoel Borba, o espaço tomou “forma” de escola correcional, tendo a estrutura da educação básica e profissionalizante, sendo seu atendimento “restrito aos menores desassistidos”. Para Menezes, havia um interesse de “regenerar” os menores detentos através da lógica do trabalho e de fazer com que as oficinas instaladas também representassem um retorno financeiro para os cofres do governo, no sentido de garantir certa auto-sustentação da Casa.
1924 até 1929	A criação da Colônia Correcional, ocorrida no governo de Sérgio Loreto, representando uma mudança na estrutura do atendimento uma vez que a Escola passou a acolher as crianças condenadas. A partir da Colônia, censores, nomeados pelo governo, passaram a atuar junto com a administração carcerária.
Este quadro representa uma síntese de como o historiador Mozart Vergetti identificou e analisou a trajetória da assistência à infância no âmbito da administração da Casa de Detenção, compreendendo o período de 1909 a 1929.	

²⁶⁹ MENEZES, Mozart Vergetti. **Prevenir, disciplinar e corrigir**: as escolas correcionais no Recife (1909-1929). Recife: Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em História da UFPE, 1995.

²⁷⁰ Idem. P. 87.

Ao analisar a questão da mudança de escola para colônia, Meneses nos fala que somada à diferença conceitual, “toda uma reinterpretação de valores sociais viria contrastar não só com a mera recuperação moral do indivíduo, como também com o próprio papel do Estado protetor”. *Vigiar e punir*, esse era o objetivo. O adestramento físico, a doutrinação cívica e os trabalhos manuais, buscavam garantir a regeneração da criança e do jovem identificados, segundo o olhar do aparato policial, como: indisciplinados, ilícitos e perigosos.²⁷¹

Na Casa de Detenção eram oferecidas oficinas de encadernação, alfaiataria, carpintaria, fazendo-nos perceber que o cotidiano desses meninos também foi marcado por uma “pedagogia do trabalho”. Através das artes de ofícios, algumas crianças detentas, tiveram acesso ao aprendizado de uma profissão, uma vez que se acreditava que por meio do trabalho essas crianças poderiam se ressoacializar. Desse modo, professores da “educação básica”, orientadores para o ensino de música e mestres de ofícios, eram contratados para ensinar as crianças. De acordo com as pesquisas de Meneses, em um grande galpão, com capacidade de acomodar setenta trabalhadores, funcionava a oficina de sapatos, onde deveria ser reservado um espaço para os menores detentos.²⁷²

As memórias de Gregório Bezerra, que durante a década de 1920, tinha sido preso na Casa de Detenção por estar envolvido no movimento sindical, ajudam-nos a analisar o cotidiano prisional dessas crianças, uma vez que ele trabalhou como cozinheiro da Escola Correccional que funcionava na Casa de Detenção do Recife. Através de suas experiências, Bezerra relatou o cotidiano das crianças e jovens que lá estiveram presas. Ao lembrar do lugar social das crianças naquela instituição, Gregório nos fala:

Essas crianças, em sua maioria eram meninos abandonados que viviam perambulando pelas ruas; outros estavam ali porque os pais não dispunham de recursos para alimenta-los ou porque os pais os consideravam indisciplinados demais e os punham na escola correccional para, segundo eles ‘tomarem jeito de gente’.²⁷³

²⁷¹ Idem.

²⁷² Idem, p. 102.

²⁷³ BEZERRA, Gregório. **Memórias**: primeira parte 100-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

De acordo com as memórias de Gregório, a Casa de Detenção era um local menos indicado para que essa transformação acontecesse, uma vez que

Havia muita fome. Fome que impelia os garotos à prática de pederastia com os presidiários em troca de migalhas de pão, bolachas, frutas ou pequenas gulodices. Havia certa vigilância, mas em vão. A localização da escola correcional no pátio interno do presídio tinha como conseqüência a inevitável promiscuidade dos meninos com os presos comuns, com quem mantinham o contato diário nas oficinas de alfaiataria, encadernação e carpintaria.²⁷⁴

Ao nos voltarmos sobre a questão dos abusos praticados pelos guardas da Detenção, podemos perceber que o discurso institucional do combate à “delinqüência infantil” não era vivenciada naquela Prisão, uma vez que alguns dos seus agentes também praticavam tais ações. Na casa de Detenção do Recife, o olhar panóptico que buscava “tudo ver” sofria de “miopia” e se corrompeu, fazendo com que a máquina não funcionasse de forma eficaz. O princípio do isolamento absoluto defendido por Bentham era difícil de ser cumprido, dado ao grande número de detentos.

De acordo com as pesquisas realizadas pela historiadora Clarissa Nunes Maia, percebemos que as transgressões cometidas pelos agentes penitenciários da Casa de Detenção eram anteriores ao nosso período de estudo. Segundo Maia,

Todo esse aparato disciplinar contido nos regulamentos, que deveria fazer funcionar devidamente *a máquina benthaniana*, classificando, repartindo, distribuindo e reclassificando, para transformar criminosos em homens ‘dóceis e úteis’ no entanto, caía por terra ao se deparar com condições materiais do presídio e a indisciplina dos guardas do estabelecimento.²⁷⁵

Alguns estudos desenvolvidos na área de criminologia focaram a eficiência da proposta de Bentham, quando sinalizam que as primeiras iniciativas realizadas na Europa já aparentavam algumas limitações quanto a sua execução. Ao problematizar a “construção da moderna práxis carcerária na Europa”, que por sua vez influenciou o ocidente, Dario Melossi afirma, “o *Panopticon de Bentham* é uma tentativa ingênua e

²⁷⁴ Idem,

²⁷⁵ MAIA, Clarissa Nunes. **Policia**dos: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915. 2001. (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2001. p. 204

concretizada de coordenar um exasperante sistema punitivo e de controle com eficiência produtiva”.²⁷⁶

Na Casa de Detenção as crianças dormiam, estudavam e trabalhavam. E na hora da alimentação? Segundo as memórias de Gregório Bezerra,

A bóia dos meninos não só era pior que a dos presos comuns como era menos da metade da ‘xepa’ daqueles, já péssima para época. Havia três refeições por dia: pela manhã, um caneco de café com pão sem manteiga para os presidiários; ao meio-dia, um caneco de feijão, um de farinha e um pedaço de bacalhau ou de charque. Isto as segundas, quartas, sextas e sábados; às terças e quintas, carne congelada, carne com ossos, pedaços amarrados com barbantes ou cordões, um caneco de caldo e um de farinha (quase sempre mofada e cheia de tapurus), à tardinha, como jantar, um caneco de chá-mate e três bolachas duras e azedas.²⁷⁷

As memórias de Gregório trazem consigo um forte caráter denunciador. O seu testemunho ressalta a violência sexual, a improbidade da administração pública e a falta de compromisso com a integridade física e moral das crianças detentas. Ao confrontar esses relatos com o Regulamento da Casa de Detenção, que por sua vez classificava as crianças e jovens detentos como *menores delinqüentes*, ou seja, incluindo nessa categoria os “abandonados” e “indisciplinados”, percebemos que há uma distância entre o discurso oficial e as memórias daquele que viveu e testemunhou como foi construído o cotidiano dessas crianças naquela instituição prisional. O Regulamento ressaltava em parágrafo único que: “os menores delinqüentes serão recolhidos ao pavilhão adequado em anexo à Casa de Detenção”.²⁷⁸

Na sua escrita de si, Gregório construiu um depoimento sobre a presença das crianças na Casa de Detenção do Recife, a partir da indignação. Para Gregório, as condições na quais se encontravam as crianças na Casa de Detenção representava uma das vergonhas da sociedade recifense da época, uma vez que o cotidiano dos meninos traduzia a inversão dos valores morais e dos bons costumes, defendido de forma veemente por aquela sociedade. E Gregório desabafa:

A recuperação daqueles meninos comprova que não há uma só criatura que seja recusável, principalmente as centenas de milhares de

²⁷⁶ MELOSSI, Dario & PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica**: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI – XIX). Rio de Janeiro: Revan, 2006.

²⁷⁷ BEZERRA, Gregório. **Memórias**: primeira parte 100-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 163

²⁷⁸ **Relatório da Casa de Detenção do Recife**. Recife: Imprensa Oficial: 1930.

crianças, que vivem perambulando pelas ruas, muitas das quais já na prática de todos os vícios e de todos os crimes em todas as cidades do meu desgovernado Brasil.²⁷⁹

Mas, de onde vinham e para onde iriam nossas crianças? Em dezembro de 1937, o garoto Lauro Miranda Lobo, vulgo Galo Amarelo ou Galo Amarelinho, com 17 anos de idade, foi recolhido “à prisão comum, porém separado dos criminosos adultos, ficando à disposição do Juiz de Menores”. De acordo com o Ofício 140/1912-1937, anexado ao Prontuário de Galo Amarelo, o garoto tinha se envolvido em vários crimes, inclusive, o de furtar uma taça de bronze do Palácio da Justiça, no mês de novembro daquele mesmo ano. Em setembro de 1938, Rodolfo Aureliano assinou mais um ofício reafirmando a necessidade de Galo Amarelo permanecer na Casa de Detenção.

O Exm. Secretário de Segurança Pública, comunica-vos, para os devidos fins, que o Sr. Juiz Privativo de Menores, por sentença de 17 do mês findo, declarou o réu menor Lauro de Miranda Lobo ou Lauro Lobo Miranda, com incurso nas penas do Art. 330 da Consolidação das Leis Penais, combinado com o Artigo 71 do Código de Menores, determinando o seu recolhimento a esse Presídio, onde já se encontra, em prisão separada dos criminosos adultos, devendo aí permanecer até que se verifique a sua regeneração, sem que, todavia, a duração da pena possa exercer o seu máximo legal de dois anos de prisão... Rodolfo Aureliano²⁸⁰

Nesse Ofício, foi exposta a explicação da permanência de Galo Amarelo na Casa de Detenção: o garoto deveria se regenerar. Confinado, Galo Amarelo foi submetido a exames psiquiátricos e a vários interrogatórios, tendo que se deslocar para o Juizado de Menores. Em 1942, já respondendo como preso adulto, Lauro Miranda foi posto em “liberdade”. Nesse período, o detento se encontrava em outra instituição prisional, o Presídio Agrícola de Itamaracá.²⁸¹

Além dos casos que envolviam as crianças do Recife, a Casa de Detenção recolhia as crianças e jovens do interior do Estado, quando vários prontuários encontrados são de meninos que trabalhavam como agricultores, que cometeram crimes ou contravenções. Antonio Galdino Mandú, por exemplo, foi detido pela Secretaria de

²⁷⁹ BEZERRA, Gregório. **Memórias**: primeira parte 100-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

²⁸⁰ **Ofício 8194/1913-1937. Juizado de Menores.** Encontrado no Prontuário Individual de Lauro Miranda Lobo. Acervo: Casa de Detenção – Arquivo Público Jordão Emerenciano.

²⁸¹ O Presídio de Itamaracá se localizava, como ainda hoje, em uma ilha no litoral norte de Pernambuco, criada com objetivo de reabilitar delinqüentes adultos.

Segurança Pública de Canhotinho, em 13 de maio de 1934, sendo transferido para a Casa de Detenção por ter praticado o crime de furto.

Mandú tinha 17 anos, não sabia ler, era agricultor e cumpriu pena de um ano na Casa de Detenção. No ofício, o Juiz de Direito de Canhotinho recomendava que a prisão do garoto se efetivasse de forma separada dos presos adultos. Em seu prontuário não consta nenhuma referência às atividades realizadas durante o período que esteve detento. Mandú foi posto em “liberdade” em setembro de 1935.²⁸²

Além de Mandú, não podemos deixar de esquecer do caso de Severino Gomes, um menor de 17 anos, residente da cidade de Bezerros, onde trabalhava como agricultor e foi preso por ter cometido o crime de homicídio. Segundo a Guia de Sentença:

Severino Gomes e João campos, que andavam a noite de 10 de agosto do ano findo, com outros na rua Torta desta cidade, tiveram forte desinteligência seguida de discussões, então desapertada resultando mais tarde Severino procurar João campos para vingar-se produzindo-lhe a lesão descrita no auto de corpo delito e em consequência a morte (...) Considerando a vítima recém chegada nesta cidade, não tinha inimigos outros, afora o acusado...²⁸³

A permanência de Severino na Casa de Detenção durou aproximadamente seis meses, uma vez que aguardava o resultado do processo. O garoto, que exercia a profissão de agricultor da cidade de Bezerros foi condenado a cumprir pena de 11 anos, em prisão simples, quando foi determinando sua remoção ao Abrigo de Menores. Contudo, Severino só passou dois dias no Abrigo de Menores, uma vez que o Juiz de Menores encaminhou Severino para o Manicômio Judiciário.

O Manicômio Judiciário, que funcionava no Hospital de Alienados, era um órgão que esteve subordinado ao Serviço de Assistência aos Psicopatas. Esta instituição servia para atender as pessoas que viviam em conflito com a lei e eram consideradas doentes mentais ou que apresentavam algum tipo de distúrbio de comportamento considerado “anormal” para os padrões da época.²⁸⁴

No decorrer da nossa pesquisa encontramos a história de outro Severino, este chamado Sebastião Severino Gomes da Silva, também conhecido como Piolho.

²⁸² **Prontuário Individual de Antonio Galdino Mandú.** Recife, 1935 – Informações recolhidas na Ficha de Identificação. Acervo: Casa de Detenção – Arquivo Público Jordão Emereciano.

²⁸³ **Prontuário Individual de Severino Gomes** Recife, 1935 – Informações recolhidas na Guia de Sentença. Acervo: Casa de Detenção – Arquivo Público Jordão Emereciano.

²⁸⁴ MIRANDA, Carlos Alberto. Vivências amargas: a divisão de Assistência a Psicopatas de Pernambuco nos primeiros anos da década de 30. In: **Clio - Revista de Pesquisa Histórica**. N. 24 – 2. Recife: Editora da UFPE, 2006. 63-103

Sebastião não sabia ler e exercia o trabalho de vendedor de jornais. Era junho de 1935, o garoto tinha 16 anos quando foi preso na Casa de Detenção do Recife por motivo de “ferimento grave”. Da Casa de Detenção, Piolho foi encaminhado para o Abrigo de Menores, por ordem do Juiz de Menores Rodolfo Aureliano. Em setembro do mesmo ano, Sebastião foi transferido, com “urgência” para a Assistência aos Psicopatas, a fim de realizar exames psiquiátricos.²⁸⁵

Todos os ofícios encontrados no prontuário de Piolho foram assinados por Rodolfo Aureliano, levando-nos a perceber que a decisão sobre o “destino” da criança estava submetido à decisão do Juiz de Menores. O caso de Sebastião Severino deve ser registrado por nos levar a compreender a dinâmica do Hospital de Alienados. Aquela instituição servia como um espaço laboratorial que dava manutenção às deliberações do Juiz. O exame psiquiátrico iria diagnosticar o estado de saúde mental de Sebastião, sendo imprescindível para tomada de decisão do magistrado.

Este caso nos leva a pensar que, por diferentes motivos, os garotos podiam ser encaminhados e/ou recaminhados para instituições de confinamento. Muitas crianças podiam ser transferidas do Abrigo de Menores para o Manicômio Judiciário que representava um espaço hospitalar, onde o contato com outros pacientes, as atividades oferecidas e a própria assistência eram realizadas no sentido de atender os “loucos e criminosos”. De acordo com Ulysses Pernambucano:

Em face da moderna organização penal, o Manicômio Judiciário representa um lugar ou seqüestração dos temíveis, dos incorrigíveis, dos anormais constitucionais, substituindo os antigos asilos de segurança.²⁸⁶

Nesta fala, podemos perceber como foi construída a idéia do Manicômio Judiciário e sua relação com o público ao qual se destinava. No Relatório, Ulysses Pernambucano também nos aponta a dificuldade de gerir o Manicômio, uma vez que este tem funções que mereceriam mais recursos financeiros para realizar os trabalhos que eram de sua competência.

O trabalho realizado por Maria Concepta Padovan nos aponta que o próprio Hospital de Alienados enfrentava vários problemas financeiros, chegando a mesma a afirmar que a Ala dos Indigentes encontrava-se sempre populosa, comprometendo o

²⁸⁵ **Prontuário Individual de Severino Gomes da Silva** – Informações recolhidas na Guia de Sentença. Acervo: Casa de Detenção – Arquivo Público Jordão Emereciano.

²⁸⁶ PERNAMBUCANO, Ulysses. **Relatório Serviço de Assistência aos Psicopatas**. Recife: Imprensa Industrial, 1933. p. 10

trabalho do Hospital de recolher aqueles indivíduos que representavam sinonímia de ameaça e perigo para a sociedade.²⁸⁷ Ao encerra seu relatório sobre o Manicômio Judiciário, Ulysses Pernambucano afirmando que um novo prédio iria ser construído para abrigar as atividades da referida instituição. Segundo o psiquiatra, o novo edifício seria arquitetado a partir do modelo do Juquery, construído no final do século XIX em São Paulo, pela Assistência a Psicopatas daquele Estado.²⁸⁸

Segundo os estudos da historiadora Maria Clementina da Cunha, o Juquery era considerado como modelo de gestão no tratamento a saúde mental no Brasil. Os seus estudos apontam que no ano de 1922 o Hospital já possuía um pavilhão apenas para o atendimento às crianças, que se tornou em 1929 a Escola Pacheco e Silva, destinada exclusivamente para as “crianças do Juquery”.²⁸⁹ De acordo com Cunha, o Hospício possuía uma política fundamental:

Conferir legitimidade à exclusão de indivíduos ou setores sociais não totalmente enquadráveis nos dispositivos penais; permitir a guarda, e quiçá a regeneração ou disciplinarização de indivíduos resistentes às disciplinas do trabalho, da família e da vida urbana; reforçar papéis socialmente importantes para o resguardo da ordem e da disciplina, medicalizando comportamentos desviantes – como as perversões sexuais ou a vadiagem – e permitindo que sua reclusão possa ser lida como um ato em favor do louco, e não contra ele.²⁹⁰

Este Hospício modelo representava um espaço de interdição daqueles que apresentavam uma ameaça à sociedade da época. Para Cunha, questões como alcoolismo, pobreza, ignorância e má alimentação foram associados à loucura, que atingia os trabalhadores urbanos do Brasil nas primeiras décadas dos noventa, fazendo com que o hospício se tornasse o lugar da exclusão social.²⁹¹

Durante nossa investigação encontramos outras histórias que nos ajudam a entender as várias faces da assistência a infância no Recife, como o caso de Severino Lindolfo Justino, 16 anos de idade, preso na Casa de Detenção em 24 de outubro de

²⁸⁷ PADOVAN, Maria Concepta. **As máscaras da razão: memórias da loucura no Recife durante o Estado Novo (1937-1945)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006.

²⁸⁸ PERNAMBUCANO, Ulysses. **Relatório Serviço de Assistência aos Psicopatas**. Recife: Imprensa Industrial, 1933.

²⁸⁹ CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo**. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1986.

²⁹⁰ Idem. P. 43.

²⁹¹ Idem.

1936, por ter praticado “atos libidinosos” contra uma criança com 5 anos de idade. Mesmo pertencendo a “classe de delinquência primária”, Severino foi transferido para o Presídio de Fernando de Noronha em dezembro daquele mesmo ano. Segundo a ficha de identificação criminal, o garoto estava sendo processado por atentado ao pudor. A Guia de Sentença anexa ao seu prontuário nos fala que o sentenciado deveria ser punido por ter

Praticado contra ela atos libidinosos, considerando contra uma menor de cinco anos de idade, manobras masturbatórias, a ponto de causar-lha a lesão descrita no auto de corpo de delito deflorado; considerando que o fato do réu ter ausentado do detrito da culpa, deixando correr a revelia o processo, embora continuará indício remoto, todavia tem bastante significação para o caso, uma vez que tendo sido ouvido pela polícia, ele não podia ignorar que pesava contra si grave acusação e assim, teria de defender-se em processo regular, mas o certo é que preferia fugir, dando assim a entender sua cumplicidade.²⁹²

Severino ignorava a identidade dos seus pais, não sabia ler e exercia a profissão de jornaleiro e por se tratar de uma criança, recebeu a penalidade mínima, sendo condenado a dois anos e quatro meses de prisão. Na Detenção, o garoto trabalhou na oficina de marcenaria e foi transferido para o Presídio de Fernando de Noronha. De acordo com os estudos da historiadora Martha Abreu, nas primeiras décadas do século XX, o indivíduo que cometia o crime de defloramento ou estupro era considerado uma ameaça para a sociedade, quando a decisão da sua penalidade,

Não se resumia simplesmente num elemento legal para completar os pré-requisitos de um crime sexual; não se ligava apenas à repressão de um ato criminoso (estabelecendo a verdade e determinando o autor) ou à retribuição pertinente ao caso. Pela influencia da escola jurídica positivista, o julgamento de um crime levava em conta a defesa social, pois o crime atingia toda a sociedade, e a conduta total do réu, no sentido de se determinar seu grau de periculosidade (...) Desse modo, ao ser julgado um crime de defloramento, estupro ou atentado ao pudor, resultante da quebra de uma norma jurídica sexual, emergiam os valores sociais mais amplos da sociedade, pois era também na quebra de outras normas morais e sociais que determinava a absolvição ou condenação do réu.²⁹³

²⁹² Prontuário de Severino Lindolfo Justino. Recife, 1936. Fundo: Casa de Detenção do Recife. Apeje.

²⁹³ ESTEVES, Martha Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

De acordo com Esteves, naquela época os juristas e médicos estavam imbuídos na missão de formar cientificamente o cidadão completo, cumpridor de seus papéis interdependentes: trabalhador, membro de uma família e indivíduo higienizado, controlando e punindo aqueles que apresentavam uma ameaça a este “projeto de sociedade”. A honestidade, a moral e o trabalho formavam os pilares de sustentação da sociedade ideal e desejada.²⁹⁴ Desse modo, a transferência para Fernando de Noronha, que representava uma punição mais contundente, era destinada para o indivíduo que desafiasse a segurança social ou os códigos morais estabelecidos naquela época.

O Presídio de Fernando de Noronha era considerado o local para onde se destinavam os presos considerados de alta periculosidade. Distante do continente, a Ilha representava um espaço dos “degradados”, dos criminosos que deveriam estar distantes da sociedade. Em julho de 1937, por determinação do Juiz de Menores Rodolfo Aureliano, o garoto regressou ao Recife. Esta decisão foi tomada a partir da idéia de que o Presídio de Fernando de Noronha não era indicado para recolher crianças que viviam em conflito com a Lei.²⁹⁵

Durante a nossa investigação não encontramos registros do número aproximado de crianças e jovens sentenciadas, porém, no relato do jornalista Amorim Netto percebemos que a diversidade do perfil dos presos era expressiva, inclusive, no âmbito da idade.²⁹⁶ Netto ressalta que entre os presos tinha encontrado um garoto chamado Pilão, “um moleque vivo e inteligente”, razão pela qual todos o estimavam “por ser trabalhador e ladino”.²⁹⁷ Tal relato nos leva a perceber que as redes de sociabilidades tecidas em Noronha também foram permeadas pela solidariedade e que os jovens conviviam no mesmo espaço dos adultos e dividiam as atividades cotidianas estabelecidas pela equipe dirigente do Presídio.

Por meio dos relatórios da administração do Presídio, podemos perceber que, diariamente, eram controladas a frequência, a atividade e a produtividade daqueles que participavam das atividades oferecidas nas oficinas de carpintaria, sapataria, ferraria,

²⁹⁴ Idem.

²⁹⁵ COSTA, Marcos Paulo. **O caos ressurgirá da ordem**: Fernando de Noronha e a reforma prisional no Império. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa, 2007.

²⁹⁶ Amorim Netto era um jornalista carioca e visitou a Ilha na década de 1930, a pedido do interventor Carlos de Lima Cavalcanti, tendo escrito, logo depois, um livro/relatório, intitulado: *Fernando de Noronha: seu presídio e suas lindas paisagens*, onde narrou suas experiências vividas durante a viagem. In: NETTO, Amorim. **Fernando de Noronha**: seu presídio e suas lindas paisagens. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1945.

²⁹⁷ Idem. P. 122.

funilaria, mecânica e serralha. Os trabalhos realizados nesses espaços também serviam para atender as demandas dos moradores da Ilha. Comumente, eram solicitados aos presidiários que realizassem reparos nos objetos de cozinha, que confeccionassem sandálias para os adultos e para as crianças e outros serviços. Esses trabalhos eram cobrados e parte do valor pago era destinada para os presidiários.²⁹⁸

Existia na Ilha um núcleo urbano, onde as pessoas que trabalhavam na sua administração residiam. Este núcleo era formado por edificações construídas desde o período colonial, como várias fortalezas que foram erguidas para proteger o arquipélago das ameaças de invasões estrangeiras. A sede administrativa do presídio (imagem logo abaixo) localizava-se neste espaço urbano, também chamado de Vila dos Remédios, serviu como cenário onde eram discutidas as várias decisões acerca do cotidiano dos sentenciados.²⁹⁹



*Foto 03 - Sede da Administração do Presídio de Fernando de Noronha - 1930
Prédio construído no século XIX
Arquivo da Administração de Fernando de Noronha*

Na década de 1930 funcionava a Escola Pública Estadual Mista do Presídio de Fernando de Noronha, quando os filhos dos funcionários e dos presos dividiam o mesmo cotidiano pedagógico. Contudo, essa estrutura educacional era proporcionada aos filhos dos presos e dos funcionários do Presídio. Aos meninos detentos eram

²⁹⁸ Arquivo Histórico de Fernando de Noronha. Apeje. BR/PE/APEJE/FN – 001. 377.

²⁹⁹ SILVA. Maria José Borges Lins e. **Fernando de Noronha**: lendas e fatos pitorescos. Recife: Inojosa Editores, 1999.

oferecidas as atividades profissionalizantes. A imagem seguinte foi produzida na década de 1930 e registra a presenças das crianças que viviam na Ilha de Fernando de Noronha nas primeiras décadas do século XX.



*Foto 04 - Crianças de Fernando de Noronha – Sem Identificação - 1930
Arquivo da Administração de Fernando de Noronha*

Depois de várias reformas estruturais, a administração do Presídio buscou reformular seu Regulamento Interno, no qual, entre as suas metas, encontramos a preocupação de garantir a ordem e a disciplina dos presos “que lhes forem confiados”, fazendo com que esses tivessem acesso à “conhecimentos especializados àqueles que mostrem aptidões para aprender diferentes oficinas ali praticadas”, não deixando de lado a educação dos “menores filhos dos presos, aprendizes”.³⁰⁰

Mas, como era vivido o cotidiano desses prisioneiros nas celas? O relato de Amorim Netto ressaltou as condições desumanas nos quais os presos eram submetidos no confinamento. Segundo o jornalista, os sentenciados viviam em uma estrutura de prisão desumana, e ao descrever a sua visita aos alojamentos da prisão, Netto nos fala:

Um grande edifício, rodeado de coqueiros, branco por fora, negro por dentro. Quanta miséria! Não há força de expressão capaz, não existem palavras que possam definir os alojamentos dos sentenciados desse degredo maldito. A piedade humana, o sentimento cristão, em

³⁰⁰ Regulamento Interno do Presídio de Fernando de Noronha. 1940. Arquivo Histórico de Fernando de Noronha. Apeje. BR/PE/APEJE/FN – 001. 311.

nada puderam influir no espírito da maioria dos diretores do Presídio famoso. A impressão geral é que os governos nunca se interessaram pela sorte dos desgraçados deportados pela justiça, como se o estado não devesse assistência e conforto moral e material, mesmo aos delinqüentes da pior espécie. Não lhes bastava a segregação num inferno autentico, real! Uma impressionante falta de higiene comove os corações mais duros. As paredes, negras de infundir pavor, alumiadas, durante a noite, por lampiões de luz mortíça, a querosene. Antros infames, sem ar e sem luz. As camas de cimento, como os carneiros dos cemitérios! Não medem mais de sessenta centímetros de largura e não dão, em comprimento, para abrigar um homem. Imundos colchões e chumaços de folhas de bananeiras amenizam a dureza desses leitos desumanos, semelhantes as baias das estrebarias.³⁰¹

As memórias de Amorim Netto denunciam o descaso do Estado frente a organização do presídio, chamando-nos atenção que é da responsabilidade dos governantes a sua manutenção e o cuidado sobre os “desgraçados deportados pela justiça”. Baseado no discurso cristão, Netto argumentou que os prisioneiros, mesmo sendo considerados “criminosos da pior espécie”, mereciam cumprir pena em um espaço higienizado e humanizado, dando-lhes “conforto material e moral”. Neste depoimento, Netto ainda fala da comida do alojamento, também chamada de “muniço”, afirmando que no presídio não havia cozinha e quem produzia a alimentação dos sentenciados eram os próprios presos.³⁰²

Em *Usina*, José Lins do Rego retoma a história do *Moleque Ricardo*, aquele mesmo Ricardo que viveu nas ruas do Recife, trabalhou na padaria de Seu Alexandre e participou dos movimentos grevistas dos operários na década de 1930. No primeiro capítulo do romance *Usina*, Ricardo recebeu a sentença de dois anos no Presídio de Fernando de Noronha por estar envolvido em movimentos sindicais.

Degredo maldito. Inferno autêntico. Antro Infame. Esses eram os adjetivos utilizados para identificar o Presídio-Ilha. Ao narrar o cotidiano do moleque Ricardo, José Lins nos levou a analisar como eram os dias daqueles meninos ilhados, quando afirmava que:

Os dias de Fernando de Noronha eram compridos. Parece que o sol acordava mais cedo na ilha. Era um sol quente, uma terra feia, uma mataria rasteira. As pedras na beira do mar cortavam os pés dos que pescavam de tarrafa. Havia presos que estavam ali há anos. E outros que haviam voltado varias vezes, que eram da ilha como se tivessem

³⁰¹ NETTO, Amorim. **Fernando de Noronha**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1945. 65-66

³⁰² Idem.

nascido por lá. Mas todos queriam voltar, todos quando se referiam à terra do outro lado era como uma saudade que não tinha tamanho.³⁰³

Foi a partir da idéia da saudade e da solidão que José Lins passou a abordar a questão de como os presos se relacionavam e como, a partir da ausência de mulheres, era comum os presos se relacionarem sexualmente. O moleque Ricardo, inclusive, viveu uma relação homossexual com um Manuel, um sentenciado que trabalhava como cozinheiro do Presídio. Ao narrar o caso do protagonista de sua história, de um moleque que se fazia homem, o romancista afirmou:

A princípio Ricardo teve medo, uma vergonha maior do que aquela de amar sozinho. O tempo, porém foi dando costume às repugnâncias. Lembrava-se bem daquela noite escura, um vento furioso soprava forte. Viria chuva na certa (...) Então ouviu que batiam na porta. Uma voz soprava, chamando por ele. Ficou com medo, medo de um crime, de uma aparição de alma. Tremia na rede quando a voz se elevou mais. – Abra menino, sou eu. Uma voz angustiada, uma voz de quem se humilhava até o mais baixo. – Abra menino, sou eu. Conheceu quem era. Era seu Manuel. Abriu seu quarto. O frio da noite entrou-lhe portas adentro. E com ele o companheiro que lhe chegava tremendo, de fala amedrontada, ofegante, como de faminto de muitos dias.³⁰⁴

Foi assim que José Lins narrou o “amor irregular” entre o menino Ricardo e o cozinheiro Manuel. A idéia da homossexualidade presente na obra de José Lins foi construída a partir da idéias que seu personagem teve práticas homossexuais justificadas pela ausência do sexo oposto. Em *Usina*, esses amores eram permitidos até o momento que não atingiam a virilidade dos presos. Ao analisar a construção narrativa de José Lins sobre a homossexualidade, Durval Muniz nos fala que nas obras do romancista paraibano,

O homossexualismo fala da própria perda de virilidade, de uma classe social e de uma sociedade, fala se sua feminização. Sociedade que deixou estrupar por seus novos donos. Uma classe que se desmoralizava, abandonava os antigos códigos de moralidade, por fazer parte de novas práticas vistas como degradantes. Estas práticas remetem à imagem de um mundo fechado, marginalizado, em que novas gerações eram degeneradas, impotentes, dominadas, submetidas.³⁰⁵

³⁰³ REGO, Jose Lins. *Usina*. 18ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

³⁰⁴ Idem. p. 45.

³⁰⁵ ALBUQUURQUE JR. D. M. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2006.

Em *Usina*, as práticas sexuais entre os sentenciados faziam parte dos costumes da Ilha, quando “ninguém se espantava com estas ligações”.³⁰⁶ Para o romancista, o Presídio de Noronha era formado por pessoas que tinham desafiado os “códigos de conduta”, por uma “nova geração de degenerados”. Desse modo, sendo um espaço formado “pelos piores homens que pudessem existir”, onde os sentenciados não se sentiam como “pessoas humanas”, as práticas homossexuais, também consideradas pelo romancista como práticas irregulares e degeneradas, tornavam-se comuns naquele local.³⁰⁷

Depois de cumprir sua sentença Ricardo voltou ao Recife e logo em seguida partiu para sua cidade natal, o Engenho Santa Rosa³⁰⁸, deixando para trás a Ilha e levando consigo as lembranças do dias de confinamento em uma prisão que tinha o mar como o maior carcereiro. Ao construir a narrativa sobre a relação dos prisioneiros com o mar, Lins do Rego nos fala que:

O mar gemendo nas pedras, com o vento gemendo na gameleira e aquelas manhãs de sol de fogo, de areia quente que chegava a torrar os pés do povo. Passavam vapores de bem longe que só deixavam ver a fumaça se perdendo nas nuvens. Os presos ficavam olhando, de olho comprido, para os que iam para lugar certo, pisar em terra que não fosse um calcanhar-de-judas como aquele. Todos tinham raiva do mar, um ódio igual ao que tivesse pelas grades da cadeia.³⁰⁹

Esse mar que representava o grande muro do Presídio serviu como cenário para a história de Ricardo e de outros “moleques”. Em uma Ilha distante do mundo ou “fora do mundo”, esses meninos cresceram com o convívio dos presos adultos. Não seria difícil imaginarmos que o menino se tornasse homem mais cedo, uma vez que além da assistência oferecida para todos da mesma forma, as responsabilidades também eram atribuídas sem levar em conta o fator etário.

Abrigo de Menores, Itamaracá, Manicômio Judiciário, Fernando de Noronha... Um grande *vai e vem!* Para onde irão nossos menores? Não podemos esquecer que eles podiam retornar para suas casas, como foi o caso de Olívio José Gonçalves. Olívio, vulgo Rabo Fino, um menor de 17 anos, que foi preso em flagrante por ter ferido com

³⁰⁶ REGO, Jose Lins. *Usina*. 18ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008. P. 43

³⁰⁷ Idem. p. 49.

³⁰⁸ Idem. 49.

³⁰⁹ Idem.

uma faca um adulto no centro do Recife, na madrugada de 21 de dezembro de 1936. De acordo com ofício do Juiz de Menores:

Solicito de V. S. providenciar no sentido de ser apresentado na sala deste Juízo, amanhã, às 14 horas, o réu José Gonçalves, vulgo Rabo fino, o qual deverá ser diretamente encaminhado por este Juiz à respectiva genitora, por intermédio do Juiz de Direito de Garanhuns., nos termos que alínea o artigo 179, do Código de Menores, conforme despacho proferido nos autos do processo relativo ao aludido menor.
Rodolfo Aureliano³¹⁰

O Artigo 179 do Código de Menores autorizava ao Juiz a possibilidade de entregar o menor ao pai, mãe, responsável ou até ao próprio Abrigo de Menores. Essa decisão devia ser respaldada a partir dos “antecedentes do menor, sua idade, e a natureza da infração penal”, tendo o menor que se apresentar à autoridade pública toda vez que solicitado.³¹¹ Desse modo, Rabo Fino deve ter se enquadrado em um desses critérios, fazendo com que fosse colocado em liberdade em abril de 1937.

Não podemos deixar de registrar que a permanência desses menores na Casa de Detenção poderia durar apenas uma noite, conforme nos aponta os estudos realizados por Mozart Vergetti. De acordo com o historiador, “presas, as crianças, na maior parte das vezes, após passarem pelo setor de fichamento datiloscópico e fotográfico e dormirem uma ou duas noites no xadrez, eram liberadas. A carência de orfanatos ou instituições do gênero para atendimento da maior parte dos casos agravava ainda mais o quadro”.³¹²

Ao analisarmos a dinâmica da permanência das crianças e jovens na Casa de Detenção do Recife, percebemos que as sentenças eram atribuídas a partir do crime cometido pela criança acusada, quando muitas vezes as regras estabelecidas pelo Código não eram respeitadas. Ademais, o próprio “vai e vem” a dinâmica prisional, quando os menores eram destinados para as instituições a partir dos casos individuais, ou seja, do crime cometido.

Amarelinho, Galo Amarelo, Rabo Fino... Licença caro leitor! Não poderíamos deixar de analisar a questão dos apelidos desses meninos. As características físicas, intelectuais, os traços salientes da sua personalidade passavam a ser caricaturados por

³¹⁰ Ofício 662. Recife, 20 de abril de 1937. Juizado de Menores. Encontrado no Prontuário Individual de Olívio José Gonçalves. Acervo: Casa de Detenção – Arquivo Público Jordão Emereciano.

³¹¹ Brasil. **Código de Menores de 1927**. Artigo 179.

³¹² MENEZES, Mozart Vergetti. **Prevenir, disciplinar e corrigir**: as escolas correcionais no Recife (1909-1929). Recife: Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em História da UFPE, 1995. , p. 42

aqueles que fazem parte dos seus grupos de convívio. Muitos eram conhecidos unicamente pelo apelido... O apelido que identificava a criança, era registrado nos documentos produzidos pelo aparato policial e jurídico.

Os apelidos se tornaram uma preocupação do Juizado de Menores, que publicou um Comunicado no Diário de Pernambuco em 13 de outubro de 1937, intitulado “Origem e uso dos apelidos”. Dizia o Comunicado:

O apelido representa sempre um julgamento favorável ou desfavorável do indivíduo ou por grupos de indivíduos. É muito comum em qualquer colégio, o ‘batizo’ de recém-chegado com um apelido, apelido este que muitas vezes impõe de tal forma que chega a substituir o próprio nome do menor. Ressalta daí que os apelidos dos menores são perfeitamente aqueles que destacam desvios da personalidade e defeitos físicos; que os apelidos das meninas são preferencialmente afetuosos, referentes a defeitos físicos ou então com distorção do nome importando em formas obscenas.³¹³

Para o Juizado de Menores havia várias categorias de apelidos, entre elas: afetuosos, local de nascimento, nomes de animais (Galo Amarelo, por exemplo), os que evidenciavam a distorção do nome oficial e os que ressaltavam os desvios de personalidade. O Juizado afirmava que os apelidos deveriam ser evitados, uma vez que muitos deles eram de caráter depreciativo, reforçando o sentimento de inferioridade presente em muitas crianças:

Evitar o uso de apelidos pejorativos, intervir até disciplinarmente para combater o seu emprego é a atitude mais prudente, mesmo porque para a correção dos maus hábitos da infância dispomos de recurso mais eficazes e menos perigosos.³¹⁴

Os apelidos faziam parte das relações sociais dessas crianças e jovens. Não seria impertinência de nossa parte imaginar que muitos não eram nem s pelo seu nome de batismo. O discurso da correção dos maus hábitos estava sintonizado com a preocupação de desenvolver novas estratégias para combatê-los. Contudo, acreditamos que o Juizado deve ter se envolvido em uma missão muito difícil. Os apelidos faziam parte da identidade de muitas dessas crianças: muitas vezes, essas crianças se reconheciam nele e os reproduziam.

³¹³ **Diário de Pernambuco**. Origem e uso dos apelidos. Recife, 13 de outubro de 1937.

³¹⁴ Idem

Mas, essas crianças cresceram levando consigo as lembranças dos dias que viveram no cárcere. Como nos fala as memórias de Gregório,

Apesar da fome, dos castigos, dos bolos de palmatória, da puçá ou má alimentação e da péssima orientação administrativa e sobretudo apesar da pederastia, a maioria destas crianças conseguiu recuperar-se, muitos deles tornaram-se bons músicos nas Forças Armadas, nas polícias estaduais, nos corpos de bombeiro, outros foram para Escola de Aprendiz de marinheiro e serviam à Marinha de Guerra; muitos ligaram-se a diferentes setores operários, nas mercenarias, alfaiatarias, encadernações, etc...³¹⁵

Essa foi a trajetória percorrida por muitos dos nossos protagonistas. Crianças que se tornaram adultas na prisão, convivendo com as mais diferentes formas de desafios impostos no cárcere. Outras retornaram para suas casas e se tornaram “homens de bem”, como nos fala Gregório. Em Recife, mesmo com a criação de estabelecimentos específicos para o recolhimento de crianças e jovens que estavam em conflito com Lei, respeitando os novos paradigmas de assistência à infância no Brasil, a Casa de Detenção continuou sendo um espaço de encontros e despedidas, um espaço onde as crianças e jovens passavam e levavam guardadas em suas memórias, lembranças dos tempos da detenção.

4.2 - Um Abrigo para os meninos: o Instituto Profissional 5 de Julho

Sebastião Bezerra da Silva, 16 anos, analfabeto, cor parda. Preso na Casa de Detenção do Recife em 16 de março de 1937, por furtar tecidos nos bancos das feiras livres e repassá-los aos “receptores”. Sebastião, também conhecido como Negro Jão, morava em Quipapá, cidade da Zona da Mata pernambucana e foi transferido para a capital do Estado, a fim de ser “julgado, processado e punido”. De acordo com a Guia de Sentença, arquivada em seu prontuário,

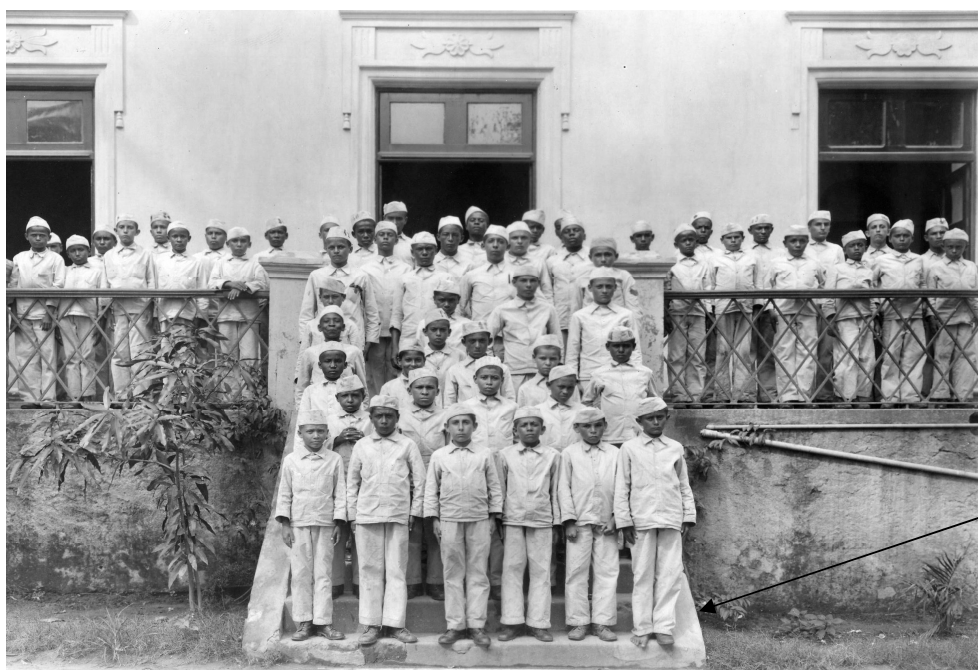
A apreensão de algumas mercadorias patenteia toda culpabilidade do menor que, useiro e viseiro na prática de tais faltas, necessita urgentemente de repressão, afim de que seja sustada a incidência progressiva do mal, na senda que vem trilhando. A avaliação das mercadorias portou-as em um valor pouco inferior a quinhentos mil reis

³¹⁵ BEZERRA, Gregório. **Memórias**: primeira parte 100-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

a que de certo modo mostra, qual incentivo já era o progresso do menor na posse clandestina dos bens.³¹⁶

Ao nos debruçarmos sobre os documentos que compõem o prontuário de Sebastião, percebemos que para quem julgou as ações do garoto, essas representavam um mal que deveria ser combatido a partir do mecanismo da repressão. Sebastião recebeu a pena de um ano e nove meses, tendo que ser cumprida no Instituto Profissional 5 de Julho, no Recife. O caso de Sebastião nos faz discutir a questão do recolhimento das crianças e jovens que eram considerados delinquentes ou abandonados no Recife, durante as décadas de 1920 e 1930.

Meninos que viviam no mundo do abandono, da criminalidade e/ou da pobreza, passaram a conviver sob o mesmo teto, dividindo os mesmos aposentos, alimentando-se da comida produzida na mesma cozinha, vestindo uniformes que buscavam padronizá-los... A fotografia das crianças fardadas, na escadaria da fachada do Instituto 5 de Julho, leva-nos a pensar como a instituição procurava construir a imagem das crianças abrigadas naquela escola correccional.



*Foto 05 - Crianças internas no Instituto 5 de Julho. Década de 1930.
Chamamos atenção para a primeira criança da direita, da última fileira, encontra-se com apenas com um dos sapatos. Nem sempre a produção atendia ao grau de excelência, uma vez que um dos garotos aparece com um dos pés descalços...
Acervo Iconografia - Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano*

³¹⁶ Guia de Sentença de Sebastião Bezerra da Silva. Recife, maio de 1937. Prontuário de Sebastião Bezerra da Silva. Acervo Casa de Detenção do Recife – Apeje.

Hora da foto! Todos enfileirados, padronizados e enquadrados. A fotografia busca registrar o sentido de uma organização disciplinar. O olhar do fotógrafo captou a imagem de um grupo de meninos vestidos com um traje padronizado, quando a calça e camisa branca de algodão, acompanhada de um chapéu, também branco nos trouxe a idéia da limpeza. O cenário da foto era a escadaria do estabelecimento, local onde as crianças e jovens estavam abrigadas, procurando criar uma sintonia entre os agentes sociais e a instituição a que eles pertenciam.

Ao analisar a prática utilizada pelos gestores de fotografar os internos, Erving Goffman nos fala que tais imagens são produzidas no sentido de se construir a representação de uma instituição ideal e uma equipe administrativa competente, quando “freqüentemente tem uma relação muito pequena com os fatos da vida institucional, mas, pelo menos, alguns internos passam uma manhã agradável posando para as fotografias”.³¹⁷ Para Goffman, tais fotografias são produzidas e divulgadas no sentido de se construir uma imagem favorável da instituição, quando o estabelecimento passa a se inserir em uma tentativa da demonstração do limpo e do higienizado.³¹⁸

De acordo com o historiador Alberio del Castillo Troncoso, através da fotografia os homens passaram a se dar conta que poderiam ser percebidos, observados e representados pelo outro. Ao analisar uma série de fotografias de crianças, produzidas na Cidade do México, no período de 1820 a 1920, Troncoso observou que tais imagens foram um importante instrumento para os trabalhos de pedagogos, médicos e outros especialistas que lidavam com o mundo infantil. Por meio da “mirada” desses especialistas, conceitos, imagens e representações sobre a infância passaram a ser construídos por esses profissionais.³¹⁹

No Brasil, durante as primeiras décadas do século XX, a fotografia passou a ser utilizada como registro das ações do governo e de cientistas, a fim de registrar e disseminar as suas políticas públicas. De acordo com Heloísa Helena Pimenta Rocha, pelas possibilidades de registro que oferecia, a máquina fotográfica “foi usada como um poderoso instrumento na articulação de um amplo projeto de reforma dos costumes que

³¹⁷ GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo Perspectiva, 2005. p. 93

³¹⁸ Idem.

³¹⁹ TRONCOSO, Alberio Del Castillo. **Conceptos, imagenes y representaciones dela ninez in la Cidade de México (1880-1920)**. México, DF: El Colégio de Me´xico, Centro de Estudios Históricos. 2006.

tinha nos pobres o seu principal alvo”.³²⁰ Ao clicar, *in loco*, o cenário das novas práticas de assistência, tais imagens eram utilizadas como registros que documentavam um novo cenário político e social, onde as crianças eram apresentadas como protótipo do processo da higienização dos costumes.

A historiografia contemporânea, ao ampliar seus horizontes de temas, abordagens e questões, tem reconhecido a fotografia como um material visual utilizado como fonte para a escrita da história. O desafio do historiador ao utilizar tal documento consiste em questionar quem, quando e qual o lugar institucional e político do fotógrafo que produziu a imagem. Este, ao clicar o cenário composto por objetos e/ou personagens, passa a reproduzir uma idéia, um discurso. Desse modo, a fotografia “se transforma em auto do processo da história” e “sua contemplação livre não é adequada”, como nos falou Walter Benjamim.³²¹

Analisando a questão do uso da fotografia como fonte para a pesquisa histórica, o historiador Ivan Gaskell nos chama atenção para a questão da autoria da imagem produzida. Para Gaskell, cabe ao historiador a análise da concepção do artista e seu relacionamento com o que está sendo fotografado. Porém, não podemos analisar a imagem distante do cenário político e social no qual foi produzida.³²² As fotografias que registram o cotidiano dos meninos são imagens institucionais e foram produzidas a partir do interesse da instituição, aliado com a concepção artística do fotógrafo.

Tais imagens eram utilizadas nos relatórios, em matérias de jornais e em outros documentos que registrassem a atuação da interventoria na área das políticas assistenciais da infância. A imagem dos meninos em frente ao Instituto 5 de Julho, por exemplo, foi utilizada para compor o Relatório de Governo da Interventoria de Carlos de Lima Cavalcanti, documento que representou um balanço da administração pública, sendo apresentado à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco e para a Presidência da República.³²³ Nesse sentido, também é importante observamos como essas imagens são apresentadas, a fim de analisarmos a sua produção e o universo que as norteiam.

³²⁰ ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **A higienização dos costumes**: educação escolar no Projeto do Instituto de Higiene de São Paulo (1925-1925). Campinas: Mercado das Letras, 2003.

³²¹ BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Coleção Obras Escolhidas. São Paulo Brasiliense, 1994. p. 174.

³²² GASKELL, Ivan. **História das imagens**. In: Burke, Peter. A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: editora da Unesp, 1992.

³²³ Relatório da Interventoria de Carlos de Lima Cavalcanti – 1930-1934. Fundo: Impressos. Arquivo Público Jordão Emereciano.

No decorrer da nossa pesquisa, encontramos fotografias que abordavam as atividades de ensino profissionalizante que nos levam a discutir a questão da estratégia de controle do Estado sobre as crianças e jovens. O Instituto nasceu a partir do interesse do governo do Estado em criar um espaço para a ressocialização dos meninos através do trabalho. As oficinas de carpintaria e marcenaria, por exemplo, faziam parte das atividades oferecidas pela instituição. A fotografia, a seguir, registra o trabalho na oficina de cestaria dos meninos internos.



*Foto 06 - Crianças internas no Instituto 5 de Julho. Década de 1930.
O olhar do fotógrafo captou o sorriso da criança e o registro da satisfação.
Acervo Iconografia - Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano*

A imagem nos faz visualizar detalhes acerca do cotidiano dessas crianças que poucos textos de relatórios nos fazem perceber. Os instrumentos utilizados e as mãos desprotegidas. Mal acomodados, os meninos apoiavam o produto que estava sendo confeccionado no próprio corpo. Nessa imagem, os meninos participavam da oficina de cestaria, o objeto confeccionado, a cesta, podia ser utilizada nas atividades diárias do próprio instituto, também poderia ser destinada a outras instituições do Estado ou até comercializada.

A partir da idéia de uma educação profissionalizante, três anos depois da sua fundação, o Abrigo de Menores fundou o seu Clube Agrícola, em parceria com a Escola Rural Modelo, que se tornaria um espaço destinado às atividades agropastoris para os meninos abrigados naquela instituição. A data de fundação foi em 5 de julho e a solenidade contou com a presença de vários representantes do poder público, entre eles: Pereira Borges, Prefeito do Recife; Augusto Coutinho, Secretário do Interior (Secretaria

a qual o Instituto 5 de Julho pertencia) e Rodolfo Aureliano, que nesta época já havia assumido o Juizado de Menores e transferido a direção do Instituto para Alcino Coimbra.

De acordo com a reportagem do *Diário da Manhã*, Ester Góes, diretora do Clube Agrícola do Abrigo de Menores, “proferiu uma vibrante oração enaltecendo as vantagens dessa patriota instituição”.³²⁴ A criação do Clube Agrícola dialoga com a idéia dos patronatos agrícolas criados em todo o país na década de 1910. De acordo com Adriana Vianna, esta iniciativa representa “o ponto extremo de valorização do binômio ordem/trabalho agrícola no quadro dos estabelecimentos de internação dos menores”. Para Vianna, a criação dos patronatos, a partir da necessidade do Estado estabelece meios de controle sobre os menores, na cidade e no campo, quando

Eram atribuídas propriedades pedagógicas ao ensino agrícola, articulando-se, para isso, um conjunto relativamente variado e hierarquizado de instituições formadoras de técnicos e trabalhadores agrícolas.³²⁵

O Brasil da década de 1920 e 1930 era um país que possuía uma forte base na economia agrícola. Os patronatos, durante o período de sua criação, eram subordinados ao *Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*, fazendo parte do interesse do Estado de contemplar os interesses do Brasil rural, que buscava fortalecer a economia do campo frente ao crescimento do setor industrial, concentrado nas grandes cidades. Ainda de acordo com Vianna, “os patronatos, de forma singular aos aprendizados agrícolas, ofereciam apenas noções elementares de agrotecnia e veterinária, além de educação cívica, ginástica e exercícios militares”.³²⁶ Analisemos a imagem das crianças realizando um trabalho agrícola. O olhar do fotógrafo mirou o esforço delas, que dedicadas e sob a luz do sol, aravam a terra para plantar.

Em grupo, uniformizados e tendo como instrumentos de trabalho enxadas, facões e outros objetos típicos do trabalho agrícola, essas crianças deveriam passar boa parte da manhã ou da tarde voltados para a plantação dos mais variados tipos de frutas, verduras ou hortaliças.

³²⁴ **Diário da Manhã**. O Abrigo de Menores funda o seu Clube Agrícola e a Escola Rural Modelo realiza a sua Feira Semestral. Recife, 6 de julho de 1935. p. 4.

³²⁵ VIANNA, Adriana de Rezende. **O mal que se adivinha**: polícia e minoridade no Rio e Janeiro. P. 77

³²⁶ Idem, p. 78.



*Foto 07 - Crianças trabalhando em atividades agrícolas.
Década de 1930.
Fundo: Iconografia – Arquivo Jordão Emereciano – Apeje.*

Durante a inauguração do Clube Agrícola, foi organizada uma seção onde os meninos expuseram as flores que cultivavam no Abrigo. Avencas, begônias, orquídeas e hortências foram comercializadas na Feira Semestral promovida pela Escola Rural Modelo. Segundo a reportagem do *Diário da Manhã*, a seção dos meninos do Abrigo era uma das mais visitadas e animadas.³²⁷

Além dos trabalhos agrícolas, os alunos também freqüentavam as aulas de ensino primário. Em uma outra fotografia, encontramos o registro dos meninos em uma sala de aula.



*Foto 08 - Crianças internas no Instituto 5 de Julho. Década de 1930.
Arquivo familiar de Rodolfo Aureliano - Publicada na Revista Continente Multicultural.
Recife, maio de 2004.*

³²⁷ **Diário da Manhã.** O Abrigo de Menores funda o seu Clube Agrícola e a Escola Rural Modelo realiza a sua Feira Semestral. Recife, 6 de julho de 1935. p. 4.

A imagem nos faz analisar as características físicas da meninada, quando observamos que a maioria eram negros ou pardos e alguns brancos. Franzinos ou robustos, levando-nos a perceber como o perfil dos internos era diversificado. Devidamente sentados ou encostados uns sobre os outros, a imagem nos faz refletir sobre a idéia de que esses meninos passaram a formar um grupo que dividiam o mesmo espaço e que vivenciavam as mesmas atividades. Em várias matérias de jornais e nos relatórios, referiam-se a eles como alunos do Instituto 5 de Julho ou do Abrigo de Menores.

No meio das crianças e jovens uniformizados, um agente se destaca ao vestir-se de branco. Não há registros que informem quem é esse personagem. De acordo com os relatórios fazia parte do quadro de funcionários um auxiliar acadêmico, professor de música e um professor de educação física e instrução militar.³²⁸ Esses profissionais controlavam o cotidiano dos meninos, estabelecendo padrões de comportamento. Desde a sua inauguração, em 1932, o quadro de funcionários do Instituto era composto por um professor voltado para o ensino das primeiras letras, ou seja, voltado para a alfabetização dos internos.

Ao analisar o cotidiano de uma instituição total, Erving Goffman não deixou de realizar uma reflexão sobre o “mundo da equipe dirigente”. De acordo com seus estudos, essas instituições não podem ser entendidas como meros “depósitos de internos”, nelas os dirigentes buscam “*status* do mundo externo, e isso precisa ser considerado”.³²⁹ A partir das observações de Goffman podemos entender um pouco melhor o “investimento” na divulgação do Instituto nos jornais locais e mais notadamente no *Jornal Diário da Manhã*, onde o Juizado de Menores publicou a maioria dos seus comunicados.

Esses dirigentes tinham a função de reeducar as crianças e jovens abrigadas no Instituto. Para Michele Perrot, a tentativa do Estado em buscar educar o detento fazia parte da estratégia do sistema penitenciário, quando afirmou que “educar o prisioneiro é ensinar-lhe a limitar as suas necessidades”. Esta estratégia forçava o confinado a adquirir novos hábitos, como o laborioso, o econômico e o respeito à disciplina do tempo (hora de acordar, hora de almoçar, hora de tomar banho, hora de estudar, hora de trabalhar, hora de dormir). De acordo com Perrot, regulamentos foram elaborados e

³²⁸ **Diário da Manhã**. O Abrigo de Menores funda o seu Clube Agrícola e a Escola Rural Modelo realiza a sua Feira Semestral. Recife, 6 de julho de 1935. p. 4.

³²⁹ GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo Perspectiva, 2005.

ditados, normas foram codificadas e um sistema de punição-recompensa foi estabelecido, a fim de disciplinar e controlar o cotidiano do confinado.³³⁰

Tais iniciativas eram amplamente noticiadas pelos jornais da época. Em uma longa matéria publicada no Jornal *Diário da Manhã*, em 1º de agosto de 1937, o articulista analisava os problemas relacionados à infância no Brasil, ao se voltar para Recife, a matéria afirma:

Todos sabem qual era o destino comum dado aos menores abandonados e delinquentes no Recife. Uma dependência da Casa de Detenção lhes servia de reclusão pelas faltas cometidas e pela vagabundagem nas ruas. Colocados aos magotes em duas ou três celas, a medida naturalmente só constituía para aguçar-lhes ainda mais as tendências criminosas, pelo contato permanente com o contato com os presos da pior espécie. A policia via-se diariamente a braços com varias quadrilhas de pequenos malandros audaciosos, os quais já se estavam constituindo em motivo de terror para as residências e casas comerciais dos arrabaldes. Depois da Revolução de 30, o governo tomou à peito assistir ao problema com esforço que ele realmente estava a exigir. Foi construído o Abrigo 5 de Julho.³³¹

Nessa matéria, percebemos que o jornalista coloca a criação do Instituto 5 de Julho como um divisor de águas, um marco, no contexto da institucionalização da assistência às crianças e jovens que viviam em conflito com a Lei, na cidade do Recife. Ao reproduzir a idéia do “antes e depois”, o articulista comparava o cenário social dessas crianças no período chamado antes da “Revolução de 30”, deixando implícito no seu discurso que existiu um avanço social, a partir das políticas públicas implantadas pela interventoria de Carlos de Lima Cavalcanti. Da Casa de Detenção ao Instituto 5 de Julho... Um progresso! Assim nos relatava a matéria no *Diário da Manhã*.

Este discurso construído sobre a Revolução de 1930 como um divisor de águas, foi discutido pelo historiador Edgar De Decca, em seu livro *1930: o silêncio dos vencidos*. De Decca afirmou que fazia parte das estratégias deste poder, que buscava se consolidar, produzir uma memória e uma história que entendesse aquele momento político como um marco de ruptura com todo passado oligárquico do Brasil. De acordo com De Decca,

A revolução é apresentada como unitária e monolítica e eis a lógica do exercício da dominação (...) Como campo simbólico constituído

³³⁰ PERROT, Michele. **Os excluídos da história**. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 268.

³³¹ **Diário da Manhã**. O Abrigo de Menores. Recife, 1 de agosto de 1937.

no exercício de dominação de classes, a idéia de revolução de trinta transforma-se num marco periodizador.³³²

Por meio dessas matérias de jornais foram explicitamente anunciados os objetivos e interesses do Estado em abrigar os meninos. Nesta mesma matéria, o *Diário da Manhã* trazia informações sobre o Regimento Interno do 5 de Julho e como eram desenvolvidas algumas atividades no Instituto.

Os menores do Abrigo são empregados nos vários serviços desde sendo respeitadas, apenas, as condições individuais de idade, desenvolvimento físico e saúde, a fim de lhes serem inculcidos hábitos de trabalho disciplina, solidariedade e higiene. Do regimento interno do Instituto, cumpre o diretor, mediante palestras e leituras adequadas, orientar aos alunos na prática dos seus deveres cívicos e morais, incultindo-lhes confiança nos seus próprios esforços, amor ao trabalho, hábitos de perseverança e carinho pelos grandes vultos da história, rememorando nessas palestras e leituras, exemplos de homens ilustres que vindos de origem obscura, chegaram a ocupar altos postos e prestar serviços notáveis à Pátria.³³³

Trabalho. Higiene. Disciplina. Solidariedade. Aos meninos internos no 5 de Julho era exigido um padrão de comportamento e sentimento. Tais exigências dialogavam com o sentimento de infância da época, presente no discurso higienista, policial e jurídico. Ao diretor do Abrigo, cabia-lhe “instruir” seus alunos, “governar” seus corpos e mentes, disseminando a idéias que eles poderiam superar a condição de abandonados ou delinqüentes, para tornarem-se “úteis” à nação; daí a estratégia de reproduzir o ideário do dever cívico e moral.

Voltar-se para os “grandes vultos da história”, para o exemplo daqueles que tinham “passados obscuros” e que se regeneraram, fazia parte da estratégia da equipe dirigente do instituto. Como podemos observar, existia “um cálculo nas relações de forças”, como dizia Michel de Certeau, uma estratégia do “forte” sobre o “fraco”, quando os dirigentes arquitetaram, a partir de uma estratégia disciplinar e de controle sob os meninos.³³⁴

Não podemos deixar de discutir a questão do cuidado com o “desenvolvimento físico e saúde”, preocupação presente na matéria analisada e que permeava o discurso daqueles que faziam o Abrigo de Menores. De acordo com os estudos do historiador

³³² DECCA, Edgar De. **1930: o silêncio dos vencidos**: memória, história e revolução. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 73.

³³³ **Diário da Manhã**. O Abrigo de Menores. Recife, 1 de agosto de 1937.

³³⁴ CETEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 11ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

Iranilson Buriti de Oliveira, as décadas de 1920 e 1930 foram marcadas pela emergência do debate sobre a importância do cuidado com a saúde e educação física, fazendo com que esta preocupação permeasse vários setores da sociedade da época. Para o historiador, foi neste período que métodos de adestramentos físicos foram utilizados, uma vez que se defendia a idéia que

Só o corpo educado convenientemente poderá se tornar dócil e produtivo, delgado, ágil, esperto, ereto, entusiasta, viril, com atos e pensamentos puros, militarizado espiritualmente, assegurando os caracteres de uma família brasileira ou uma brasilidade regenerada corporal e psiquicamente, com atitudes intrépidas, honestas, perseverantes.³³⁵

Desse modo, esse culto ao desenvolvimento da saúde física estava relacionada a uma campanha do Estado e de alguns setores da sociedade daquela época que defendia a idéia de que uma nação forte era construída por homens fortes. Daí a importância de oferecer atividades de educação física aos alunos do Abrigo de Menores. O exercício físico, como nos falou o artigo, garantiria um corpo saudável, pronto para serem “incutidos” os padrões disciplinares estabelecidos.

Mas, será que esses meninos obedeciam a essas normas de disciplinarização e adestramento? Como os garotos reagiam às ordens estabelecidas pela equipe dirigente do instituto 5 de Julho? Durante a nossa investigação não encontramos documentos que nos ajudassem a responder essas perguntas. Contudo, as matérias de jornais nos dão indícios que nos levam a analisar como foram construídas as relações entre os meninos internos e a equipe dirigente.

O *Diário da Manhã* publicou em novembro de 1935 um artigo que trazia a manchete, em letras garrafais, que um auxiliar do Abrigo de Menores feriu um aluno com um “toro de madeira”. Segundo a reportagem:

Os jornais vêm noticiando, ultimamente, graves ocorrências que se tem verificado no Abrigo de Menores. Ontem à noite, mais um fato que se reveste de suma gravidade ocorreu naquele educandário. Aproximadamente às 18 horas, procedia-se a exercícios de formatura num pátio existente naquele estabelecimento de ensino. Um dos menores, comandado um pelotão de companheiros, foi, em determinado momento, severamente advertido por Theodomiro Correia de Moraes, censor do Abrigo. Não se achando passível de qualquer observação, como afirmam, igualmente, as demais pessoas

³³⁵ OLIVEIRA, Iranilson Buriti. **Façamos a família à nossa imagem**: a construção de conceitos de família no Recife moderno (décadas de 20 e 30). . 2002. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002.

que assistiram o caso referido, menor procurou entender-se com o censor, para uma explicação. Em pouco, os dois discutiam acaloradamente. Então, o censor Theodomiro, para fazer desaparecer a indisciplina do aluno, usou de um meio simples, inesperado e decisivo: servindo-se de um toro de madeira, golpeou brutalmente o menino, na cabeça.³³⁶

A notícia ainda trazia a informação que aquela não era a primeira vez que o jornal denunciava os maus tratos vivenciados pelos meninos no Abrigo de Menores e solicitava as autoridades responsáveis que tomassem providências frente às denúncias registradas naquele periódico. O garoto, chamado de “menor 40”, perdera muito sangue e que Theodomiro se retirou do espaço “com naturalidade, sob o mais profundo silêncio”. Uma ambulância transportou a criança para o Pronto Socorro. A matéria foi concluída com a afirmação de que o caso do garoto era grave.

Esta matéria nos faz perceber o poder do menino, que comandava “um pelotão de companheiros”, frente ao funcionário do Abrigo, levando-nos a analisar como as relações sociais foram construídas. Frente à resistência do garoto, o censor Theodomiro Correia aplicou castigo físico na frente de seus colegas, servindo como exemplo que não deveria ser seguido, prevenindo aos demais internos que o enfrentamento à autoridade iria ser punido violentamente.

Revidar, questionar, desafiar as exigências estabelecidas. O caso do menino de identidade desconhecida, mas identificado como “menor 40”, faz-nos afirmar que frente aos padrões disciplinares instaurados, os garotos buscavam, de forma individual e/ou coletiva, resistir às normas impostas pela equipe dirigente. Não é difícil imaginarmos que outras formas de resistência foram construídas no cotidiano, na sutilezas das relações entre os meninos e os funcionários do Abrigo, ou até entre os próprios meninos.

O garoto, mesmo sendo colocado como vítima da agressão, saiu fortalecido, uma vez que a reportagem acusava o funcionário de ter cometido um ato condenável, identificando-o como “o hábil aplicador de exemplos e de castigo”. O caráter denunciador da reportagem nos leva a perceber que existia um movimento contra a violência física praticada nos estabelecimentos de correção, fazendo parte, inclusive, de uma série de reportagens que discutiam as “graves ocorrências” sobre o cotidiano do Abrigo de Menores.

³³⁶ **Diário da Manhã**. Graves ocorrências no Abrigo de Menores. Recife, 23 de novembro de 1935. Editorial.

Durante a nossa investigação encontramos documentos que registraram as práticas violentas contra crianças em outras instituições correcionais. No ano de 1936, o *Diário da Manhã* divulgada uma nota intitulada: “Apelam para o Juiz de Menores: graves irregularidades estariam sendo verificadas no Instituto Profissional de Garanhuns”. Segundo a reportagem, os garotos Walfrido Teixeira e José Elias da Silva estavam detidos em outra instituição carcerária chamada *Brasil Novo*, por reagirem aos mal tratos sofridos pelos agentes da Escola Correcional de Garanhuns. Segundo a matéria:

Esses dois menores pediram-nos para veicular uma série de reclamações que fazem sobre o funcionamento do Instituto Profissional de Garanhuns. Walfrido, que é conhecido como Tarzan, afirma que o diretor daquele estabelecimento oficial não desempenha a contento sua delicada tarefa. Assim, muitas irregularidades graves são notadas. Os alunos, à falta de uma vigilância segura e de assistência moral entregando-se, em grande número, a vícios deploráveis. Alguns fumam maconha, outros freqüentam casas suspeitas. Os menores são muitas vezes maltratados pelos maiores. Muitos alunos, em vista da má alimentação, são obrigados a assaltar os sítios vizinhos para matar a fome. Muitos outros fatos indicam que ao contrário dos fins a que se destina, o Instituto vem se tornando uma verdadeira escola de corrupção. Acresce ainda, como também ignora Walfrido, que quando um menor foge é preso e passa 24 dias no Brasil Novo. Essas são as declarações que nos fizemos, Walfrido e José Dias, que apelam para o Juiz de Menores. Eles merecem ser devidamente apuradas.³³⁷

A nota de jornal nos leva a perceber que as relações entre a equipe dirigente os internos também foram marcadas por conflitos e pela fragilidade da estrutura de atendimento aos meninos abrigados na Escola Correcional de Garanhuns. Walfrido e José foram jovens que protagonizaram o enfrentamento a ordem estabelecida e, por isso, receberam a punição da transferência de 24 dias para o presídio comum. As práticas de retaliação da equipe dirigente do instituto, que se apresentam como estratégias do forte sobre o fraco, fazem-nos perceber que as práticas de controle autoritárias permearam as relações sociais naquele instituto.

Contudo, reclamar, denunciar, colocar no centro das atenções os maus tratos vividos pelos alunos internos no Instituto de Garanhuns, leva-nos a perceber que diante da exclusão, esses garotos resistiam. Walfrido, também conhecido como Tarzan, “gritou” a inabilidade do diretor do instituto, a falta de vigilância que deixava os alunos

³³⁷ **Diário da Manhã**. Espancamento e abandono de Menores. Recife, 23 de novembro de 1936. Nota. Apeje.

roubar comida para sobreviver. E o articulista da reportagem pedia ao Juizado de Menores que tomasse as devidas providências.

Outros jornais locais também denunciaram os abusos de autoridade praticados contra os garotos, fazendo com que semanas depois o Juiz Rodolfo Aureliano tenha se dirigido, através de um ofício expedido à Associação de Imprensa Pernambucana, pedindo a colaboração dos jornalistas no sentido de não publicarem fatos sensacionalistas envolvendo menores. Em reportagem publicada pelo *Diário da Manhã*, intitulada “O que há pelo Abrigo de Menores”, o jornal trazia a informação que um inquérito fora aberto para apurar as denúncias. Dizia a matéria:

Esta folha publicou em sua edição de ontem - ontem um informe segundo o qual acaba o integro Dr. Rodolfo Aureliano, Juiz de Menores desta Capital, de mandar proceder à abertura de rigoroso inquérito no Abrigo de Menores para apurar irregularidades gravíssimas que estariam ocorrendo ali. Consistem essas irregularidades, que o digno magistrado quer apurar, em espancamentos de que estariam sendo vítimas às crianças recolhidas àquele Abrigo, que tem à sua frente, como diretor, o Dr. Alcino Coimbra. Sabemos que o inquérito está seguindo os seus tramites legais, já tendo sido ouvido vários depoimentos.³³⁸

Essas matérias de jornais são documentos que nos levam a perceber como parte da sociedade da época, mais notadamente setores da imprensa, condenava às práticas de violência física contra as crianças e jovens que viviam no Abrigo de Menores. Nas primeiras décadas do século XX, a sociedade passou a se preocupar com os meios que estavam sendo construídas as experiências da ressocialização da infância abandonada ou que estava envolvida em conflito com a Lei. Punir através da violência física, da palmatória ou de outras formas de tortura corporal já não era mais aceitável. Como nos fala Michel Foucault:

Mais o corpo, com o jogo ritual dos sofrimentos excessivos, das marcas ostensivas no ritual dos suplícios; que seja o espírito ou antes um jogo de representações e de sinais que circulem discretamente mas com a necessidade e evidência no espírito de todos.³³⁹

A violência praticada pelo profissional que atuava no Abrigo causava indignação por parte do Editorial do Jornal, fazendo com que a cobrança às autoridades fosse registrada. O Jornal ainda afirmava que acaso tais providências não fossem

³³⁸ **Diário da Manhã**. O que há no Abrigo de Menores? Recife, 13 de maio de 1937.

³³⁹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2007 p. 84.

tomadas o Abrigo de Menores iria se tornar uma “casa de suplícios”.³⁴⁰ Ao se voltar sobre a questão das punições praticadas sobre as crianças e jovens nas instituições correcionais, no decorrer das primeiras décadas do novecentos, Margareth Rago afirma que

Nas escolas privativas e instituições disciplinares da infância desamparada, à antiga disciplina quase-militar, punitiva e violenta, que recorria aos castigos corporais, os médicos, os higienistas, pedagogos e assistentes sociais do começo do século contrapunham as vantagens da educação voltadas para a alma.³⁴¹

A disciplina que buscava construir um cidadão moderno, como nos fala Rago, buscava se amparar em outras formas de atuação sobre as crianças, em que a educação punitiva passou a ser questionada, sendo substituída por uma educação preventiva.³⁴² Contudo, como sabemos que a história é feita de mudanças e permanências, o caso estudado nos aponta que naquele Abrigo do Recife o abuso da autoridade era constante a ponto de provocar uma reação contrária de setores da sociedade.

Em 1º de agosto de 1937, o *Diário da Manhã* trazia uma longa reportagem que tinha como título: *Reformatório de Menores de Dois Irmãos – uma obra de grande significação social, a que o governo do Estado vem edificando nesse arrabalde, em prol dos menores abandonados e delinqüentes*. Esta matéria trazia a informação que este prédio iria comportar 240 alunos e substituiria o Instituto 5 de Julho. O reformatório se localiza onde hoje é a sede da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, e representava uma das “maiores construções que já se executaram em nosso Estado”, assim dizia a reportagem. A criação do Reformatório representava “um avanço” na política de assistência à infância em Pernambuco e demonstra que o prédio do Instituto 5 de Julho, já não comportava as demandas sociais da época. Pelo Instituto Profissional passaram muitos garotos e de lá muitos voltaram para suas casas, alguns para o reencontro com seus pais, tutores ou, quem sabe, para as ruas do Recife.

³⁴⁰ Idem.

³⁴¹ RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar** (Brasil, 1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 123.

³⁴² Idem, p. 124.

Considerações Finais

*Tá relampiano
Cadê neném?
Tá vendendo drops
No sinal prá alguém
No sinal...
(...)
Mãe lavando roupa
Pai já foi embora
E o caçula chora
Prá se acostumar
Com a vida lá de fora
Do barraco...
(...)
Hai que endurecer
Um coração tão fraco
Prá vencer o medo
Do trovão
Sua vida aponta
A contramão...³⁴³*

Os problemas sociais que atingem diretamente nossas crianças são preocupantes e representam uma afronta aos direitos humanos. Passados oitenta anos do primeiro *Código de Menores de 1927*, mesmo com alguns avanços, o Brasil ainda não resolveu o problema das crianças e jovens que vivem distante dos bancos escolares e dos momentos de lazer, sem atendimento adequado à saúde e enfrentando os mais diferentes problemas que desafiam os princípios do *Estatuto da Criança e do Adolescente*, promulgado em 1990,³⁴⁴ conforme nos demonstra a letra da música composta por Lenine e Paulo Moska.

O nosso trabalho teve como objetivo contribuir com a causa da infância, através de uma pesquisa desenvolvida no campo da *História Social*. Por meio das notas e editoriais dos jornais, dos relatos de memórias, da literatura, das fotografias, dos relatórios do governo e de outras fontes documentais, procuramos analisar o cotidiano desses meninos do Recife, marcado por suas astúcias, por suas táticas de resistência que desafiaram as estratégias do aparato policial, dos agentes penitenciários ou daqueles que buscaram reproduzir o controle e a coerção sobre esses meninos, no período que compreende os anos de 1927 a 1937.

³⁴³ Lenine e Paulo Moska.. **Relampiano**.

³⁴⁴ Brasil. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei N. 8.069, 13 de julho de 1990.

O *Código de Menores de 1927* foi construído a partir do prisma punitivo e preventivo, representando um marco na história da assistência à infância no Brasil. A partir do *Código de Menores* as ações praticadas pelo sistema judiciário e pela força policial deveriam ter, como referência, este aparato legal que se propunha servir de base para as decisões dos juizes de menores ou autoridade judicial de cada local. Contudo, como podemos observar durante o nosso trabalho, nem sempre as decisões daqueles que tinham o poder sobre o “destino” das crianças e jovens seguiam as suas determinações, a exemplo da permanência das crianças na Casa de Detenção do Recife ou o envio de muitas delas para o Presídio de Fernando de Noronha, contrariando o Artigo 71 do Código - que proibia a prisão de menores de 18 anos em prisões comum.

Mesmo apresentando fragilidade, as determinações do *Código de Menores de 1927* só foi colocado efetivamente em prática no Recife, a partir da criação do Juizado de Menores, em 1934. Os comunicados publicados constantemente nos jornais da cidade e no *Boletim da Liga de Higiene Mental*, demonstram que a preocupação do Juizado era de se fazer presente no cotidiano da sociedade da época, divulgando as suas ações fundamentadas pelo *Código de Menores de 1927*.

A promulgação do Código, a criação das escolas correcionais, as medidas voltadas para o combate da mortalidade infantil e outras iniciativas construídas no Recife, demonstram claramente que existia uma forte sintonia entre diferentes agentes e instituições voltados para o problema das crianças tidas como um perigo à sociedade ou que viviam no mundo do perigo. Esta estrutura, que Jacques Donzelot referendou como *complexo tutelar*³⁴⁵, também podem ser chamada de rede de assistência, controle e coerção sobre a infância identificada como “perigosa” ou potencialmente “perigosa”.

A trama desta rede de assistência à infância foi tecida por vários fios: os poderes institucionais da Federação (Executivo, Judiciário e Legislativo), o saber médico, os educadores, a imprensa e tantos outros setores sociais que se voltaram para a questão dos meninos que viviam no mundo das ruas e das prisões. Assistimos neste período a construção da “criança problema”, da criança psiquiatrizável, que se tornou alvo das atenções de pessoas e instituições que formavam os dispositivos de prevenção e combate aos problemas sociais relacionados à infância.

Este momento marca um divisor de águas na trajetória da assistência à infância no Recife. Contudo, é importante perceber que este tempo histórico também foi

³⁴⁵ DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

marcado por permanências. A própria operacionalização do *Código de Menores de 1927*, em vários momentos, confrontou-se com a cultura da palmatória, do castigo físico, num período em que os fundamentos deste aparato jurídico-assistencial voltava-se para a prevenção, da ressocialização através da pedagogia do trabalho e da disciplinarização do comportamento dessas crianças e jovens.

Tal incongruência entre fazer e saber, entre leis e ações, ocorreram enquanto o Estado inaugurava um novo momento da institucionalização da assistência à infância em Pernambuco. A criação do Instituto 5 de Julho e das colônias e das escolas correccionais construídas no Estado, proporcionaram uma outra dinâmica institucional de abrigo das crianças ditas como abandonadas ou que viviam no mundo da criminalidade. As crianças continuavam sendo recolhidas na Casa de Detenção do Recife, embora se transformando num local de passagem, ainda havia registros e casos de crianças que cumpriam suas penas naquela instituição. A história é feita por mudanças e permanências.

Não podemos negar: a sociedade da época discutia expressivamente o problema das crianças e jovens que viviam no mundo do abandono e da delinquência e cobrava das autoridades ações voltadas para o combate e prevenção desse mal que representava o “atraso” frente ao “progresso” que se buscava construir. As notas de jornais que diariamente traziam notícias de crianças e jovens envolvidos em brigas ou outras formas de delito, sempre eram permeadas de cobranças às autoridades públicas. A promulgação do *Código* e as ações do Estado refletiam este desejo das elites da época em resolver ou minimizar o problema dessas crianças e jovens, que eram vistos como uma ameaça social. Mas, para aquelas que não tinham famílias, restaram-lhes as ruas da cidade grande. Nas esquinas das grandes avenidas, nas marquises das lojas ou nos bancos das praças, esses meninos se apropriavam desses espaços e inventavam a arte de sobreviver no mundo do abandono.

Em Recife, as várias ações direcionadas para a prevenção à saúde das crianças e da família, os mecanismos para a punição dos pais, mães e tutores que abandonavam ou que desafiavam os padrões de responsabilidade sobre a infância na época, fizeram com que fossem construídos códigos de controle sobre as famílias pobres, que passaram a estar sob pena de perder o pátrio poder ou a tutela, acaso desrespeitassem normas de conduta estabelecidos pelo Código. Neste cenário, o papel da mãe, mulher e dona de casa foi tido como fundamental, uma vez que cabia a ela o dever de educar, zelar pela saúde e pela segurança física e moral de seus filhos.

Gregório, Ricardo, Guilherme... Esta foi a História dos meninos que moravam nas ruas ou nos mocambos da cidade; além do problema da mortalidade infantil, uma vez que muitas dessas crianças morriam antes de completar o primeiro ano de vida, a maioria desses meninos eram, precocemente, direcionados para o mundo do trabalho. O Recife das décadas de 1920 e 1930, “palco da modernidade”, era cidade dos meninos que transitavam pelas ruas da cidade enfrentando as mais diferentes experiências de exclusão e/ou violência sociais. O crescimento desordenado do Recife a tornava uma cidade sem espaços para as crianças brincarem, quando muitas passaram a conviver com o perigo dos atropelamentos, a cidade se tornava “inimiga dos meninos”, como nos falou Gilberto Freyre.³⁴⁶

Este foi o Recife dos meninos que trabalhavam nas indústrias ou nas oficinas espalhadas pelos arredores da cidade. Moleques que vendiam jornais ou que carregavam fretes na Estação do Forte das Cinco Pontas. Inseridos no mundo do trabalho, os meninos procuravam sobreviver das mais diferentes formas, resistindo à exploração do patrão e, muitas vezes, denunciando às autoridades policiais as agressões sofridas no cotidiano do trabalho, demonstrando que esta História foi marcada pela opressão daqueles que contratavam os serviços dessas crianças e pela coragem que esses meninos em não silenciar aos abusos sofridos.

Outros meninos buscaram meios de sobrevivência que desafiavam as leis, os códigos de conduta, estabelecidos na época; esses eram chamados de *menores perigosos*, que carregaram a pecha de indivíduos ameaçadores, gatunos e desordeiros. Na luta pela sobrevivência, esses meninos assaltavam, roubavam, brigavam e cometiam outras práticas consideradas ilícitas e eram identificados como *menores delinqüentes*. Como podemos observar ao longo do nosso trabalho, foram criadas muitas formas de identificar essas crianças consideradas um problema a ser resolvido, uma vez que esses meninos também eram vistos como o futuro deste Brasil da “ordem” e do “progresso”.

O “progresso”, que não adotou esses meninos, obrigou o Estado a criar uma série de medidas no sentido de afastar as crianças das ruas e recolhê-las em instituições de confinamentos. Escolas e colônias correccionais passaram a ser ampliadas ou construídas no sentido de acolher essas crianças que representavam um problema social que devia ser combatido. Na Casa de Detenção ou nas escolas e colônias correccionais, esses meninos enfrentavam a lógica disciplinar e resistiam às estratégias de controle das

³⁴⁶ FREYRE, Gilberto. **Tempo morto e outros tempos**: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade (1915-1930). São Paulo: Global, 2006. p. 322

mais diferentes formas, chegando a se confrontar diretamente com os profissionais que trabalhavam nas instituições de confinamento, como podemos observar no último capítulo deste trabalho.

Esses meninos faziam parte deste Recife e ardeiramente buscaram desafiar os limites impostos pela vida nas ruas, no mundo das fábricas ou oficinas, nas instituições prisionais, seja fugindo ou denunciando os maus tratos dos patrões nas delegacias distritais da cidade. Essas crianças inventaram formas de viver o cotidiano desta cidade cheia de contradições, reapropriando o espaço onde viviam. Eles estavam lá presentes, nos mangues catando caranguejo, no meio dos blocos carnavalescos, nos pátios e feiras livres da cidade e hoje são os protagonistas desta História.

REFERÊNCIAS

Fontes

1 - Documentos Impressos

1.1 – Periódicos

FOLHA DA MANHÃ

Recife, setembro de 1938.

Acervo: Apeje.

JORNAL DO COMMERCIO

Recife, 1927-1937.

Acervo: Fundaj.

DIÁRIO DA MANHÃ

Recife, 1927-1937.

Acervo: Apeje.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO

Recife, 1927-1937.

Acervo: Fundaj.

NORTE OPERÁRIO

Recife, dezembro de 1931.

Acervo: Apeje.

JORNAL PEQUENO

Recife, 1927-1937.

Acervo: Fundaj.

VOZ OPERÁRIA.

Recife, março de 1932.

Acervo: Apeje.

CRUZADA OPERÁRIA

Recife, maio de 1933.

Acervo: Apeje.

BOLETIM DE HIGIENE MENTAL

Recife, dez/1934;

Acervo: Apeje.

1.2 - Relatórios

Relatório da Casa de Detenção do Recife. Recife: Imprensa Oficial: 1930.

Acervo: Apeje.

Relatório Serviço de Assistência aos Psicopatas. Recife: Imprensa Oficial, 1933.
Acervo: BCCB.

Relatório da Interventoria de Carlos de Lima Cavalcanti. Recife: Imprensa Oficial, 1930-1934.
Acervo: Apeje.

1.3 – Livros

Annaes do Parlamento de Pernambuco.
Recife, 1937.
Acervo: Alepe.

Livros de Entrada e Saída da Casa de Detenção do Recife
Recife, 1927-1937.
Fundo: CDR - Apeje.

1.4 - Poemas

BANDEIRA, Manoel. **Evocação do Recife.** IN: Libertinagem – Estrela da Manhã. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

_____. **Minha terra.** In: BANDEIRA, Manoel. **Poesias.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

1.4 – Prontuários

Prontuários Individuais da Casa de Detenção

Prontuário Individual de José Nogueira dos Santos. Recife, 1934
Prontuário Individual de Lauro Miranda. Recife, 1934.
Prontuário Individual de Antonio Galdino Mandú. Recife, 1935.
Prontuário Individual de Severino Gomes. Recife, 1935.
Prontuário Individual de Severino Lindolfo Justino. Recife, 1936.
Prontuário Individual de Olívio José Gonçalves. Recife, 1937.
Prontuário Individual de Sebastião Bezerra da Silva. Recife, 1937.

Prontuários Hospital Ulysses Pernambucano

Prontuário Individual de Sebastião Flor. Recife, junho de 1928.
Prontuário Individual de Antonio Ferreira Filho. Recife, junho de 1928.
Prontuário Individual de Manoel Laudelino. Recife, março de 1930.
Prontuário Individual de Antonio Francisco Ferreira. Recife, março de 1930.

1.5 – Leis, Regulamentos e Decretos

Brasil. **Código de Menores de 1927.** Decreto 17.343/A de 12 de outubro de 1927.

Brasil. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

DECRETO. **Criação do Serviço de Assistência e Proteção aos Menores**.

Recife, 2 de outubro de 1932.

Arquivo: Alepe.

Regulamento Interno do Presídio de Fernando de Noronha. 1940.

Arquivo Histórico de Fernando de Noronha – Apeje.

1.6 – Processos Criminais

Processo Criminal de João Domingues de Mello.

Ano de 1927.

Acervo: Memorial da Justiça.

1.7 – Mensagem

VARGAS, Getúlio. **Mensagens Presidenciais**. Brasília: Congresso dos Deputados, 1978.

2 - Documentos Fotográficos e Cartográficos

Fotografias do Instituto Profissional 5 de Julho

Recife, década de 1930.

Acervo: Apeje.

Planta da Casa de Detenção do Recife

Recife, década de 1920.

Acervo: Apeje.

Fotografias da Ilha de Fernando de Noronha

Fernando de Noronha-PE, década de 1930

Acervo: Administração Fernando de Noronha – Recife.

3 – Documentos Orais

Entrevista de Gregório Bezerra ao Programa de História Oral da Fundação Joaquim Nabuco. Pesquisadora: Eliane Moury Fernandes. Recife: Fundaj, 1982.

BIBLIOGRAFIA

ALBURQUEQUE, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Nordestino: uma invenção do falo (um história do gênero masculino – Nordeste 1920-1940)**. Maceió: Edições Catavento, 2003.

ALTMAN, Raquel Zumbano. **Brincando na História**. IN: PRIORE, Mary Del. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. 231-258

ALVAREZ, Marcos César. **A emergência do Código de Menores de 1927**: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores. 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 1989.

ALVIM, Rosilene. **A sedução da cidade**: os operários-camponeses e a Fábrica dos Lundgren. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

AREND, Silvia Maria Fávero. **Filhos de criação**: uma história dos menores abandonados no Brasil (década de 1930). Tese (Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS) Proto Alegre: UFRGS, 2005.

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LCT, 1981.

BARROS, Natália. **A Liga Pernambucana contra a Mortalidade Infantil**: médicos, eugenia e infância na década de 1920. IN: MIRANDA, H. & VASCONCELOS, E. **História da Infância em Pernambuco**. Recife: Editora da UFPE, 2007.

BARROSO, Geraldo Filho. **Crescimento urbano, marginalidade e criminalidade**: o caso do Recife (1880-1940). 1985. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 1985.

BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Coleção Obras Escolhidas. São Paulo Brasiliense, 1994.

BEZERRA, Gregório. **Memórias**: primeira parte 1900-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: Publicação Europa-América, 1976.

BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra nas ruas**: povo e polícia na Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. 104

BRITES, Olga. **Infância, higiene e saúde na propaganda** (usos e abusos nos anos 30 a 50). In: Revista Brasileira de História. V. 20, nº 39 São Paulo: Anpuh, 2000. p. 249-278.

BRITTO, Lemos. **As leis dos menores no Brasil**. Rio de Janeiro: Typografia da Escola de Preservação 15 de novembro, 1929.

CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1965.

CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: da Coluna Prestes à queda de Arraes (memórias). Recife: Guararapes, 1980.

CETEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** 11ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Trabalho, lar e botequim.** São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

COUCEIRO, Sylvia. **Artes de Viver a cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos de 1920.** 2003. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife, 2003.

COSTA, Jurandir. **Ordem médica e norma familiar.** Rio de Janeiro: Graal, 2004.

COSTA, Marcos Paulo. **O caos ressurgirá da ordem: Fernando de Noronha e a reforma prisional no Império.** 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa, 2007.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo.** Rio de Janeiro: paz e Terra, 1986.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** 5ª Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DECCA, Edgar De. **1930: o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias.** Rio de Janeiro: Graal, 2001.

ESTEVES, Martha Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FEYERABEND, P. **Contra o método.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

FREITAS, Marcos Cezar de. **Por uma sociologia histórica da infância no Brasil.** IN: História Social da Infância no Brasil. 6 Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREYRE, G. **Tempo Morto e outros tempos: trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade (1915 - 1930).** Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

_____. **Sobrados e mocambos: decadência do patriotismo rural e desenvolvimento do urbano.** 6ª Edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

_____. **Ordem e Progresso.** 4ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 1990.

_____. **Tempo de Aprendiz: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor: 1918-1926.** São Paulo: IBRASA, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Vigiar e Punir**: uma história da violência nas prisões. 34 Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GASKELL, Ivan. **História das imagens**. In: Burke, Peter. A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: editora da Unesp, 1992.

GOFMAN, Erveing. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo Perspectiva, 2005.

GOMINHO, Zélia. **Veneza Americana x Mucambópolis**: o Estado Novo na Cidade do Recife (décadas de 1930 – 1940). J. dos Guararapes: Edição do Autor, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GONDRA, José. “**Modificar com brandura e prevenir com cautela**”: racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, Marcos Cezar & KUHLMANN JR, Moysés. Os intelectuais na História da infância. São Paulo: Cortez, 2002. 202-209.

LIRA, José Tavares Correia de. A romanização e a erradicação do mocambo, ou de como a casa popular ganha nome. Recife, década de 1930. In: **Revista Espaço & Debate**. N. 37. 1994.

LONDOÑO. Fernando Torres. **A origem do conceito do menor**. In: PRIORE, Mary Del. História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **A psicanálise aplicada às crianças do Brasil**: Arthur Ramos e a “criança problema”. In: FREITAS, M. C. & KUHLMANN, M. Os intelectuais na História da Infância. São Paulo: Cortez, 2002.

LUBAMBO, Catia Wanderley. **O bairro do Recife no início do século**: uma experiência de modernização urbana. Mestrado e Ciências do Desenvolvimento urbano e regional – Departamento de Arquitetura e urbanismo. Recife: UFPE, 1988.

LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio de periódicos**. In: PINSKY, Carla. Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2006.

MAIA, Clarissa Nunes. **Policidados**: controle e disciplina das classes populares na cidade do Recife, 1865-1915. 2001. (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2001.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MATOS, Maria Izilda Santos. **Cotidiano e cultura**: história, cidade e trabalho. Bauru: Edusc, 2002.

_____. **Delineando corpos**: as representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo). In: MATOS, M. I. & SOIHET, R. (Orgs) O corpo feminino em debate. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

MELOSSI, Dario & PAVARINI, Massimo. **Cárcere e fábrica**: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI – XIX). Rio de Janeiro: Revan, 2006.

MENEZES, Mozart Vergetti. **Prevenir, disciplinar e corrigir**: as escolas correcionais no Recife (1909-1929). Recife: Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em História da UFPE, 1995.

MENEZES, Tobias Barreto de. **Menores e Loucos em direito criminal**. Obras Completas V. Sergipe: Ed. Estado de Sergipe, 1926.

MIRANDA, Carlos Alberto. Vivências amargas: a divisão de Assistência a Psicopatas de Pernambuco nos primeiros anos da década de 30. In: **Clio - Revista de Pesquisa Histórica**. N. 24 – 2. Recife: Editora da UFPE, 2006. 63-103

MIRANDA, Humberto & VASCONCELOS, Maria Emília. **História da Infância em Pernambuco**. Recife: Editora da UFPE, 2007.

MOKREJS, E. Durval Marcondes: o primeiro capítulo da Psicanálise e da Psicopedagogia em São Paulo. **Revista da Faculdade de Educação**. 14 (2), 1988. p. 193-209.

MOURA, Esmeralda. **O trabalho da mulher e do menor na indústria paulistana (1890/1920)**. 1977 (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1977.

_____. **Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo**. In: PRIORE, Mary Del. História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Meninos e meninas na rua**: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. 1999. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999. p. 85-102.

NASCIMENTO, José Flávio. **Imputabilidade do menor sob a ótica criminológica**. São Paulo: Juarez de Oliveira Editora, 2007.

NETTO, Amorim. **Fernando de Noronha**: seu presídio e suas lindas paisagens. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1945.

ORNELLAS, Cleuza Panisset. **Paciente excluído**: história e crítica das práticas médicas e de confinamento. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. **Façamos da família à nossa imagem**: a construção de família no Recife Moderno. 2002. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002.

PADOVAN, Maria Concepta. **As máscaras da razão: memórias da loucura no Recife durante o Estado Novo (1937-1945)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autentica, 2005.

PASSETTI, Edson. **Crianças carentes e políticas públicas**. In: PRIORE, Mary Del. História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.

PEREIRA, Ivonete. **Universo infanto-juvenil: a historicidade da infância no Brasil**. In: Anais do XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo: Associação Nacional de História, 2007.

PERNAMBUCANO, Ulysses. **Classificação das crianças anormais**. A parada ao desenvolvimento intelectual e suas formas, a instabilidade e a astenia mental. Dissertação para o concurso de professor catedrático de Psicologia e Pedagogia da Escola Normal Oficial do estado de Pernambuco. Recife: Imprensa Oficial: Recife: 1918

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

_____. **Funções da família**. In: PERROT, Michelle (Org). História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 128-141.

PERRUCCI, Gadiel. **A República das Usinas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PIOLLI, Evaldo. **Educação e sindicalismo: o discurso sindical no contexto da reestruturação produtiva**. 2004. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação – Unicamp. Campinas, 2004.

PRIORE, Mary Del. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Histórias das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **As marcas da pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea**. In: **Anos 90** - Revista do Curso de Pós-Graduação em História - UFRGS. N. 1. Porto Alegre, 1993.

RAMOS, Arthur. **A criança problema: a higiene mental na escola primária**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante, 1950.

REGO, José Lins. **O moleque Ricardo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

_____. **Usina**. 18ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales**: a Inovação em História. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

REIS, Jose Roberto. “De pequenino é que se torce o pepino”: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. V. 7 N. 1 Rio de Janeiro: mar/jun. 2000.

REZENDE, Antonio Paulo. **(Des) encantos modernos**: histórias da Cidade do Recife na década de Vinte. Recife: FUNDARPE, 1997.

_____. As primeiras idéias socialistas em Pernambuco. Ver: REZENDE, A. P. As primeiras idéias socialistas em Pernambuco. **Clio – Revista de Pesquisa História**. N. 23. Recife: Editora da UFPE, 2005.

RIZZINI, Irene. & RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Puc – Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Vidas nas ruas**: crianças e adolescentes nas ruas – trajetórias inevitáveis? Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Santa Úrsula/ AMAIS, 1997. p. 26

RIZZINI, Irma. **Pequenos trabalhadores do Brasil**. In: PRIORE, Mary Del. História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004. p. 376-407.

RIVAS, Leda. Rodolfo Aureliano: o benfeitor. In: **Revista Continente – Documento**. Recife, maio de 2004.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **A higienização dos costumes**: educação escolar no Projeto do Instituto de Higiene de São Paulo (1925-1925). Campina: Mercado das Letras, 2003.

SANTOS, Fernando Sergio Dumas dos. Moderação e excesso; uso e abuso: os saberes médicos acerca das bebidas alcoólicas. In: **Clio - Revista de Pesquisa Histórica**. N. 24 – 2. Recife: Editora da UFPE, 2006. 103-129.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. **Criança e criminalidade no início do século**. In: PRIORE, Mary Del. História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Recife: SOS Corpo, 1996.

SETTE, Mario. **Terra Pernambucana**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife; Recife, 1981. p. 177-178.

SILVA. Jailson Pereira. **O encanto da velocidade**: automóveis, aviões e outras maravilhas no Recife dos anos 20. 2002. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife: 2002.

SILVA, Maria José Borges Lins e. **Fernando de Noronha**: lendas e fatos pitorescos. Recife: Inojosa Editores, 1999.

TEIXEIRA, Flávio W. **As cidades enquanto palco da modernidade**: o Recife de princípios do século. 1994. Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Recife, 1994.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**: a maldição de Adão. Volume II. Rio de Janeiro: 1987.

_____. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRONCOSO, Alberio Del Castillo. **Conceptos, imagenes y representaciones del ainez in la Cidade de México (1880-1920)**. México, DF: El Colégio de Me'xico, Centro de Estúdios Históricos. 2006.

VIANNA, Adriana de Rezende. **O mal que se adivinha** – policia e menoridade no Rio de Janeiro - 1910-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

VIEIRA, Octaviano. **Os menores perante o código penal**. São Paulo, 1906: s/e, p. 27

WADSWORTH, Janes. **Moncorvo Filho e o problema da infância**: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. Revista Brasileira de História. N. 37. São Paulo: Associação Nacional de História, 1999.